



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA- PPGLL  
FACULDADE DE LETRAS - FALE

RENATA GICELLY DE FARIAS BEZERRA

**NÃO SEREI INTERROMPIDA!**  
Um estudo interseccional e discursivo sobre Marielle Franco

Maceió - Alagoas  
2024

RENATA GICELLY DE FARIAS BEZERRA

**NÃO SEREI INTERROMPIDA!**

Um estudo interseccional e discursivo sobre Marielle Franco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, como exigência parcial para obtenção de grau de Doutora em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann

Maceió - Alagoas  
2024

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B574n Bezerra, Renata Gicelly de Farias.  
Não serei interrompida! : um estudo interseccional e discursivo sobre Marielle Franco / Renata Gicelly de Farias Bezerra. – 2024.  
141 f. : il.

Orientadora: Débora Raquel Hettwer Massmann.  
Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2024.

Bibliografia. f. 136-140.  
Anexos: f. 141.

1. Análise do discurso. 2. Interseccionalidade. 3. Negras. 4. Memória. 5. Silva, Marielle Francisco da, 1979-2018. I. Título.

CDU: 81'42



## TERMO DE APROVAÇÃO

### RENATA GICELLY DE FARIAS BEZERRA

Título do trabalho: "NÃO SEREI INTERROMPIDA! UM ESTUDO INTERSECCIONAL E DISCURSIVO SOBRE MARIELLE FRANCO"

TESE aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTORA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Documento assinado digitalmente  
**DEBORA RAQUEL HETTWER MASSMANN**  
Data: 12/03/2024 10:13:11-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann (PPGLL/Ufal)

Examinadores:



Documento assinado digitalmente  
**TAIS DA SILVA MARTINS**  
Data: 26/03/2024 10:10:48-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Taís da Silva Martins (UFSM)



Documento assinado digitalmente  
**ANDREA SILVA DOMINGUES**  
Data: 25/03/2024 21:28:32-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Andrea Silva Domingues (UFPA)



Documento assinado digitalmente  
**LIDIA MARIA MARINHO DA PUREZA RAMIRES**  
Data: 12/03/2024 15:28:37-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires (PPGLL/Ufal)



Documento assinado digitalmente  
**HELSON FLAVIO DA SILVA SOBRINHO**  
Data: 25/03/2024 13:46:40-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/Ufal)

Maceió, 11 de março de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa que realizei ao longo de quatro anos, só foi possível em função do apoio recebido em diferentes momentos de minha vida por pessoas especiais. E preciso agradecer por isso.

O primeiro agradecimento será para as mulheres negras da minha família que eu amo:

- Às minhas irmãs, Flávia Farias e Fernanda Bezerra, que passaram pelas mesmas alegrias e dores que eu, e sempre estiveram ao meu lado;
- À vó Maria, tia Zefinha (*in memoriam*) e mãe Marinete, mulheres fortes que me proporcionaram as únicas riquezas que tinham a oferecer: o cuidado, a educação e o incentivo a trabalhar e não depender de ninguém;
- À mãe que me teve, Socorro, pois mesmo sem condições de me criar, por conta da pobreza e do machismo, acompanha meu crescimento e tem orgulho de mim pelo que me tornei.

O segundo agradecimento vai para as mulheres maravilhosas que estiveram comigo me incentivando a seguir nos estudos. Sou uma pessoa de sorte por ter vocês em minha vida:

- Adriana Sousa, Aline Baracho, Daniele Barros, Dayana Alves, Geralda Fonseca, Ivete Souza, Jacqueline Cardoso, Luciana Silva, Patricia Massa, Roselliny Araujo, Selma Ramos e Simone Natividade.

O último agradecimento é mais acadêmico, mas nem por isso menos afetivo:

- À minha orientadora Débora Massmann, (UFAL) por tamanha paciência, humanidade, competência e firmeza em seus momentos de ensinamento e orientação. Repeti diversas vezes ‘não vou te decepcionar,’ você lembra?
- Aos professores que participaram de minha qualificação, Alessandra Benedito (FGV/SP), Glenda Mello (UNIRIO), Lígia Ferreira (UFAL) e Helson F. Silva Sobrinho (UFAL) por todas as recomendações dadas, pois depois delas, consegui reorganizar minha pesquisa e seguir uma direção melhor para concluí-la.
- Aos professores que participaram da banca de defesa, Prof. Dr. Helson S. Sobrinho (UFAL), Profa. Dra. Lídia Ramires, PPGLL/UFAL), Profa. Dra. Taís Martins (PPGL/UFMS), Profa. Dra. Andrea Domingues (PPGEDuc/UFPA) por todo compromisso na leitura e contribuições para esta pesquisa.
- À UFAL, por me permitir retornar: Graduação, Especialização, Mestrado e agora, Doutorado. Sou sua cria, UFAL!
- À CAPES e à FAPEAL, instituições mantenedoras que me deram a oportunidade de eu realizar minha pesquisa como bolsista, para também poder seguir com os estudos.
- Ao Governo Federal, mais especificamente a Lula, por valorizar a Educação. Que bom que você voltou!

## **Dedicatória**

*A meu filho Danilo, meu parceiro de todos os dias  
e minha razão de viver e ser melhor,  
e à Marielle Franco que, após conhecer  
sua história, passou a ser minha referência  
de luta e resistência enquanto mulher negra.*

## RESUMO

Esta tese buscou analisar e compreender a representatividade interseccional de Marielle Franco, no contexto político brasileiro, a partir do dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, tal como proposta por Michael Pêcheux e Eni Orlandi. Tomamos como ponto de partida dados coletados do sistema político-eleitoral brasileiro que indicam que as mulheres negras são minoria dentro do sistema político brasileiro. São elas, inclusive, que constituem o grupo que mais tem sofrido violência política de gênero. Neste estudo buscamos analisar o processo discursivo posto em funcionamento por Marielle Franco na conjuntura das lutas antirracistas e antissexistas no Brasil, considerando para isso o espaço da política brasileira. Em nosso dispositivo teórico comparecem noções como, por exemplo, condições de produção, memória discursiva e posição sujeito. Propomos ainda um diálogo com outras áreas do conhecimento, sobretudo com o feminismo negro, numa tríade de gênero, classe e raça, a partir de autoras/es, como, por exemplo, bell hooks, Ângela Davis e Lelia Gonzalez, assim como de autores/as de referência para se compreender a participação da mulher nos espaços de poder, com ênfase na política, aos quais destacamos Flavia Birolli e Luís Felipe Miguel. Esperou-se, a partir das análises, compreender na discursividade de Marielle Franco, as relações de luta e resistência. Nossa pesquisa mostrou que Marielle Franco, enquanto mulher negra, moradora de favela, mãe e lésbica, se filia a um discurso interseccional, produzindo a defesa do grupo social que ela representa, numa perspectiva de coletividade e de defesa da mulher negra, predominando dizeres que enfatizavam seu lugar de fala, numa luta antirracista e antissexista, ao mesmo tempo que enfatizam a necessidade e a importância de mais mulheres negras nos espaços de poder, como dentro da política brasileira, para que assim haja um equilíbrio social de representatividade e presença.

Palavras-chave: Análise de Discurso; interseccionalidade; mulher negra; memória; Marielle Franco.

## ABSTRACT

This thesis analyzed and understood the intersectional representation of Marielle Franco, in the Brazilian political context, based on the theoretical-analytical device of Discourse Analysis, as proposed by Michael Pêcheux and Eni Orlandi. We take as a starting point data collected from the Brazilian political-electoral system that indicate that black women are a minority within the Brazilian political system. They are, in fact, the group that has suffered the most gender-based political violence. In this study we seek to analyze the discursive process put into operation by Marielle Franco in the context of anti-racist and anti-sexist struggles in Brazil, considering the space of Brazilian politics. In our theoretical device, notions such as, for example, conditions of production, discursive memory and subject position appear. We also propose a dialogue with other areas of knowledge, especially with black feminism, in a triad of gender, class and race, based on authors, such as, for example, bell hooks, Ângela Davis and Lelia Gonzalez, as well as authors references to understand women's participation in spaces of power, with an emphasis on politics, to which we highlight Flavia Birolli and Luís Felipe Miguel. From the analyses, we hoped to understand the relations of struggle and resistance in Marielle Franco's discourse. Our research showed that Marielle Franco, as a black woman, favela resident, mother and lesbian, joins an intersectional discourse, producing the defense of the social group she represents, from a perspective of collectivity and defense of black women, predominating sayings that they emphasized their place of speaking, in an anti-racist and anti-sexist struggle, at the same time that they emphasize the need and importance of more black women in spaces of power, such as within Brazilian politics, so that there is a social balance of representation and presence.

Keywords: Discourse analysis; intersectionality; black woman; memory; Marielle Franco.

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Tabela 1 - Linha do tempo das conquistas das mulheres ao longo das décadas.

Tabela 2 - Percentual da população brasileira, por classes percentuais de pessoas, em ordem crescente de rendimento real domiciliar per capita, cor ou raça (dados de 2018).

Tabela 3 - Quantitativo de vereadores e vereadoras eleitos/as no Brasil nas eleições de 2016 e 2020.

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AD - ANÁLISE DE DISCURSO

ALERJ - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

ALESC - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR

CEDAW - CONVENÇÃO PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

CD'S - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

COVID- 19 - CORONAVÍRUS

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FD - FORMAÇÃO DISCURSIVA

FGV- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IBRE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

LGBTQIA+ - LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS, QUEER OU QUESTIONADORES, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS

MN - MOVIMENTO NEGRO

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

PUC - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PSOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

RJ - RIO DE JANEIRO

SD - SEQUÊNCIA DISCURSIVA

SP - SÃO PAULO

UERJ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

UPP - UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. MARIELLE FRANCO: EU MULHER NEGRA, RESISTO!</b> .....	18
<b>3. APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E FEMINISMOS</b> .....	25
3.1 Gênero e Raça: uma relação de poder.....	25
3.2 Feminismo: de que mulheres estamos falando?.....	29
3.3 Feminismo negro e a interseccionalidade .....	34
3.4 Do Feminismo ao Mulherismo: enegrecendo o feminismo.....	41
<b>4. A SUB-REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NA POLÍTICA BRASILEIRA</b> .....	48
4.1 Des (igualdade) de gênero na política brasileira.....	48
4.2 A mulher negra e os espaços de poder.....	52
4.3 Mulheres negras no poder!.....	56
<b>5. RELAÇÕES DISCURSIVAS E QUESTÕES METODOLÓGICAS</b> .....	65
5.1 A Análise de Discurso: início, entremeio e afins.....	66
5.2 O Sujeito, o discurso e a ideologia.....	72
5.3 Interpretação, Memória e Acontecimento Discursivo.....	80
5.4 A análise e o analista de discurso: um percurso teórico-metodológico .....	84
5.5 Corpus, Arquivo e Recorte .....	87
<b>6. ANÁLISES DO CORPUS: POR ELA NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO, MAS UMA VIDA INTEIRA DE LUTA</b> .....	95
6.1 Cria da Maré .....	95
6.2 Ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo.....	104
6.3 Eu sou porque nós somos.....	111
6.4 Marielle Vive!.....	119
<b>7. CONCLUSÃO</b> .....	130
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	136
<b>ANEXOS</b> .....	141

## Vozes Mulheres

*A voz de minha bisavó ecoou  
criança nos porões do navio.*

*Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela*

*A minha voz ainda  
ecoou versos perplexos  
com rimas de sangue e fome.*

*A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.*

*O ontem – o hoje – o agora.*

*Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância,  
o eco da vida-liberdade.*

*(Conceição Evaristo)*



sentira há bastante tempo. Pensei naquele momento que seria uma boa oportunidade para mim, desenvolver uma pesquisa sobre esse tema.

Entretanto, percebi que me faltava algo para complementar meu interesse em pesquisar, escrever, defender uma tese, pois Dilma Rousseff não sofreu por uma questão que é constitutiva de grande parte da população brasileira, inclusive a minha: o racismo.

É nesse momento que chegamos em Marielle Franco, ex-vereadora do Rio de Janeiro (RJ), que foi assassinada em 2018. Mulher negra, lésbica e oriunda da favela, foi uma das principais referências de militância negra ao se impor a favor das mulheres negras, e das causas sociais, nas favelas e contra as milícias que atuam no Rio de Janeiro.

Observando a vida de Marielle, e as informações distorcidas sobre sua trajetória enquanto vereadora, senti a necessidade de utilizar sua voz para esta pesquisa, tentando compreender como funciona a relação entre gênero, raça e política através do discurso, pois, apesar de muita discussão sobre igualdade, a prática demonstra que a política não é um território livre para as mulheres. A própria construção social da mulher inibe a sua participação da vida política e faz com que ela tenha dificuldades para adentrar neste cenário. E Marielle foi o retrato disso.

Ressaltamos que, durante nossa escrita, utilizaremos somente o primeiro nome, Marielle, como forma de aproximação e irmandade enquanto mulher negra que sou. Assim também pensando na escrita conceituada por Conceição Evaristo (2020) como uma ‘escrevivência’, como veremos mais a frente, comprovando uma vinculação afetiva racial entre quem escreve em relação à sobre quem se está escrevendo.

Nesse sentido, a presente tese buscará analisar o processo discursivo posto em funcionamento por Marielle na conjuntura das lutas antirracistas e antissexistas no Brasil, considerando para isso o espaço da política brasileira. Além disso, pretende-se compreender como Marielle é significada e representada através de um jogo de tensão entre o discurso de e sobre ela (Orlandi, 1990), pensando como essas questões produzem sentido e se apresentam para a sociedade, em uma ótica interseccional.

Assim sendo, pretendemos refletir sobre as seguintes questões: como o discurso de Marielle, enquanto mulher negra, política e militante, funciona no cenário brasileiro mesmo após sua morte? Que efeitos de sentidos são produzidos a partir desses discursos, articulados em processos de identificação, desidentificação e contra identificação da mulher negra? Como se dá seu processo de representatividade para um coletivo?

Para o desenvolvimento deste estudo foi necessário investir na construção de corpus coletado a partir de falas realizadas por Marielle, na posição sujeito vereadora, e que estão disponíveis na plataforma *youtube*.

Nos dispositivos metodológicos para o desenvolvimento deste estudo, foi necessário investir na construção de corpus coletado a partir de falas realizadas por Marielle, na posição sujeito vereadora, a partir de materialidades discursivas disponíveis que estão disponíveis na plataforma *youtube*. Os recortes foram selecionados numa parceria interdisciplinar entre a Análise do Discurso e os estudos interseccionais, estabelecendo uma relação discursiva ao abordar questões como gênero, raça, classe com a noção de posição-sujeito, considerando diferentes condições de produção do discurso em diferentes espaços, como a Câmara de vereadores, palestras, rodas de conversas, etc. o que nos permitiu observar posições antagônicas assumidas por ela tendo em vista a posição-sujeito em que se encontrava

Analizamos assim o discurso, investigando de que posição-sujeito ela enuncia, bem como quais são formações discursivas postas em funcionamento em seus discursos de militância negra, relacionando ao que Orlandi (2016) definiu como processo de individuação<sup>1</sup> e significação em relação à Formação Discursiva. Sendo assim, a constituição do sujeito que se relaciona à linguagem, história e ideologia, e se submete à língua para se efetivar, resulta na forma-sujeito, que trata, segundo a autora, dos diferentes momentos de constituições do sujeito, nos quais eles são interpelados e assujeitados.

E, pensando nesse processo de individuação, traremos de início a seção intitulada ‘*Marielle Franco: Eu mulher negra, resisto!*’ no qual apresentaremos um breve percurso sobre sua trajetória de vida, desde o seu lugar de origem, o Complexo da Maré, que foi o espaço de luta e representatividade enquanto vereadora, até seu último dia de vida, quando foi assassinada, juntamente com seu motorista.

Nesta seção traremos uma escrita que se aproxima do que Conceição Evaristo (2020) define como *Escrevivência*, pois é um ato de escrita de mulheres negras, que escrevem sobre outras mulheres negras, em uma ação de afeto e coletividade, num objetivo de potencializar sua voz. E, mesmo não sendo um estudo literário, assumo o uso do termo *Escrevivência*, pois ao trazer a memória de Marielle, desfaço uma imagem do

---

<sup>1</sup> Murray Stein, em seu livro “Jung e o caminho da individuação-Uma Introdução Concisa (2019) também traz um estudo, na perspectiva junguiana, sobre individuação, no qual afirma que “a individuação é um imperativo que nos impele à frente e, se bem-sucedida, livra-nos da cilada da repetição interminável dos padrões que nos condicionam”. (STEIN, 2020, p. 16)

passado em relação mulheres negras escravizadas, valorizando o real da língua e o real da história, pois como diz Evaristo, “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p.11).

No que tange aos dispositivos teóricos temos a seção nomeada *Apontamentos sobre gênero, raça e feminismos*, na qual o/a leitor/a fará uma leitura sobre os Estudos de gênero, visto como resultado de uma construção social e de poder e não como algo biológico. Propomos assim situar o leitor acerca de uma discussão sobre gênero, raça e feminismos, com destaque para o feminismo negro, e do conceito de interseccionalidade que é defendido por Crenshaw (2004) sobre a “forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2004, p. 8). Por fim, falaremos sobre o Mulherismo Africana, uma ideologia ligada às mulheres afrodescendentes, que se concentra nas suas experiências, lutas e ancestralidade. Para trabalhar esses conceitos, traremos teóricas como, Judith Butler, Lélia Gonzalez, bell hooks e Angela Davis, entre outras/os.

Na quarta seção, *A sub representatividade da mulher negra na política brasileira*, procuraremos trazer um breve estudo sobre o Espaços de poder e a participação da mulher negra na política. Para isso, a reflexão se fundamentará, especialmente, em estudiosos como Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel. Nesta etapa da reflexão serão abordadas questões como a desigualdade de gênero na política brasileira, tendo em vista que o Sistema político brasileiro é composto por um núcleo predominantemente masculino: a mulher e a (negra) nos espaços de poder, que ainda são minoria, ao mesmo tempo são as que mais sofrem a violência política de gênero. Constataremos assim, que não é possível discutir teoria política, “ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, (...) reorientando todos os nossos valores e critérios de análise,” (Miguel; Biroli, 2014, p. 14) pois só a partir dessa visão unificada, entenderemos os meandros da relação entre a mulher negra e a política.

Na penúltima seção, *Relações discursivas e questões metodológicas*, traremos a teoria discursiva que dará sustentação a presente pesquisa, na área da Análise de Discurso, com Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Essa área do conhecimento pertence ao campo da linguística e é uma teoria utilizada para analisar construções ideológicas presentes num discurso partindo do princípio da perspectiva de um sujeito atravessado por um processo de assujeitamento pela língua, (Pêcheux, 1997b) ou seja, consideram-se as condições

sócio-históricas e ideológicas de produção dos discursos. Nesta etapa apresentamos alguns dos seus postulados teóricos e analíticos como as condições de produção, memória discursiva, posição-sujeito, formações discursivas e acontecimento discursivo. Tais noções serão retomadas na seção de análise do corpus. Nesta seção serão apresentados os aspectos metodológicos que possibilitaram o desenvolver desta tese.

E ainda num pensamento de constituição de sujeito e num processo de individuação, traremos na última seção intitulada: *Por ela nenhum minuto de silêncio, mas uma vida inteira de luta!* Nesta seção, que será o centro da pesquisa, trarei um estudo e análise do corpus da pesquisa, com os discursos feitos por Marielle durante sua vivência na posição-sujeito de vereadora. E a partir das análises, buscaremos compreender a constituição de Marielle como sujeito mulher-negra, constituída pela quebra e atravessamento do discurso sexista e elitista que buscou causar não somente seu silenciamento e apagamento, mas o de uma coletividade ao qual ela representava.

Destarte buscaremos compreender a discursividade de Marielle, sua constituição e significação enquanto sujeito mulher negra, propondo um olhar sobre a história e a linguagem, levando a uma trajetória de produção e efeitos de sentidos, ao mesmo tempo que a mostraremos enquanto um acontecimento histórico e discursivo: Marielle vive!

Nesta última seção, sentiremos mais uma vez a presença da escrita num tom de Escrivência, pois ao enfatizarmos uma análise discursiva que contém aspectos da linguagem, história e memória, através da oralidade e ancestralidade da mulher negra, nos encontramos na escrita e nos reconhecemos, a partir de conceitos e aportes teóricos afro. E, do mesmo modo que Evaristo (2015) conseguiu romper a barreira do racismo através da arte da palavra, aqui tentaremos esse mesmo movimento, pois a escrivência das mulheres negras explicita as e (des) aventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizar, mulher e negra (Evaristo, 2005).

Essa foi a forma que encontrei de amplificar a voz de Marielle ecoando em outras vozes para reforçar uma luta que é nossa, uma luta que envolve as mulheres negras de forma geral, pois desde sua morte, sua história começou a fazer parte de minha história e seus discursos fortaleceram e amplificaram em mim a consciência da importância da mulher negra na medida que pude, então, perceber que somos sujeitos capazes de fazer vibrar o alicerce de uma sociedade racista, classista e misógina, e na voz de Marielle, “se fará ouvir a ressonância, o eco da vida-liberdade” (Evaristo, 2015).

## Me gritaram negra

*Tia sete anos apenas  
apenas sete anos,  
Que sete anos! Não chegava nem a cinco!  
e repente umas vozes na rua me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
“Por acaso sou negra?” – me disse SIM!  
Que coisa é ser negra?  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam,  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenada minha carne tostada  
E retrocedi Negra! E retrocedi . . .  
Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra!  
Negra! Neeegra!  
E passava o tempo, e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga. E como pesava!...  
Alisei o cabelo, passei pó na cara,  
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Neeegra!  
Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
E daí? Negra! Sim Negra!  
Sou Negra! Negra Negra! Negra sou Negra! Sim  
Negra! Sou Negra! Negra Negra! Negra sou  
De hoje em diante não quero alisar meu cabelo  
Não quero  
E vou rir daqueles que por evitar – segundo eles –  
que por evitar-nos algum dissabor,  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor! NEGRA  
E como soa lindo! NEGRO  
E que ritmo tem!  
Negro Negro Negro Negro  
Afinal compreendi  
Já não retrocedo  
E avanço segura  
Avanço e espero  
E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor  
E já compreendi AFINAL Já tenho a chave!  
Negra sou!  
(Victoria Santa Cruz)*

## **2. MARIELLE FRANCO: EU MULHER NEGRA, RESISTO!**

Iniciaremos esta breve seção com a apresentação feita pela própria Marielle, para um artigo publicado em 2017:

Marielle Franco é cria da favela da Maré. É socióloga formada pela PUC-Rio e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). (...) Trabalhou em organizações da sociedade civil, como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo. Tem 39 anos e foi eleita Vereadora da Câmara (Franco, 2017, p. 89)

Filha de Marinete Francisco e Antônio da Silva Neto, Marielle nasceu em 27 de julho de 1979 no Rio de Janeiro, no Complexo da Maré, favela do Rio de Janeiro que tem cerca de 130 mil habitantes, e fica situada à margem do rio Guanabara. Aos 19 anos se tornou mãe de Luyara Santos e, como toda 'mãe favelada', ela teve bastantes dificuldades na criação de sua filha dentro da favela, seja por questões, econômicas e/ou sociais. E foi a partir da maternidade que, segundo suas próprias palavras:

começou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater essa temática na periferia. As questões do feminismo, da luta contra o racismo, bem como a defesa dos direitos humanos nas favelas do país modulam o perfil de seu mandato e seus projetos em busca de um modelo de cidade mais justo para todos e todas (Franco, 2018, p.89).

Marielle se identificava como uma mulher negra, lésbica e favelada. E a cerca de sua sexualidade, ela foi sendo repensada depois da maternidade, quando já questionava os padrões hetero afetivos impostos pela sociedade. Segura de quem era e do que queria, passou a se relacionar com Monica Benício, atual vereadora do Rio de Janeiro, arquiteta e urbanista militante dos Direitos Humanos, mas que evidentemente, ambas passaram por barreiras sociais como o preconceito e a discriminação, "éramos duas mulheres que não se encaixavam no estereótipo. Havia riscos na favela. Era perigoso. (...) além de tudo, tínhamos a possibilidade de um 'estupro corretivo' (Benicio, 2018). E, apesar de se afastarem inúmeras vezes para evitar maiores dores em suas vidas por conta do preconceito, decidiram construir sua própria família em 2017.

De acordo com o site Agência Brasil, em 2002 Marielle ingressou no curso de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- RJ) através de uma bolsa de estudos financiada pelo Programa Universidade para Todos (Prouni). E, como a maioria das mulheres negras e pobres, teve que enfrentar uma jornada tripla de trabalho, ao conciliar maternidade, estudo e trabalho. Junto a isso, lidou com o

racismo e o preconceito diário por estar ocupando um espaço acadêmico que, segundo a branquitude, ‘não lhe pertencia’. Esse encontro com a Educação a direcionou para uma vivência política e social, pois iniciou seus trabalhos com direitos humanos.

Em 2011 Marielle fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual abordou o tema: UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, no qual mostrou que as Unidades de Polícia Pacificadora, enquanto política de segurança pública, só reforçam o modelo de Estado Penal que, através do discurso de insegurança:

aplica uma política voltada para repressão e controle dos pobres. A marca mais emblemática deste quadro é o cerco militarista nas favelas e o processo crescente de encarceramento, no seu sentido mais amplo. As UPPs tornam-se uma política que fortalece o Estado Penal com o objetivo de conter os insatisfeitos ou ‘excluídos’ do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades e nas prisões (Franco, 2014, p.6).

Para Marielle, os chamados ‘caveirões’, carros blindados da polícia que invadiam as favelas, não pacificavam, mas sim ‘maquiavam’ as políticas de pacificação, aplicando uma política de “constrangimentos, desrespeito e repressão com os moradores” (Franco, 2014, p.110), causando a morte massificada de vidas consideradas por eles, descartáveis.

Marielle sempre trouxe em sua vida, enquanto forma de defesa e proteção, o Complexo da Maré local que, segundo relatórios do Censo Maré,<sup>2</sup> de 2019, passou a ter a condição de bairro em 1994, devido sua urbanização, e hoje representa um dos 9 (nove) maiores bairros do Rio de Janeiro.<sup>3</sup> Os relatórios também trazem informações sobre a população deste Complexo, e nos faz entender sobre os motivos que levaram Marielle a defender, até a morte, a população daquela região. Veremos que, em relação à população, observa-se o reflexo do que ocorre em grande parte das favelas brasileiras: uma maioria populacional formada por mulheres negras e pardas e com baixa escolaridade em relação às pessoas brancas, que se encontra em uma baixa posição econômica, que se une à falta de emprego, saúde e cultura. Marielle, a respeito da Maré, destaca que:

1) local de moradia com poucos equipamentos do Estado e sem realidade de transportes em tempo e condições com menos investimentos, (...) o que gera impacto nos tempos utilizados para estudo, trabalho, lazer e vida familiar; 2) a

---

<sup>2</sup> O Censo Maré traz diversos dados populacionais da região e conta com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Censo. Ele é um projeto realizado em parceria com o Observatório de Favelas e tornou-se um importante instrumento informativo e de conhecimento sobre as comunidades da Maré, por conta de suas pesquisas. Esse projeto se iniciou a partir do Censo de 2010, e mostra, entre outras questões, os aspectos sociais e suas consequentes vulnerabilidades, com o objetivo de auxiliar que demandas encontradas sejam identificadas e resolvidas pelo poder público.

[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare\\_WEB\\_04MAI.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf)

diferença de condições na classe, pois, ainda que sejam todas trabalhadoras, vivem (...) precários direitos trabalhistas e contratos de trabalho; 3) a exposição à situações de violência letal e de discriminação, com grande impacto de estigmatizações (Franco, 2018, p.90).

Informações como essas fortalecem o entendimento sobre os altos índices de violência dentro dessas comunidades, que passam a ser espaços marcados por grande nível de vulnerabilidade, por conta da má assistência do Estado. Essa desassistência se opera através da lógica da necropolítica (Mbembe, 2018) na qual pessoas são escolhidas para ‘viver’, enquanto outras são direcionadas para a morte.

Segundo Achille Mbembe (2014, 2018) acerca da necropolítica, afirma que:

pressupõe que expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder na capacidade de ditar quem pode viver quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano exercer controle sobre mortalidade definir vida como implantação manifestação de poder (Mbembe, 2018, p. 5).

De fato, a condição da necropolítica vai além do viver ou morrer; há a decisão de como se vive e como se morre (Mbembe, 2018), pois ao se negar políticas públicas que melhorem a situação de uma determinada população, com educação, saúde e saneamento básico, por exemplo, demarca um espaço para a desigualdade social e conseqüentemente um maior índice de pobreza que incide num maior índice de violência. Retomaremos esse conceito na seção final, destinada às análises.

A persona política de Marielle Franco surgiu em 2006, quando ela iniciou sua vida profissional participando da primeira campanha para deputado estadual de Marcelo Freixo daquele ano. Uma vez eleito, Freixo convidaria a socióloga da Maré para fazer parte de sua equipe na coordenação da comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) então presidida pelo parlamentar.

E foi nesse momento que ela começou a ter mais oportunidades de desenvolver, dentro da política, articulações com diferentes movimentos sociais, passando a ser tida como uma grande articuladora política com forte capacidade de mobilização. Isso fez com que ela se destacasse dentro de um espaço tão masculinizado e pôde atuar no atendimento às violações aos direitos humanos no Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

Marielle buscou desenvolver um trabalho de apoio não somente a quem teve seus direitos violados, como ainda buscava apoiar seus familiares e até mesmo policiais e agentes de segurança pública vítimas de violações. A morte de sua amiga Jaqueline,

---

<sup>4</sup> [https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio\\_de\\_Favelas\\_Marielle\\_Franco](https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco)

estudante de economia na UERJ, que foi assassinada durante um tiroteio na favela em 2005, foi um desses fatores. A dor a fortaleceu e a fez ter consciência de que sua trajetória dentro da política seria fundamental para que mudanças efetivas, num sentido de combate à desigualdade, ocorressem se aproximando de movimentos sociais dentro e fora do espaço político, encaminhando ações parlamentares referentes aos direitos das mulheres lésbicas, negras, jovens e outras consideradas em estado de vulnerabilidade e marginalização, o que tornou Marielle não só um símbolo, mas de fato uma identificação para aquela comissão de direitos humanos.

Marielle chegaria na coordenação da comissão de direitos humanos da Alerj até decidir ser candidata a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade PSOL em 2016, fazendo uma forte campanha eleitoral baseada em sua trajetória e vivência pessoal dentro da favela. Eu sou porque somos era o lema de sua campanha, em uma defesa dos direitos humanos, unido aos direitos das mães, negras, crianças da favela. Foi eleita para o mandato de 2016-2020, com 46.502 votos. Uma mulher negra eleita, surpreendeu ao ser a 5ª parlamentar mais votada no RJ e a 2ª mulher com mais votos.

Há uma polarização radical na política brasileira, de um lado os partidos de esquerda, progressistas, e uma outra ultra conservadora, da extrema direita. Essa polarização passa a ter uma posição ideológica na qual os representantes políticos assumem identidades sociais de acordo com suas crenças ou realidades. O extremismo dessa polarização é um dos fatores que incidiram no aumento da violência de gênero na política brasileira. Marielle estava nessa polarização que retratou não somente uma dificuldade de diálogo entre os opostos, mas nutriu-se sentimentos negativos para um espaço que deveria ser de troca e respeito, visto que a política é a representação do povo.

Em fevereiro de 2018 foi aprovado pelo Senado um decreto que autorizava a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de levar segurança à população, devido aos altos índices de violência ao qual se encontrava o Estado na época, com um aumento significativo de assassinatos e de outros crimes, inclusive de policiais.<sup>5</sup> A vereadora foi incisivamente contra a decisão de Intervenção e à política de militarização da Segurança Pública, pois ela sabia que a intervenção afetaria primordialmente os mais pobres e, junto com outros parlamentares, criou uma comissão com o objetivo de acompanhar as operações das Forças Armadas no RJ, pois este estado tem um histórico

---

<sup>5</sup> <https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/geral/audio/2017-12/rio-contabiliza-132-policiais-assassinados-em-2017-com-morte-de-mais-um-pm-no/>

necropolítico quando pensamos nas diversas ações que existem dentro das favelas. De acordo com o ‘Dicionário de Favelas Marielle Franco’<sup>6</sup>, nos anos de 2020 e 2021 tivemos dois massacres nas favelas desse estado: No Jacarezinho, com vinte e sete (27) mortes de civis, e na favela da Penha, foram vinte e três (23) mortes.<sup>7</sup>

Seu combate a essas injustiças gerou um descontentamento por parte de políticos, especialmente, aqueles de direita e autodenominados conservadores que, com seus discursos cada vez mais cruéis e agressivos, procuraram minimizar sua luta. E cerca de um mês depois, no dia 14 de março de 2018, Marielle foi assassinada quando voltava de um evento na Lapa, coordenado por ela, chamado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na Casa das pretas. O carro no qual estava foi atingido por 13 tiros, cinco atingiram Marielle na cabeça. Sua assessora, Fernanda Chaves, que estava com ela, sobreviveu, mas Anderson Gomes, o motorista, também foi atingido e faleceu.

A projeção alcançada depois de sua morte tomou repercussão internacional e foi destaque em diversos veículos da imprensa mundial que, além de noticiarem sobre sua morte, também passaram a acompanhar os passos das investigações sobre ela e propagar sobre sua história enquanto uma parlamentar negra e periférica, defensora dos grupos mais marginalizados, em especial as mulheres negras.

Quem matou Marielle? Essa é uma pergunta que tem sido repetida por anos, no Brasil e no mundo. Duas hipóteses são trabalhadas em relação a sua morte: uma seria de uma execução sumária, tendo em vista a sequência direta de tiros na cabeça de Marielle. A outra hipótese estaria ligada à milícia do Rio de Janeiro, pois Marielle criticava inclusive a ação direta desses agrupamentos de paramilitares ilegais, que agem dentro das favelas com o objetivo de explorar e oprimir moradores das comunidades.

Percebe-se, porém, que sua morte tomou um rumo diferente do que foi proposto: ao invés de apagamento, Marielle se tornou ‘semente’. De acordo com o site Baobá (2023)<sup>8</sup> essa ‘semente’ se espalhou pelo mundo de modo positivo, deixando um forte legado, com manifestações e mobilizações por todo o Brasil em sua memória. No caso

---

<sup>6</sup> plataforma virtual de acesso aberto para a coleção e produção de conhecimentos sobre favelas e periferias, que busca estimular a coleta e construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias de todo o Brasil, por meio da articulação de uma rede de parceiros, tanto nas academias quanto nas instituições produtoras de conhecimentos existentes nos próprios territórios. Ela tem o apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

<sup>7</sup> [https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha\\_do\\_tempo\\_das\\_principais\\_chacinas\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha_do_tempo_das_principais_chacinas_no_Rio_de_Janeiro)

<sup>8</sup> [https://baoba.org.br/o-legado-de-marielle-franco-na-historia-das-mulheres-brasileiras/?gclid=EAIaIQobChM I64Hb09u0\\_wIV55pMCh2ASw0OEAAAYASAAEgI6SPD\\_BwE](https://baoba.org.br/o-legado-de-marielle-franco-na-historia-das-mulheres-brasileiras/?gclid=EAIaIQobChM I64Hb09u0_wIV55pMCh2ASw0OEAAAYASAAEgI6SPD_BwE).

das eleições de 2020, por exemplo, tivemos um número expressivamente maior de mulheres negras, sobretudo em partidos de esquerda, concorrendo a cargos de vereadoras 84.418, e prefeitas 856, o que acarretou mais mulheres nos espaços de poder.

Além disso, tivemos a criação de bolsas de estudos e de pesquisas, prêmios, programas, entre outros, o que fortaleceu o legado de Marielle. Temos como exemplos a Bolsa Marielle Franco, na Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos (EUA), que é um programa voltado aos estudos de relações internacionais, com foco na América Latina e o Prêmio Marielle Franco Community-Design Haward, em Portugal, criado para incentivar arquitetos que trabalham em áreas em que vivem pessoas em vulnerabilidade.

Temos ainda o Instituto Marielle Franco, uma organização sem fins lucrativos que foi criado pela família da vereadora com o objetivo de manter seu nome vivo, contribuindo com diversos serviços como o psicológico, além de realizar oficinas com ações voltadas aos direitos humanos com a missão de “inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas (...) por um mundo mais justo e igualitário.”<sup>9</sup>

Sua irmã, Anielle Franco, teve um papel crucial ao levar seu legado político e social ao ser convidada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, para assumir o cargo de ministra da Igualdade Racial, o que sinaliza uma importância para o apoio às minorias. Em seu primeiro discurso no momento da posse enquanto ministra, Anielle Franco trouxe a memória de Marielle, ao afirmar que todas “estamos aqui porque temos um projeto de país, onde uma mulher negra possa acessar e permanecer em diferentes espaços de tomada de decisão sem ter sua vida ceifada com cinco tiros na cabeça” (Franco, 2022).

Finalizando nossa apresentação sobre Marielle, podemos inferir que sua vida política não foi algo fácil e Marielle pagou o preço de sua luta e resistência com sua vida. Mas é importante trazer seu lugar de fala e representatividade dentro da política brasileira, demarcando a necessidade de uma participação mais efetiva de outras mulheres negras nos espaços de poder. Por isso a importância de uma pesquisa que, simbolicamente, traz sua memória, pois ela, em vida e morte, move estruturas. Marielle vive!

---

<sup>9</sup> Junte-se ao Instituto Marielle Franco!

E eu não sou uma mulher?

“Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... (alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher!

O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer”.

(Sojourner Truth)

### **3. APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E FEMINISMOS**

Nesta seção será apresentada diferentes abordagens epistemológicas à luz de estudos sobre gênero e movimentos feministas, o hegemônico e o negro, assim como sobre os estudos interseccionais e o Mulherismo Africana, com o objetivo de mostrar as diferentes visões acerca das perspectivas utilizadas, mostrando a pluralidade de formas, categorias e contribuições dadas através desses conceitos, para a fundamentação de nosso estudo. Para isso teremos uma gama de autoras que fortalecerão nosso estudo, como Judith Butler (2018), bell hooks (2019, 2021), Angela Davis (2012), Patricia Collins (2020), Lelia Gonzalez, entre outras, que nos ajudarão nessa caminhada teórica.

#### **3.1 Gênero e raça: Relações de poder**

“o que é ser mulher? O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser mulher?” (Franco, 2018)

De início é importante saber que, no Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanharam diferentes momentos dos movimentos sociais feministas, das décadas de 70 e 80, na qual houve a emergência destes movimentos consolidar novas forças políticas em diversas partes do mundo, ressaltando a urgência das experiências a partir das relações de gênero. E as pesquisas passam a apontar também o carácter relacional entre os sexos que são construídos socialmente a partir de relações de poder e consequentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. A mulher negra, porém, perpassa por uma dupla alteridade, que une o gênero à raça.

Acerca do gênero, diferentes filósofas como Robin Scott (1995) e Judith Butler (2018) estudaram sobre o tema, assinalando a necessidade de um aprofundamento maior. E foi a partir do diálogo estabelecido junto ao movimento feminista, que esses estudos foram direcionados para um conceito próprio, hoje tido como uma categoria de análise (Scott, 1995).

Judith Butler, em seu livro “Problemas de Gênero”, publicado em 1990, trouxe um importante debate sobre esse campo de conhecimento ao introduzir a questão das lutas políticas, afirmando que o gênero é uma construção de poder que permite compreender como as identidades e as relações sociais são construídas nas diferentes culturas, tendo como base a diferenciação e a desigualdade entre feminino e masculino.

Para Butler (1990), o conceito gênero foi criado com o intuito de ligá-lo a uma questão biológica, ser homem ou ser mulher, abordagem essa mais aceitável pela sociedade, por ser visto como algo natural, mas para ela errôneo e problemático, mostrando que, ao se naturalizar o poder do homem (biologicamente falando), seu poder social também é colocado em posição superior à mulher.

Beauvoir (1967) em seus estudos já apontava sobre a realidade do ‘prestígio viril’ do homem, que para ela “está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais” (Beauvoir, 1967, p.8) e que advém de heranças passadas que colocam mulheres em uma condição de submissão. A desigualdade citada por Beauvoir (1967) ainda persiste em nossa sociedade 60 anos depois de seu livro, “O Segundo Sexo” (1967), que diz que “se a igualdade dos sexos estivesse concretamente realizada, em grande número de casos, esse obstáculo se aboliria; mas o homem ainda está imbuído de sua superioridade” (Beauvoir, 1967, p.155).

Quando nos referimos ao gênero, ligando-o à raça, porém, essa questão se intensifica, pois há uma invalidação, não somente pelos homens, como para as mulheres brancas. Para Nah Dove (1998) “a raça branca tem um problema de mulher porque as mulheres eram oprimidas. O povo preto tem um problema de homem e mulher porque os homens pretos são tão oprimidos quanto suas mulheres” (Dove, 1998, p.18).

Segundo Dove (1998), estudos sobre raça têm sido feito por acadêmicos e intelectuais europeus desde o século XVII, com um embasamento teórico supremacista que justifica a inferioridade dos africanos por “supostas desigualdades genéticas” (Dove, 1998, p, 11) o que conclui a teoria que, a junção dessas duas raças, a branca e a negra, tende a ser negativa para o mundo eurocêntrico, pois reduziria seu valor por conta de sua superioridade genética. Ou seja, o apoio a uma separação de raças seria a forma mais eficaz para a manutenção do poderio europeu, pois eles acreditam que:

vão perder a sua base de poder, que se baseia em sua brancura, se eles procriarem com negros, vermelhos, marrons, ou pessoas amarelas. Portanto, para manter poder e controle europeu, eles devem manter a segregação através de sua suposta superioridade genética, que está ligada à falta de melanina (Dove, 1998, p. 11).

Temos aqui dois exemplos do que foi citado anteriormente: no primeiro temos a afro-americana abolicionista Sojourner Truth, que em 1852 discursou de modo improvisado em uma convenção em Ohio, um empoderado discurso no qual ela repete a frase "e eu não sou uma mulher?", para um grupo formado unicamente por mulheres

brancas. Sua presença nesta convenção foi ignorada pelos presentes por ela ser negra e por isso, ao tomar a palavra, Truth discursou, como visto na epígrafe desta seção, sobre a hipocrisia da sororidade feminina além da questão racial.

Truth fortalece a memória cultural e histórica de seu povo. Ela fortalece o binômio raça e gênero, indicando que ambas são importantes para tratar da questão da luta das mulheres. A autora questiona o lugar da mulher negra que também tem direito de espaços por sua luta pela igualdade de gênero e racial no século XIX.

Num segundo exemplo temos uma outra mulher negra de origem africana chamada Saartjie. Segundo Danubia Fernandes (2016), no ano de 1814, início do século 19, Saartjie era a atração de um circo em Londres. O motivo para isso é que ela tinha um corpo robusto, e pele muito escura, o que era fora dos padrões europeus, e por isso foi tratada como um animal pitoresco, um ser não humanizado:

Nos palcos, a mulher que tocava um instrumento musical semelhante a um violino, que falava fluentemente holandês e que tinha conhecimentos de inglês e de francês era obrigada a grunhir quando cavalgada por seu treinador, como se fosse uma fera selvagem. Ao fim do evento, o público poderia apalpar suas nádegas, o que muitos faziam com agulhas ou alfinetes. (Fernandes, 2016, p. 692)

E assim se seguiu até sua morte quando seu corpo passou a ser estudado na época, e foi considerado descendente de macacos, por especialistas em anatomia humana. Os europeus sempre tiveram um corpo negro como algo desumanizado e estigmatizado, e procuravam de todas as formas comprovar a inferioridade do negro em relação a eles.

Para Fernandes (2016), a trajetória de Saartjie “evidencia a articulação complexa que se tece entre as perspectivas de gênero e de raça na constituição de uma dupla alteridade” e que por isso “construir laços de solidariedade entre os negros, mulheres e homens, ou entre as mulheres, negras e brancas, é preciso” (Fernandes, 2016, p. 691). Isso nos mostra que a visão que se tem aqui não é de gênero, pois não havia esse reconhecimento, pois ela enquanto negra, foi coisificada. E isso ocorre até os dias de hoje quando temos nossos corpos objetificados e sexualizados, validando os abusos e estupro.

As denúncias da opressão que as mulheres acima vivenciaram, têm uma dimensão política e ideológica que não pode ser desconsiderada, o que mostra que as contribuições de estudos sobre gênero, raça e sexualidade em uma discussão política como forma da quebra dos estereótipos da mulher negra é essencial. Por isso, torna-se pertinente uma pesquisa que trate das mulheres que foram, num determinado momento da história, escravizadas e tiveram sua identidade anulada por uma convenção, mas que passaram a

ser agentes de transformação e transgressão, subvertendo o pensamento dominante eurocentrado.

A categoria de gênero é essencial, pois ela é vista como camadas culturais que formam a identidade e a relação com corpos e subjetividade. É importante pensar o conceito de subjetividade para discutir gênero, pois é através de nossa identidade de gênero que laboramos a nossa subjetividade nos relacionamos com as pessoas. (Butler, 2014). A cultura é relevante pois, segundo Butler (2018) ‘constrói’ o gênero e é compreendida nos termos desse conjunto de leis, tem-se a impressão de que gênero é tão determinado e fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino.” (Butler, 2018, p.26). Daí a relação com a questão de raça.

Segundo a teórica bell hooks (2015), sempre houve uma necessidade de inclusão de pautas referentes à raça, que não foram tidas como importante dentro dos estudos sobre a mulher, que não reconhecia as diferenças entre gênero, ligando-o unicamente a questão do homem e da mulher, de modo universal. Em relação a essa universalidade, pontua hooks (2015) que os estudos:

têm sido incapazes de falar, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida (...). Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher (hooks, 2015, p. 207).

O conceito de gênero deve sempre estar sempre ligado a uma discussão sobre a luta das mulheres junto ao movimento feminista, pois a redução ao binarismo homem-mulher acaba por esvaziar seu caráter político, pois ela é afetada por outros processos de significação que vão especificando a sua condição de ser mulher, por sua raça, classe, orientação sexual e/ou de gênero, entre outros marcadores sociais.

No caso da mulher negra ou mulheres em posição de vulnerabilidade social se submeteram forçadamente a uma violência extrema, pois elas não se adaptaram às normas de gênero por conta de suas realidades, se mostrando incompatíveis com suas rotinas e vivências. Um exemplo real são os dados sobre violência doméstica, estupro e feminicídio, de acordo com o perfil étnico-racial, que mostra que o número de mulheres

que sofrem dessas violências é maior entre as negras (45%) do que entre as brancas. (36,9%).<sup>10</sup>

Percebemos então que o gênero, questionado por conta das oposições complexas, antes vistas como resolvidas, traz novas questões e reflexões: Gênero é sociopolítico. (Butler, 2018) Essa nova definição torna a mulher mais visível e participativa na sociedade, redefinindo esses estudos em uma visão de igualdade política e social, junto à discriminação e exploração das mulheres.

No caso da mulher negra essa discriminação se amplia, como visto nos casos de Truth e Saartjie, assim como veremos no caso de Marielle, pois como já afirmou a própria: “falar de raça é falar da dominação e escravidão e escravização de um povo, do apagamento, silenciamento e retirada da sua humanidade. Falar sobre raça é falar sobre a desigualdade que estrutura a nossa sociedade até hoje”. (Franco, 2017) É preciso assim, registrar que os estudos de gênero auxiliam a perceber e a minimizar os efeitos negativos do patriarcalismo, mas unido a um estudo sobre raça, para que possa contemplar todas as mulheres, pois em nossa construção enquanto sujeitos, direcionamos o modo em que contribuirmos para nosso meio social e político.

### **3.2 Feminismo: de que mulheres estamos falando?**

Tomamos como ponto de partida para problematizar as formas de significar o feminismo que, para muitos, é um termo flexível, o compreendendo como um processo de transformação não restrito a um período histórico ou geográfico. Tem-se no feminismo um processo histórico sim, mas repleto de ressignificações, pois ele atravessou gerações, com avanços e recuos, conquistas e perdas.

Há estudos que direcionam à Mary Wollstonecraft, (1759-1797) intelectual inglesa do século XVIII, como iniciadora do movimento feminista na Inglaterra e na França. Porém, feministas ligadas aos estudos decoloniais e pós-coloniais contestam essa versão, pois a veem sob uma perspectiva muito restrita e eurocêntrica, pois para elas, a luta feminista foi algo ocorrido em diversas partes do mundo, nos quais mulheres se uniram contra o mesmo objetivo: a opressão ao qual elas eram impostas pelos homens.

---

<sup>10</sup>[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/)

Ao pensarmos no feminismo no Brasil, retratamos diferentes momentos e atos históricos no país, com diversas conquistas, como veremos abaixo:

TABELA 1: linha do tempo das conquistas das mulheres ao longo das décadas

- 1827 – Meninas são liberadas para frequentarem a escola.
- 1879 – Mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades.
- 1910 – O primeiro partido político feminino é criado.
- 1932 – Mulheres conquistam o direito ao voto.
- 1962 – É criado o Estatuto da Mulher Casada.
- 1974 – Mulheres conquistam o direito de portarem um cartão de crédito.
- 1977 – A Lei do Divórcio é aprovada.
- 1979 – Mulheres garantem o direito à prática do futebol
- 1985 – É criada a primeira Delegacia da Mulher
- 1988 – A Constituição passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens
- 2002 – “Falta da virgindade” deixa de ser motivo para anular o casamento.
- 2006 – É sancionada a Lei Maria da Penha
- 2015 – É aprovada a Lei do Femicídio
- 2015 - Lei nº 13.104/2015 o feminicídio como um crime de homicídio qualificado.
- 2018 – A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime.
- 2021 – É criada lei para prevenir e combater a violência política contra a mulher

Fonte: <https://treediversidade.com.br/conquistas-femininas-ao-longo-da-historia-do-brasil/>

A partir do final da década de 1970 por exemplo, se pôde notar uma grande transformação na sociedade nas quais as feministas defenderam diversas posições políticas dentro do movimento. Segundo Zirbel (2007), essa década pôde ser vista como uma reorganização do feminismo. apesar da censura ainda estar presente. Foi neste período que diferentes movimentos começaram a se destacar e se fortalecer:

podemos verificar a sua presença em torno de oito espaços mais ou menos distintos: os movimentos populares (clubes de mães, movimentos operários), os grupos de esquerda (sindicatos, partidos políticos), as igrejas, o campo das artes (teatro, música, literatura), as universidades e centros de pesquisa, o jornalismo alternativo, os grupos de reflexão (com profissionais e donas de casa) e as feministas organizadas no exílio (conectadas a grupos de mulheres, fora e dentro do Brasil) (Zirbel, 2007, p. 45).

O mundo teve uma grande mudança social na segunda metade do século XX, e isso se deu devido à ascensão da Educação, principalmente a de nível superior (Zirbel, 2007). Com a propagação das ideias feministas, houve um certo ‘alívio’ por parte de mulheres, que até então somente viam seu futuro baseado num sistema patriarcal que as impediam de assumir funções de liderança ou mesmo simplesmente de serem ouvidas.

a nova “onda” feminista estava presente em diversos espaços do ativismo social e ganhava grande importância nos campi universitários e na vida acadêmica. Em pouco tempo estava surpreendendo observadores e participantes dos movimentos, transformando não apenas as organizações políticas, mas a vida das mulheres, causando um grande impacto na forma de pensar das pessoas em geral (Zirbel, 2007, p. 34).

Essa ‘nova’ imagem da mulher passou a ser a representação dessa década, configurando à mulher uma retomada de poder. E foi nesse período que surgiu a

participação dela no campo político que, mesmo não incluindo naquele momento suas lutas, como a questão da igualdade, se configurou como um grande avanço, pois eram intelectuais que se reuniam com o intuito de discutir questões políticas, sociais e acadêmicas, saindo da esfera privada, nas quais se limitavam a esfera doméstica, e passando a assumir um papel de militante, somando e trocando suas experiências, trazendo reflexões, proporcionou uma politização dentro desses ambientes.

O movimento da mulher é apenas uma parte do todo de uma grande revolução humana que está acontecendo no meu país. No atual estágio dessa revolução a mulher é uma parte muito importante, mas ela não é um fim em si mesmo. É uma parte integrante da contracultura. (...) em todo lugar, tenho falado dessa questão de libertação, não só da mulher, mas também do homem (hooks, 2018, p.10).

No Brasil o feminismo teve destaque em diferentes categorias, como em jornais, revistas e palestras, e isso trouxe uma ligação direta com o mundo acadêmico, ou seja, com as universidades. A criação de cursos e/ou disciplinas na graduação e pós-graduação, no final da década de 60, período no qual houve uma reforma em nosso sistema universitário (Zirbel, 2007) propiciou que os estudos sobre o feminismo se propagassem dentro do meio acadêmico, principalmente na área das humanas. Para hooks (2018):

o meio acadêmico se tornou, e tem se tornado, o principal cenário da disseminação do pensamento feminista. Essa tendência tem causado um impacto positivo para estudantes da universidade, porque proporciona mais oportunidades para o pessoal descobrir o poder e o significado do pensamento e da prática feministas, mas tem impacto negativo no trabalho de aumentar o engajamento do grande público desse movimento. (hooks, 2018, p. 8)

Porém esses estudos, desempenhados por docentes ou acadêmicas do movimento feminista, eram vistos com desconfiança por diferentes grupos, pois para alguns o que se fazia no âmbito não era algo científico, mas militante, já que trazia um posicionamento político. Tal abordagem se distanciava do objetivo central do grupo, que era a ciência; por isso, a visão não legitimada desses estudos (Zirbel, 2007).

E apesar das dificuldades deste movimento em ser aceito enquanto um novo campo de estudo, havia a necessidade de recursos financeiros para sua consolidação, o que passou também a ser um empecilho, tendo em vista a necessidade de ter que comprovar que suas pesquisas eram científicas, critério essencial para obtenção de verbas. Isso acarretou a necessidade de novos parâmetros para o pensamento, numa busca por instrumentos conceituais que auxiliassem na compreensão das mudanças para uma adaptação ao mundo acadêmico (Zirbel, 2007).

Angela Davis, (2017) intelectual e ativista política, tem uma história de vida marcada por uma luta em prol de um mundo mais igualitário entre os povos, e suas obras refletem e criticam sobre as forças conservadoras do sistema patriarcal:

Nosso movimento de mulheres é um movimento de mulheres no sentido de que é conduzido e dirigido por mulheres pelo bem de mulheres e homens, pelo benefício de toda a humanidade, que é maior do que qualquer uma de suas ramificações ou divisões. Nós queremos, nós pedimos o interesse ativo de nossos companheiros e, além disso, não estabelecemos limites de cor; nós somos mulheres, (...) não queremos alienar nem afastar, estamos apenas assumindo a linha de frente, dispostas a nos unir a quaisquer outras pessoas no mesmo trabalho e cordialmente convidando e dando as boas-vindas a todas que se unirem a nós (Davis, 2017, p. 16).

A narrativa de Davis (2017) se encaminha para o que se definiu como ‘primeira onda’ do feminismo que incluiu além do direito ao voto, a luta contra o sistema patriarcal e a atuação da mulher na política. Para Davis as mulheres tinham consciência de suas condições de subjugação e da importância de lutar para não serem mais oprimidas.

Inscrita em uma posição semelhante, bell hooks (2018) conceitua o feminismo como “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2018, p. 18). Para a autora, uma conceituação simples que busca mostrar que não é algo contra os homens, mas sim contra o sexismo, que é um problema que precisa ser solucionado e que advém não somente do homem, mas também de mulheres. Da forma como o feminismo está descrito por Angela Davis e por bell hooks, percebe-se a diversidade e a riqueza desse movimento que não pode ser visto como homogêneo, mas que a luta pelo reconhecimento de direitos e pela desigualdade entre homens e mulheres é algo que as colocam num mesmo grupo de interesses e desafio.

O percurso de escrita empreendido até o momento permite observar sobre a importância do feminismo para o mundo, mas é preciso lembrar que o feminismo hegemônico deixou lacunas quando não se preocupou com causas específicas enfrentadas pela mulher negra, pois como afirma hooks (2015):

As práticas excludentes das mulheres que dominam o discurso feminista praticamente impossibilitaram o surgimento de novas e variadas teorias. O feminismo tem sua “linha justa”, e as mulheres que sentem necessidade de uma estratégia diferente, um alicerce diferente, muitas vezes se veem marginalizadas e silenciadas. As críticas ou as alternativas às ideias feministas estabelecidas não são incentivadas, como, por exemplo, em polêmicas recentes sobre a ampliação das discussões feministas sobre sexualidade (hooks, 2015, p. 207).

Por mais que esta atitude não tenha sido proposital, é essencial que possamos entender essa lacuna nos estudos feministas, entendendo a necessidade de defender as especificidades de todas as mulheres. Segundo Davis (2016),

embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências (...) as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (Davis, 2016, p. 40).

Destarte, o feminismo hegemônico teve um início histórico indiretamente favorecido pelo racismo, pois foi um movimento formado por um grupo de mulheres brancas liberais dos Estados Unidos, no século 19 que, junto ao movimento sufragista, que significou um grande esforço pelo direito de elas escolherem seus representantes por meio do voto, se preocuparam com diversas pautas, entre elas acabar com a escravidão. Seu intuito a princípio era que fosse concedido a liberdade e os direitos iguais para todos, independente do gênero ou raça, tendo a possibilidade do voto.

Porém num primeiro momento dessa luta, esse direito foi dado somente aos homens negros e não às mulheres brancas, de acordo com a 15ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos de 1870, o que fez elas se distanciarem da pauta contra o racismo, partido para uma individual e conservadora em prol de suas conquistas, trazendo argumentos supremacistas, como afirmarem que seus votos, de ‘brancas da classe média’, fortaleceria seus maridos e sua família por preservar o padrão puro.

Segundo Davis (2018), na Associação pela Igualdade de Direitos, em 1867, diversas declarações foram dadas em defesa da mulher branca, tendo como argumento a inferioridade do homem negro, como veremos abaixo num trecho da fala de Elizabeth Stanton, uma das líderes dos movimentos feministas da época:

“Com o homem negro, não teremos nenhum elemento novo no governo, mas com a educação e a distinção das mulheres, teremos um poder que consiste em conduzir a raça anglo-saxã rumo a uma vida superior e mais nobre e, assim, pela lei da atração, elevar todas as raças a um patamar mais justo do que aquele que seria alcançado na situação de isolamento político dos sexos” (Stanton, 1867, apud Davis, 2018, p. 81).

Como visto, o voto do homem negro, autorizado na época, passou a ser uma ameaça a essa manutenção da pureza, pois seus votos poderiam tornar-se contraditórios e ao mesmo tempo desenvolveriam uma força a ponto de tornarem-se seus inimigos, pois tomariam o lugar dentro da política por exemplo, dos brancos.

As mulheres brancas (...) insistiam que eram segregadas pelas mulheres negras. Em muitas situações laborais foram instalados salas de trabalho separadas e

balneários para que as mulheres brancas não tivessem de trabalhar, ou lavarem-se lado a lado com as mulheres negras. O mesmo argumento foi usado pelas mulheres brancas membros de clubes para explicar a exclusão das mulheres negras que afirmaram que elas eram imorais, livres e insolentes. Elas afirmaram ainda que precisavam da proteção da segregação para que não apanhassem as doenças do “negro”. Algumas mulheres brancas afirmaram ter visto as mulheres negras com doenças vaginais (hooks, op. cit., p. 96-7).

Dito isso, não estamos aqui reduzindo a importância histórica desses movimentos para a conquista de direitos, privilégios e ascensão social, mas também não podemos negligenciar o sentimento racista que imperou de início no século 19, se propagando por diversos setores da sociedade, como destacou hooks (2015) e Davis (2016) sobre a má fé para com as mulheres negras.

### **3.3 Feminismo negro e a Interseccionalidade**

O texto da lei de 13 de maio de 1888 (conhecida como Lei Áurea) simplesmente declarou como abolida a escravização, revogando todas as disposições contrárias e... nada mais. Para nós, mulheres negras e homens negros, nossa luta pela liberdade começou muito antes desse ato de formalidade jurídica e se estende até hoje. (Gonzalez, 2020, p. 4)

Há um mito em relação à escravidão no Brasil, como sendo um momento histórico brando e pacífico, com possíveis relações amigáveis entre senhores e escravos, o que criou uma tradição de não – violência em nosso processo histórico escravagista. Freyre (1967) foi um dos primeiros a pesquisar sobre a importância do negro na cultura brasileira em sua obra *Casa-Grande e Senzala*, mas que mostrou de forma distorcida um escravo que parecia viver em condições melhores do que se estivesse num regime de liberdade do trabalho, pois na realidade a escravidão no Brasil não foi pacífica, ao contrário, foi bastante violenta, e para mulher negra principalmente. Nossa história é marcada por um processo de desigualdade e violência, advindo do sistema machista, racista e preconceituoso. O próprio Freyre, no entanto, não pôde deixar de narrar as situações vivenciadas pelos escravos, ao dizer que eles recebiam:

pingos às costas em carne viva do escravo, de cera e de lacre, o de queimar o corpo do negro com água fervendo. Havia senhores que mandavam amarrar os punhos do escravo por meio de cordas a traves altas, depois untar o corpo nu de mel ou de salmoura, a fim de que os insetos viessem picar e ferretar aquela carne inerte (Freyre, 1967, p. 153).

Com base em uma pesquisa realizada em 2019, intitulada ‘Desigualdades sociais por cor ou raça desenvolvida pelo IBGE, mostra que, apesar da maioria da população se autodeclarar negra ou parda, há uma discrepância entre a renda de trabalhador autodeclarado branco, cerca de 74% a mais dos declarados pardos e pretos.

Tabela 2: Percentual da população, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento mensal real domiciliar per capita, e cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação no Brasil - 2018

Distribuição percentual da população, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento e cor ou raça (no Brasil %)	Total populacional			
	Branca		Preta ou parda	
	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)
	<b>43,1</b>	<b>0,5</b>	<b>55,8</b>	<b>0,4</b>
	Entre os 10% com menores rendimentos			
	Branca		Preta ou parda	
	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)
	<b>23,7</b>	<b>1,9</b>	<b>75,2</b>	<b>0,6</b>
	Entre os 10% com maiores rendimentos			
	Branca		Preta ou parda	
Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)	
<b>70,6</b>	<b>0,9</b>	<b>27,7</b>	<b>2,3</b>	

FONTE: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil | IBGE

Isso nos leva a refletir que a questão da luta de classes está intimamente ligada a questão da raça, pois historicamente falando o Brasil por muitos séculos foi um país que escravizou os povos africanos, forçando-os a trabalhar sem o mínimo de condições humanas. E que, mesmo com o final da escravidão, esses povos foram excluídos da sociedade, pois eram oprimidos, agredidos e/ou até mortos por causa de sua cor. Isso dificultou bastante a conquista de uma ascensão social e econômica dessas pessoas, o que se reflete até os dias de hoje, tendo em vista as diversas formas de racismo presentes na sociedade:

o paradoxo discursivo que atravessa as políticas de reconhecimento, ao transformar relações de classe, gênero e segregação racial em relações morais intersubjetivas entre indivíduos humanos, as lutas pelo reconhecimento enunciadas a partir de um lugar de fala legitimado podem deslizar inadvertidamente para o apaziguamento do conflito, dadas as condições de produção da formação social brasileira, que ainda suporta simbolicamente os efeitos do mito da democracia racial e das relações cordiais (Fontana, 2017, p. 57).

No período colonial observamos o início do movimento das mulheres negras, quando elas tiveram que construir estratégias de sobrevivência, como fugas, rebeliões nas senzalas, formação de quilombos, entre outros. Essas mulheres escravizadas eram tidas como valiosas, pelo fato de poder reproduzir (mais mão de obra), serem mucamas ou mesmo amas de leite, porém as relações de poder sempre as puseram como inferiores aos homens, o que não foi um empecilho para elas na busca da liberdade de seu povo.

Retomamos aqui Davis (2017), pois ela discute sobre a visão distorcida que se tem sobre o papel dessas mulheres no período da escravidão:

ao passo que uma mulher branca de classe média sofre o sexismo como uma forma relativamente isolada de opressão, a vivência das mulheres da classe trabalhadora necessariamente coloque em seu contexto de exploração de classe e a experiência das mulheres negras põe ainda um fator essencial do racismo. Essas não são de maneira nenhuma experiências subjetivas, pelo contrário, há uma inter-relação objetiva entre racismo e sexismo (Davis, 2017, p. 140).

No artigo “Por um feminismo afro latino americano”, Lélia Gonzalez (2020) nos mostra a resistência do apagamento das lutas desses povos e nos traz um panorama histórico da importância da união dos movimentos sociais, principalmente do feminismo ao Movimento Negro (MN) que, na opinião dela, não supre as necessidades desta categoria que, por séculos foi desprezada e marginalizada. Gonzalez (2020) nos leva a uma reflexão sobre nosso lugar na sociedade e a necessidade de mostrar a importância do antirracismo para um mundo mais equilibrado, não negando a importância do feminismo hegemônico, mas ressaltando que ele não contempla as lutas específicas da mulher negra:

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental nas nossas lutas e conquistas e que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, como também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. (...), mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão graves como a sofrida pela mulher: as de caráter racial (Gonzalez, 2020, p. 32).

Para Gonzalez, (1984) baseado em suas leituras de Freud, o racismo tem estrutura de uma neurose que se fortalece ao se observar as tensões existentes da sociedade brasileiras que sempre valorizou a herança do colonizador e a pôs como referência para seu crescimento, desvalorizando a raiz africana, que seria fundamental para o nosso projeto de identidade, colocando desse modo, negros e negras em uma condição de subalternidade:

Os diferentes Índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, (...) lá o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez, 1984, p. 233).

O feminismo negro se refere ao entendimento da mulher negra e seu lugar em uma sociedade na qual a subjugação impera e o feminismo hegemônico é o único que tem algum espaço como representação do sujeito-mulher. Bambirra e Lisboa (2019) veem de modo positivo os estudos e as lutas realizadas pelo feminismo negro mostrando o protagonismo das mulheres negras, a partir do lugar de fala que elas pertencem. Para isso

elas se embasam nas contribuições advindas de estudos com uma perspectiva que abre espaço para os oprimidos, tendo em vista que é nos estudos (decoloniais e interseccionais) que podemos perceber um reconhecimento da raça e do gênero para suas teorias. Elas falam da sub-representação dessas mulheres na política e em espaços acadêmicos, repensando essa realidade segregacionista e destacam que:

graças às lutas travadas por grupos feministas e de mulheres, ao longo de décadas, as questões abordadas pelo feminismo branco, como as discriminações de gênero, divisão de trabalho, entre outras, vêm sendo largamente debatidas e estudadas (Bambirra; Lisboa, 2019, p. 271).

Segundo Gonzalez, dois pontos mostram a falsa aceitação do negro da sociedade: um é o mito da democracia racial, na qual se mostra uma tentativa de igualdade surgida pós-escavidão, dando os mesmos direitos raciais, sociais e políticos a negros e brancos. Para muitos, nos dias de hoje, o fato de conhecer ou se relacionar com pessoas negras é o suficiente para, além de não ser racistas, viver em uma democracia racial.

O outro ponto é a ideologia do branqueamento, que forçadamente faz parte da história do negro em nosso país, no qual se partiu de uma premissa que o negro deveria ser clareado para ser aceito na sociedade, tornando o país mais aceitável para o mundo, uma vez que ser negro era considerado ruim. Esse branqueamento passou a ser uma referência de enquadramento do negro na nossa sociedade; quanto mais traços ‘finos’ você tivesse, mas poderia ser aceito, e essa atitude, segundo Gonzalez (1988), tendeu a desestabilizar o poder do negro, pois enfraquece e desarticula nossa força ao ‘nos separar.’

O surgimento do feminismo negro ocorreu na década de 1970 partindo de um desdobramento de um feminismo hegemônico, que testemunhou a visão de mulheres negras que não se identificavam com a construção desse feminismo, pois ele não supria as suas necessidades, no que tange à questão racial, pois para Carneiro (2003):

as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres (Carneiro, 2003, p. 325).

É certo que muitas mulheres negras se apoiaram nesse feminismo por ainda ser sua única fonte de proteção de defesa de alguns de seus direitos, enquanto mulheres, pois como a maioria delas encontra-se em situação de pobreza e sem representação, qualquer movimento que, mesmo de modo alienado as proteja, passa a ser tido como válido. Mas ao falarmos sobre mulheres negras com maior engajamento social e político, houve uma rejeição pelo que lhes foram impostos, como por exemplo, a questão da Academia e da escrita literária, pois tivemos por décadas a anulação dessas escritas/escritoras, tanto por

suas publicações, referências em textos, ou participações em eventos acadêmicos de grande porte, no qual seus nomes dificilmente eram trazidos para círculos de discursões.

Isso nos mostra que por muito tempo excluídas e silenciadas também nesses espaços, considerados de poder, pois a ideia de intelectualidade não era relacionada aos negros. Hooks em seu texto ‘Intelectuais Negras’ (1995) já falava sobre como nossos escritos eram vistos como “suspeitos”, e questionava a subordinação que tínhamos que ter em relação à produção acadêmica sexistas e racistas:

Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual (hooks, 1995, p.468).

Por isso, ainda segundo Carneiro (2003), o feminismo Negro foi criado com uma visão de “sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas” colocando o racismo como um eixo articulador em uma relação direta com o gênero e que busca construir a ideia de igualdade de sujeitos, de raças na sociedade.

Além do racismo, temos o patriarcado, sistema opressor que tem o homem como centro de dominação da sociedade, em todas as instâncias (política, econômica, familiar, etc.) que coloca a mulher em uma posição de subordinação, principalmente no que diz respeito à mulher negra, que tem lutado duplamente por sua inserção e aceitação na sociedade. A herança da escravidão deixou marcas que fez com que essas mulheres fossem (e ainda são) identificadas como pessoas inferiores.

Para avançar nessa reflexão, apoiamo-nos inicialmente nos estudos de Cestari (2015), pesquisadora da área da Análise de Discurso, que, em diálogo com os estudos de gênero e das relações étnico-raciais, ajudará a abordar algumas questões que envolvem o discurso, classe, gênero e raça.

Em sua tese, "Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás" (2015), a autora traz a questão da constituição de lugares de enunciação da mulher negra, buscando “apreender a formação de discursos em que mulheres negras são sujeitas de dizer no campo das lutas políticas antissexistas e antirracistas” (Cestari, 2015, p. 22) destacando que o termo ‘feminismo negro’ era visto por muitas ativistas do movimento das mulheres negras como algo datado, ligado às mulheres brancas e narrar a história da mulher negra pela perspectiva do feminismo, não supriria toda a história dessas mulheres, pois “narrar o surgimento das organizações a partir de uma história do feminismo

inscreve-as como dele tributárias, silenciando outras memórias e práticas que também são fundantes de sua identidade política” (Cestari, 2015, p. 77).

A autora traz Gonzalez (1984) para fortalecer que, narrar a história da mulher negra sob a ótica do MN seria o correto, tendo em vista que “foi no movimento negro que as mulheres negras encontraram o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo, de suas práticas e articulações com a exploração de classe” (Cestari, 2015, p. 80).

Cestari (2015) pensa na mulher negra como sujeito político e teórico. Somado a isso, a pesquisadora trouxe também o gênero e a raça como categorias que se envolvem em uma rede histórica de sentidos, na perspectiva interseccional. Sobre a interseccionalidade, a autora destaca que:

é um conceito cunhado e difundido por feministas negras nos anos 1980 no contexto anglo-saxão originalmente para dar significado à luta e experiência de mulheres negras que não encontravam espaço tanto no debate feminista quanto no debate antirracista. Constitui-se como ferramenta teórico metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça (Cestari, 2015, p.45).

A lógica da intersecção é essencial, pois evita a separação das categorias existentes e o pensamento categorial. Assim, a autora afirma que é um equívoco supor que gênero e sexualidade são elementos estruturadores de todas as sociedades humanas, pois isso acaba por presumir uma distribuição patriarcal de poder em sociedades onde predominavam relações sociais mais igualitárias entre homens e mulheres.

Lugones (2020) contempla a interseccionalidade entre as relações de raça/classe/sexualidade/ gênero em seus estudos sobre gênero e feminismo e diz que “raça, classe e gênero são inseparáveis e a intersecção das categorias homogêneas dominantes apagam a heterogeneidade interna e apagam outras raízes”. Essa interseccionalidade trata da opressão de mulheres de cor e sua exclusão histórica nas lutas libertárias, travadas em nome da mulher. Para ela:

faz parte da história que, no Ocidente, só as mulheres burguesas brancas tenham sido contadas como mulheres. As mulheres excluídas por e nessa descrição não eram apenas subordinadas, mas também vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo do que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, com os filhos e com pequenos animais. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido profundo de serem seres “sem gênero”, sexualmente marcadas como fêmeas, mas sem as características da feminilidade (Lugones, 2020, p. 94).

Com isso, o preconceito e o sexismo seguiram juntos na vida dessas mulheres, por uma sociedade marcada por um sistema opressor e racista, que comunga da ideia que a ela é um ser naturalmente inferior, pois não está num padrão aceitável, o eurocêntrico. Mas apesar disso, essas mulheres se fortaleceram e lutaram por uma vida mais justa e digna, e percebe-se nos estudos feministas um passo importante para o feminismo negro.

A interseccionalidade se torna importante tendo em vista que o movimento negro não conseguiu atender às demandas no que diz respeito ao gênero, assim como o movimento feminista marginalizou as mulheres negras. Isso se deve ao fato de o movimento negro ter como base o homem preto e o movimento feminista ter como base a mulher branca. Crenshaw (2017) diz que o importante é:

reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam (Crenshaw, 2017, p. 8).

As autoras acima trazidas para a reflexão dialogam sobre um feminismo sob uma ótica interseccional, ao mostrar que as mulheres da América latina não foram somente colonizadas, mas sim racializadas, ou seja, adquiriram um caráter racial no qual passaram a ser identificadas de modo diferente em relação ao colonizador por conta de seu aspecto étnico e características fenotípicas, e conseqüentemente, inferiores. E esse fato traz consigo as dores da objetificação de seus corpos, apagando sua identidade e reduzindo-as a subalternidade. Ressaltamos aqui que o termo ‘subalternidade’ faz referência à obra de Gayatri Spivak, “Pode o subalterno falar?” (2010), na qual a autora traz uma crítica aos teóricos ocidentais sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial e sobre o controle do sujeito, principalmente a mulher, no qual o impede de falar ou de ter voz, tornando-o assim, subalterno.

Vimos que as organizações feministas negras, a partir da década de 80, avançaram nas discussões e lutas sobre as pautas específicas como a opressão e o racismo, numa ampliação para um estudo interseccional. Para Davis (2016), precisamos “refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber entre essas categorias existem relações que são mútuas e que são cruzadas” (Davis, 2016, p.20), daí a importância nesse estudo, que contribui na produção de conhecimento e protagonismo das mulheres negras na perspectiva interseccional.

“Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”, o famoso ditado corrente no Brasil patriarcal a respeito das mulheres e escrito por Freyre (2003) destacava

a função e o padrão das mulheres na sociedade brasileira, na qual é vista preconceituosamente como um objeto e que ainda permeia nos dias de hoje e não pode continuar a ser uma realidade na vida da mulher negra ou seja, a mulher negra deve se rebelar contrariamente a um determinado poder estabelecido, num sentido revolucionário de ser, pois essas vozes, por tempos subalternizadas, são fortes e devem ecoar no mundo.

### **3.4 Do feminismo ao Mulherismo: enegrecendo o feminismo**

Iniciamos este tópico com um provérbio Nigeriano que diz que ‘até que os leões inventem suas próprias histórias, os caçadores sempre serão os heróis das narrativas de caça’, pois para a realização deste estudo é essencial não só retratar a história das mulheres negras junto a uma sociedade centrada por uma dominação de supremacista, como mostrar, na perspectiva da própria mulher negra, a sua história de dor e superação.

O termo Feminismo negro, foi nas últimas décadas, questionado pelo fato de ainda ter ideias muito ligadas ao feminismo hegemônico – com o próprio nome, por exemplo – o que tornava o movimento ainda visto como abrangente e geral. Por isso, segundo Julia Hare (1993), precisaríamos nos identificar com um outro termo que contemplasse nossas reais preocupações e anseios enquanto raça, pois para ela: “As mulheres que se dizem feministas pretas precisam de outra palavra que descreva quais são suas preocupações. O feminismo preto não é uma palavra que descreve a situação das mulheres pretas”. (Hare, 1993, apud Hudson-Weems, 2012, p. 4) Logo, não seria somente sobre feminismo que lutamos, pois ele tem como base o gênero, não a raça, o que deveria ser prioridade para as negras e seu povo, que foram expulsos de suas lar, sequestrados e escravizados.

A fala de Hare (1993) vai em acordo com um termo criado no final dos anos de 1980 por Clenora Hudson-Weems, denominado Africana Womanism ou Mulherismo Africana, na qual ela analisa de modo crítico os estudos insuficientes no que se referem à mulher negra, construindo um paradigma que põe em destaque as mulheres da África e suas descendências. Para ela “nem o termo feminismo negro e feminismo africano são suficientes para rotular essas mulheres de realidades complexas, particularmente porque esses termos, através de seus próprios nomes, se alinham com o feminismo” (Hudson-Weems, 2012, p. 4).

Desse modo, baseado na proposta de afrocentricidade, a centralização em nossa raça e em nossa família, e não da feminilidade é, para o Mulherismo Africana, uma

prioridade, pois a questão de gênero e empoderamento só podem ser lidadas quando as questões históricas, ideológicas e raciais forem resolvidas.

O Mulherismo Africana é uma ideologia criada e projetada para todas as mulheres de ascendência africana. Baseia-se na cultura Africana e, portanto, concentra-se necessariamente nas experiências, lutas, necessidades e desejos únicos das mulheres Africana. Aborda criticamente a dinâmica do conflito entre a corrente principal feminista, a feminista preta, a feminista africana e a mulherista africana. A conclusão é que o Mulherismo Africana e sua agenda são únicos e separados do feminismo branco e do feminismo negro (Hudson-Weems, 2012, p.32).

A escolha do nome Mulherismo Africana, criado por Hudson-Weems tinha o objetivo de definir um termo específico para a luta de mulheres negras a favor de sua raça dentro de sua realidade. Segundo ela, a palavra Africana legitima a origem da mulher negra resgatando sua identidade e ancestralidade; já Mulherismo, relaciona-se ao legado da ‘feminilidade africana’ e Hudson-Weems (2012) nos traz como exemplo o empoderado discurso da abolicionista afro-americana Sojourner Truth, já citado nesta pesquisa, na qual critica o não ser vista como uma mulher, por ser negra.

Outra característica do Mulherismo, além da questão da valorização da raça e da família é a ser atuante em conjunto com o homem negro, em uma ‘irmandade genuína’: “sua principal preocupação era a situação de ameaça à vida de todos os africanos, homens e mulheres, nas mãos de um sistema racista” (Davis, 2016, p.5). Logo, segundo Hudson-Weems (2012), se na sociedade tradicional e branca, o domínio masculino configurava as relações na sociedade, no caso dos negros escravizados, mulheres e homens tinham o mesmo peso, ou o mesmo ‘valor’. Por isso a necessidade de uma irmandade entre gêneros, destacado também, em “Mulheres, Raça e Classe”, Angela Davis:

o trabalho que as escravas e os escravos realizavam por si mesmos e não pelo engrandecimento de seus senhores era realizado em termos de igualdade. (...) e “sofriam de modo tão severo quantos os homens, tanto físico quanto psicologicamente: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava (Davis, 2016, p.39).

Dessa forma, negras e negros não eram inimigos, pois não havia relações de superioridade entre eles. Eram aliados, pois vivenciavam do mesmo tipo de sofrimento e isso fez com que se apoiassem enquanto família e enquanto povos. Esse apoio mútuo advindo do contexto da escravidão é necessário hoje, pois homens e mulheres negras precisam se fortalecer enquanto povos para a conquista de seus direitos, como a

oportunidade no mercado de trabalho, tendo em vista que a cor branca muitas vezes é um padrão para a ascensão profissional,<sup>11</sup> sendo os grupos minoritários como os dos negros:

destinados às funções mais precárias da vida laboral das sociedades. O capitalismo ratifica suas supostas inferioridades e incompletudes para alojá-los em um ciclo de exploração permanente que sustenta o próprio sistema de produção (Fernandes, 2016, p.693).

A supremacia branca por séculos tentou segmentar os povos negros para que eles perdessem suas forças, por isso a necessidade de reorientar o povo negro em busca de sua libertação, como no caso do Mulherismo Africana, centrando-se em suas experiências para a busca de políticas antirracistas, classistas e sexistas também. Por isso uma reumanização do povo negro, de modo que retome sua força ancestral para sua resistência é bastante necessária, pois como afirma Hudson-Weems (2011) é de extrema necessidade, pois “aproveitamos a oportunidade de tomar o controle dos fatores determinantes que, se interconectados em nossas vidas, poderão evitar o isolamento, degradação e aniquilação em um mundo perdido de ganância e violência (Hudson-Weems, 2011, p. 02).

Esse resgate às origens é visto como primazia pelo Mulherismo africana que busca o equilíbrio de seu povo negro através do resgate do papel matriarcal no que tange a reciprocidade e a harmonia. Ou seja, não estamos falando de uma questão maternal física ou biológica, mas uma visão de cunho social de valores, nos deslocando de um espaço de dor que sempre foi colocado aos negros e negras, para o reestabelecimento da humanidade.

Ao falarmos de identidade e memória do povo africano, nos deparamos com a importância de estudar e defender as origens africanas ligadas à maternidade, trazendo de volta os princípios de equilíbrio, justiça, verdade para a integridade cultural dos africanos, pois é o momento de descoberta do ‘nós’ mulheres Africanas enquanto povo diversificado carregadas de poder. Nessa perspectiva matriarcal africana, temos o pensamento centrado na recuperação da história do negro africano e suas diferentes diásporas.

Estudos como os do senegalês, Cheikh Anta Diop, (1974) mostram, através de dados e fatos mais verídicos e, que a África é o berço da civilização humana:

há evidência de que esta (civilização) existia em terras Pretas bem antes de qualquer contato histórico com os Europeus. Etnicamente homogêneos, os povos Negros criaram todos os elementos da civilização, adaptando-se às condições geográficas favoráveis de suas primeiras pátrias (Diop, 1974, p.317).

---

<sup>11</sup> Na seção anterior trouxemos os dados acerca desse tema.

Os estudos mostram também uma relação de proximidade entre a África e a Europa, que sempre foi negada pelos estudiosos europeus, apresentado de modo “desprovido de qualquer paixão”, somente “evidência factual” (Diop, 1974, p. 462):

o ocidente não tem sido calmo o suficiente e objetivo o suficiente para nos ensinar corretamente a nossa história sem falsificações grosseiras. Hoje, o que mais me interessa é ver a formação de equipes, não de leitores passivos, mas de ousados pesquisadores honestos, alérgicos à complacência e ocupados comprovando e explorando ideias (Diop, 1974, p.16).

Compreende-se, a partir do já dito, que há uma visão diferente da que nos foi imposta pelas teorias eurocêntricas sobre o matriarcado, pois como o autor afirma:

o sistema matriarcal é a base da organização social no Egito e em toda a África Preta. Nunca houve qualquer prova da existência de um matriarcado, supostamente exclusivamente Branco. O matriarcado negro está tão vivo hoje como esteve durante a Antiguidade. Em regiões onde o sistema matriarcal não foi alterado por influências externas, é a mulher que transmite direitos políticos (Diop, 1974, p. 263).

Diop (1974) fala também da origem do matriarcado, que para ele se deu com a agricultura, e foi descoberta pelas mulheres negras, sendo elas as primeiras pessoas a pensar numa forma de cultivar alimentos, pois eram elas que cuidavam do lar enquanto os homens estavam em outras tarefas, como a caça, sendo a dona da casa no sentido econômico da palavra, “exercendo espécie de ascendência econômica sobre a sociedade Africana, a mais acentuada, porque é geralmente aplicada” (Diop, 1974, p. 298). Destarte, ao contrário dessa visão reducionista, a mulher Africana, era tida com respeito por seu papel na sociedade, sendo reverenciada também por sua capacidade de procriar e de ser respeitada pelos seus. Assim, ‘uma vez que matriarcado é uma característica básica de civilização agrícola Negra, seria absurdo esperar que este regule a sucessão em um governo criado por Brancos’ (Diop, 1974, p. 302), o que configurara uma imposição do sistema patriarcal sob o matriarcal impondo um desequilíbrio na relação entre os gêneros.

Anterior a Diop, Dove (1998) nos traz uma relação do cristianismo com o apagamento da religiosidade africana, adentrando o sistema matriarcal, ao mesmo tempo, impossibilitando uma tentativa desse sistema dentro da cultura europeia pelas mulheres:

Qualquer análise séria das características culturais e racializadas que sustentam a cristianização da Europa deve incluir o desenvolvimento do capitalismo através de expansionismo europeu e a construção da supremacia branca como base para o massacre em massa de mulheres, homens e crianças Africanos; Primeiro Nações de mulheres, homens e crianças; e mulheres brancas que praticavam valores matriarcais. Parece claro que as forças culturais que surgiram a partir do patriarcado do norte resultaram na morte de milhões de mulheres cuja lealdade cultural e, possivelmente, a racial foram postas à prova (Dove, 1998, p. 13).

Observamos então que muitos negros se aculturaram, ou seja, anularam suas identidades, valores, língua, religião, etc., para vivenciar a cultura do europeu, o que seria o processo de colonização europeia. Diop (2015) compreende que o matriarcado é uma característica forte do povo africano, mas que houve uma tentativa de apagamento pelo berço europeu do protagonismo da mulher negra impondo a ela um perfil de subalternização, junto ao seu povo. Isso indica que, qualquer movimento de destaque como por exemplo a África sendo o berço da civilização, não a Europa, era visto como uma ameaça por essa camada dominante europeia e, por isso, era duramente combatido.

Na realidade essa visão ainda se propaga nos dias atuais. Pensemos no que tem ocorrido no continente africano nos últimos anos em relação a Covid-19, no qual cerca de 70% dos africanos só tomaram a 1ª dose da vacina contra o vírus, tendo em vista que na época do surgimento da vacina, Europa e os Estados Unidos compraram a maioria das doses do mundo e não quiseram disponibiliza-las para países da África<sup>12</sup>. Segundo o presidente sul africano Cyril Ramaphosa, em uma reunião da cúpula do Novo Pacto do Desenvolvimento da França, ocorrido em 2023, a África afirmou que solicitou a autorização à Organização Mundial do Comercio para fabricação de suas próprias vacinas, porém houve resistência desses países: “o que é mais importante, a vida ou os lucros das grandes empresas farmacêuticas?” disse ele na ocasião.

O holocausto africano, ou Maafa,<sup>13</sup> terminologia dada pela antropóloga africanista Marimba Ani (2015), é um neologismo político utilizado para descrever parte da história da África referente a extrema violência sofrida pelos africanos, praticadas por não africanos, principalmente na época da escravidão, que ocasionou dezenas de milhões de mortes. Esse tipo de violência ainda perdura até dos dias de hoje e pode ser visto como algo sofisticado no seu modus operandi. A não disponibilização das vacinas e a negativa para sua produção aos povos africanos, é um exemplo de como funciona essa violência.

Reciprocidade, respeito e amor devem estar presentes nas relações entre homens e mulheres negras e hooks (2020) nos fala sobre o ato de amar, não sobre o amor romântico, ficcional, mas o real que promove enriquecimento espiritual enquanto ação transformadora. Ela sinaliza, junto a isso, sobre a importância de não se conformar com

---

<sup>12</sup> Vacinação contra a covid-19 não chegou a mais de 70% dos africanos | Agência Brasil (ebc.com.br)

<sup>13</sup> Teóricos afrocêntricos divergem sobre o termo Holocausto africano, dando preferência ao termo Maafa, por acreditar que uma terminologia africana transmite mais intensidade ideológica e cultural dos eventos ocorridos. Seria também uma forma de se distanciar do holocausto alemão, que possui mais destaque na história mundial. Além disso, o Maafa é tido como algo que ainda está em vigor, só que modo diferente.

o ‘desamor’ que nos foi imposto por tantos séculos, destacando a relação entre homens e mulheres por conta da cultura patriarcal que impõe ao homem ignorar seus sentimentos, e conseqüentemente ignorar a dor de sua parceira:

precisamos reunir nossa coragem coletiva e encarar que o desamor em nossa sociedade é uma ferida. Ao nos permitirmos reconhecer a dor dessa ferida quando ela perfura nossa carne e sentir nas profundezas de nossa alma uma angústia profunda do espírito, passamos a ficar frente a frente com a possibilidade de conversão, de termos uma transformação em nosso coração. Desse modo, o reconhecimento da ferida é uma bênção, porque somos capazes de cuidar dela, de cuidar da alma de formas que nos deixam prontos para receber o amor que nos é prometido (hooks, 2020, p. 229).

Pudemos perceber até aqui o quanto o movimento feminista insistiu em uma representação de uma mulher universal, promovendo uma divisão entre as mulheres negras, haja vista que a questão racial não era tida como relevante. Importante trazer a mulher negra e sua história, sua opressão pois “falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas” (Gonzalez, 1988 p. 19). Assim, compreendemos que as mulheres pertencem a uma categoria pluralizada racial, étnica e cultural e não são um bloco único.

Entraremos desse modo na próxima seção, na qual falaremos sobre o sistema político brasileiro no qual Marielle se inseriu enquanto representante da mulher negra, assumindo construir um projeto de inserção delas e de outros grupos marginalizados em espaços de poder. Ao mesmo tempo combatendo a corrupção, seja dentro de grupos na qual pertence políticos, ou seja da polícia, junto à milícia, que para ela sempre estiveram em conexão no que tange relações de força e poder contra a comunidade. Essa sua atuação e trajetória de força e resistência como vimos, a levou a morte, o que não é incomum quando se fala em resistência e luta da mulher negra, pois como afirma hooks (2019, p. 22): “radicais desafiaram intencionalmente o status quo e nadaram contra a corrente. Aquelas de nós [mulheres negras] que permanecem em instituições que não apoiam nossos esforços de ser sujeitas radicais são atacadas diariamente”.

E para isso o Mulherismo se torna essencial, pois busca uma reaproximação de suas raízes africanas, através de nossas experiências de vida alinhadas a de nossos ancestrais, para juntos e juntas lutarmos contra o sistema colonial e levarmos nossa voz pois como nos diz um provérbio africano, ‘o rio, quando esquece onde nasce, seca e morre’.

Senhores do mundo, logo depois que findou o Paraíso,  
 entenderam os homens da necessidade de governá-lo.  
 Mas como fazê-lo? Com a cabeça? Com o coração? Com o estômago?  
 Difícil era o problema, todavia, exigia pronta solução.  
 Embora contrários a tôda partilha nessa cousa de mando,  
 não negaram à mulher, a colaboração na grande emprêsa.  
 Deram-lhe o coração,  
 Tinha Eva de ser toda sentimentalidade, tôda doçura.  
 Era a pasta da Bondade, nos destinos do mundo.  
 Em troca, porém, morreu-lhe o cérebro e ficou inibida de  
 trabalhar pelo estômago, surgindo, assim, as parasitas.  
 Para sí, escolheram êles o estômago, a víscera insaciável.  
 E a luta de todos os instantes, absorvendo-os, por completo,  
 sob diferentes pretextos, dentro dos mais disparatos prismas,  
 surgiu dantesca, terrível.  
 Incontestável, como a Humanidade que simboliza, o  
 estômago... escravizou, dominou os homens e fá-los gastar  
 tôda uma existência para a satisfação dos seus desejos.  
 E, quando, na “extrema curva do caminho extremo”, exaustos,  
 vêem a aridez da jornada, compreendem a nulidade dos seus esforços.  
 O cérebro, como nas mulheres, se aniquilou sob o domínio do  
 estômago, a célula mater da engrenagem; e o coração,  
 orgulhosamente, tentam sufocá-lo.  
 Rolaram séculos. A Rotina consagrou a partilha e bateu  
 palmas à direção do mundo.  
 De vez em quando, porém, há olhares lúcidos para o que não  
 se fez, e pensa-se, então, no que se poderia fazer.  
 E, desolados, clama-se pela necessidade de se endireitarem as coisas.  
 Como? Se tudo é acéfalo? Se, na partilha, se esqueceu a cabeça?  
 Ela, embora, depois de esforços titânicos, entre hoje, de mãos  
 dadas com êle, na grande luta do estômago, tem de ser fonte  
 de meiguice, tôda coração e nada mais...  
 Êle é o grande enamorado do estômago,  
 para e por quem luta e trabalha? O mais... que importa?  
 Todavia, parece tão simples tudo. A sabedoria divina semeou  
 o espaço de astros que têm vida autônoma, gira, sofrem a  
 influência da simpatia universal e conservam, dentro da mais  
 completa harmonia a sua integral personalidade.  
 Por que as criaturas não buscam a lição dos astros?  
 Cada ser é um mundo completo, com as suas leis e as suas obrigações.  
 Por que não se observa a vida e não se lhe estabelece a  
 harmonia, superiormente, humanamente, no sentido elevado  
 da palavra, cumprindo a sábia lição da Natureza que colocou  
 “o coração acima do estômago e a cabeça acima do coração”?  
 Antonieta de Barros, 1934<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Crônica publicada no jornal República, de 15 abr. 1934. Fonte: [https://repositorioanimaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3253/2/Renata\\_Dankra.pdf](https://repositorioanimaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3253/2/Renata_Dankra.pdf)

## **4. A SUB-REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NA POLÍTICA BRASILEIRA**

Nesta seção traremos um breve estudo sobre o Sistema Político Brasileiro e a participação da mulher negra na política, buscando mostrar esse sistema enquanto um modelo patriarcal, que favorece apenas ao homem branco, seguido de uma discussão sobre a mulher negra nos espaços de poder, trazendo suas conquistas no campo político e, conseqüentemente, em nossa história.

### **4.1 Des (igualdade) de gênero na política brasileira**

Conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 3º, IV - que diz que é obrigação de todos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Isso nos mostra que, sob a luz da Constituição, homens e mulheres devem ser tratados sob o princípio da igualdade, tão quanto for possível. Porém observamos que na prática as relações entre eles se caracterizam de forma desigual, na qual não se tem uma equiparação de direitos, com privilégios visíveis para os homens, como visto nas seções anteriores.

Flavia Biroli e Luis Felipe Miguel em ‘Feminismo e Política: Uma introdução’ (2015), nos levam a compreender sobre o patriarcado e sua consequência dentro da política brasileira, vista por eles como uma “organização das relações sociais que impede o fim das desigualdades. (...) o que explica porque as mulheres continuam à margem da política e, numa relação de causa e efeito, são percebidas como menos cidadãs” (Miguel; Biroli, 2015, p.2). Ou seja, uma imposição da dominação masculina<sup>15</sup> que o torna superior e faz com que mulheres permanecerem em estado de subordinação, reduzindo suas oportunidades por conta de naturais ‘fragilidades’:

---

<sup>15</sup>Para Miguel e Biroli, (2015) a dominação masculina é um conceito diferente do Patriarcado, sendo o primeiro algo mais geral, e este último específico. E trazemos essa ressalva neste estudo, pois o conceito de patriarcado é complexo e se altera mesmo dentro das teorias feministas. Ou seja, para esta pesquisa, não são palavras sinônimas.

O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o “patriarcado”, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia (Miguel; Biroli, 2015, p.14).

Uma sociedade composta por um sistema patriarcal se torna injusta para as mulheres, pois provém a ascensão dos homens em todos os sentidos, educação, trabalho, e poderes no geral, na esfera pública; enquanto as mulheres são reduzidas às responsabilidades ligadas ao lar, numa esfera privada, reduzindo sua possibilidade de crescimento. Reduzir as mulheres à esfera privada é desvantajoso e desleal, ao mesmo tempo observamos que essa esfera deve ser vista como uma visão política:

A compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes. Serviu, também, para ofuscar as vinculações entre os papéis e as posições de poder na esfera privada e na esfera pública (Miguel; Biroli, 2015, p.22).

Para os autores, é impossível separar essas duas esferas, pois elas se complementam, ao mesmo tempo que não se pode deixar de ver a esfera privada como política, propondo a construção de uma sociedade democrática e menos desigual:

Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e nem experiências como privadas e, como tal, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. O destaque para as exclusões implicadas na conformação de uma esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros (Miguel; Biroli, 2015, p. 21).

E mesmo com os avanços sociais e tecnológicos ocorridos no último século, a desigualdade de gênero ainda persiste no Brasil, tornando o país paradoxal, pois de acordo com o *Global Gender Gap Report* de 2022<sup>16</sup>, ele está em 94º lugar na questão de desigualdade de gênero, num total de 146 nações, ficando atrás de países como Venezuela, Equador e Argentina, e vem decaindo todos os anos. O Fórum Econômico Mundial, realiza anualmente encontros anuais na Suíça, com diferentes grupos de lideranças mundiais que elaboram, desde 2006, um indicador no qual demonstra as desigualdades de gênero no mundo. No *Global Gender Gap Report* (relatório global de desigualdade de gênero) tem-se um ranking anual que traz diferentes indicadores para chegar ao resultado.

---

<sup>16</sup> <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2023>.

Observamos um paradoxo ao percebermos primeiramente que, muitos dos países no qual a desigualdade de gênero é menor, como os citados anteriormente, são países menos desenvolvidos que o Brasil. Em segundo lugar, o número de habitantes que se identificou como mulheres, de acordo com o último censo, é maior que o número dos que se identificou como homens<sup>17</sup>. Essas informações demonstram um retrato de uma discrepância quando o tema é igualdade de gêneros e muitas dessas questões estão ligadas é essa (in)diferença, segundo Biroli e Miguel (2015), em relação às mulheres que vão além do gênero, e que interfere em estatísticas negativas tais como na educação, no mercado de trabalho e em números de violência:

As mulheres querem ser cidadãs, mas a própria ideia de cidadania foi construída tomando como base a posição do homem (e, em particular, do homem branco e proprietário) numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, bem como de raça e classe (Miguel; Biroli, 2015, p.41).

Ressaltamos que, em 1979 foi criada a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, numa assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo pela igualdade e promoção dos direitos das mulheres. De acordo com o site do Governo Federal, o Brasil aceitou participar do CEWAD em 1984 e, com o passar dos anos, tem formulado algumas alterações em artigos constitucionais, assim como já criou leis que pautam na simetria entre os direitos dos homens e das mulheres, como vimos anteriormente. Foi criado um comitê para atuar pelo CEDAW que tem a responsabilidade de, junto com os países que ratificaram o protocolo de participação, ajudar mulheres que tiveram direitos violados:

Nos países que ratificaram o Protocolo, as mulheres que tiveram seus direitos violados e que tenham esgotado as possibilidades de recurso às instâncias nacionais podem recorrer ao Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, criado pela Convenção. O CEDAW tem o dever de garantir a aplicação da Convenção para a redução de formas de discriminação contra a Mulher (Brasil, 2022).

Esse comitê analisa relatórios enviados pelos países que fazem parte do acordo dando seu parecer sobre as medidas tomadas por eles e atuará para adotar medidas para a manutenção do que foi protocolado pela Convenção. Isso é importante pois mostra, através de dados e não de deduções, que a discriminação existe e precisa ser combatida.

---

<sup>17</sup><https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>: Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2022, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.

As mulheres na política brasileira passaram por um processo da inexistência, pensando que somente em 1932, através do sufrágio feminino, lhes foi garantida o direito ao voto e ao direito de ser votada.<sup>18</sup> Assim como foram criadas leis com o intuito de fortalecer a presença, ou mesmo incentivar a existência de mais mulheres na política brasileira, o que configurou seu processo de permanência. Uma luta que durou por décadas e que ainda se mantém, e que destaca um ponto central, como citam Biroli e Miguel, (2015):

relativo às reivindicações das mulheres por maior presença nos corpos representativos, diz respeito à acomodação com a institucionalidade vigente. Nas vertentes mais interessantes, desde seus primórdios, o feminismo associou-se a uma crítica abrangente dos padrões de dominação social, que incluía o entendimento de que as instituições ignoravam muitas dessas formas de dominação e, com isso, contribuíam para invisibilizá-las e naturalizá-las (Miguel; Biroli, 2015, p.64).

Na questão da mulher na esfera pública, temos o espaço político brasileiro, que mostra uma realidade que já existe fora desse espaço, mas que faz uso dele para se sustentar e se fortalecer, que é o sistema patriarcal, como já citado anteriormente. Por isso, as conquistas obtidas pelo movimento feminista não vieram gratuitamente, houve grande pressão por mudanças de uma ordem já estabelecida, pois “a luta feminista foi e, segundo acreditamos, deve ser feita por transformações que levem à sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero” (Miguel; Biroli, 2015, p. 06).

Nesse contexto, debates teóricos têm sido realizados com o intuito de buscar estratégias visando um equilíbrio de gênero e raça na política brasileira e desde então o número de mulheres eleitas tem crescido, mas o número ainda é ínfimo, pensando que no Brasil, segundo dados do IBGE, 51,1% da população é formada por mulheres, o que significa quase 5 milhões a mais do que os homens.

Como dito, leis e resoluções têm sido criadas a favor da mulher dentro do espaço político e citamos como exemplo a resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre propaganda eleitoral em rádios, televisão e internet, mas que também traz a questão da violência política contra a mulher, como mostrado abaixo:

Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Art. 93-C. Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021) § 1º Constituem igualmente atos de violência

---

<sup>18</sup><https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>

política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do gênero. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021) § 2º Serão garantidos os direitos de participação política da mulher, vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de gênero ou de raça no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021)

Isso mostra uma sensibilidade à pauta sobre mulheres na política, com modelos normativos que as amparam e reforçam o papel e obrigação dos órgãos competentes de organizar o pleito eleitoral de modo que promova a concretização dos direitos, pois:

não basta eliminar as barreiras formais à inclusão, concedendo acesso ao voto ou direitos iguais. É necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, “empurrá-los” para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios (Miguel; Biroli, 2015, p. 60).

O atual Governo Federal, liderado pelo presidente Lula, já em seu primeiro ano de mandato sinalizou um olhar mais atento às questões das mulheres e às questões étnico raciais, pensando no lugar de fala de quem mais representa o país, que são as minorias, representadas por mulheres, negros e a negras. Um olhar que mostra uma preocupação com a democracia, e se movimenta pelos passos legais da Constituição que, como disse Ulysses Guimarães<sup>19</sup>, a “persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após tantos anos de luta e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra”.<sup>20</sup>

Logo, a democracia é tida como um sistema político, ou organização social, que preza, em tese, por um controle político baseado na igualdade e no respeito de seu povo. Um foco numa busca pela igualdade de gêneros num contexto específico, como na política, nos levaria a uma “reconfiguração da democracia, exigindo que ela corresponda mais efetivamente à promoção da igualdade entre os indivíduos e das condições para o exercício da autonomia por cada um(a)” (Miguel; Biroli, 2015, p. 79).

Por isso, trazer para discussão os sujeitos invisibilizados e suas posições, são importantes na construção de um espaço dialógico para que se tenha condições e possibilidades de construir políticas públicas com coerência e efetividade, e assim se possa reescrever uma história política mais equilibrada.

---

<sup>19</sup> Ulysses Guimarães foi deputado federal pelo antigo PMDB, (1916-1992) e fez um discurso histórico, na comemoração da promulgação da Carta da Constituição de 1988, na qual teve relação direta na construção.

<sup>20</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-50-anos-ulysses-desafiou-a-ditadura-e-se-lancou-anticandidato-a-presidencia>

## 4.2 A mulher negra e os espaços de poder

Refletir sobre a participação das mulheres nos espaços de poder é fortalecer um debate a respeito do lugar que compete a homens e mulheres em nossa sociedade, o que coloca em questão argumentos que foram desenhados historicamente como sendo naturalmente corretos, advindos de visões biológicas ou sociais, como visto no início de nossa pesquisa, na qual a ideia de que existiriam talentos e tendências naturalmente diferenciados entre os sexos” (Miguel; Biroli, 2015, p. 33). Isso nos mostra que “grupos em posição subalterna, como é o caso das mulheres, tendem a ser reduzidos a uma “essência” simplificadora e estereotipada, que tanto nega a multiplicidade de suas experiências quanto naturaliza os efeitos da dominação”. (Miguel; Biroli, 2015, p.52)

No caso da mulher nos espaços de poder as questões são mais complexas que somente a questão do gênero, por temos a questão da raça. Como a mulher negra poderiam se equiparar às brancas se elas foram escravizadas por cerca de 400 anos, destituídas de todos direitos humanos?

Como frisa Davis (2016), a escravatura persistia de forma indireta dando ao negro uma falsa sensação de liberdade, mesmo não estando mais na condição de escravos, não tinham a condição de viverem a liberdade que lhes foram dadas, sem acesso à educação e ao emprego: Em 1837, por exemplo, com nosso país já independente, tivemos nossa primeira lei no Brasil, a Lei nº 1, de 14 de janeiro, na qual dizia que escravos e pretos africanos eram proibidos de frequentar escolas públicas, ainda que fossem livres ou libertos.” Já em 1850 tivemos a lei de terras, na qual negros não podiam ser proprietários de terra. Nessa lei incluía-se também um tópico que incentivava a vinda de imigrantes brancos para o país, com objetivo de trabalhar, recebendo auxílio do governo e assim, branquear nosso país.

E mesmo com a Lei Áurea assinada em 1888 com o objetivo de acabar legalmente com a escravidão e com a promulgação da primeira Constituição em 1891 no Brasil, as raízes escravistas e racistas persistiam em nossa sociedade e os negros só obtiveram qualquer tipo de inclusão junto ao Estado, através de muitas lutas.

A marginalização social e as desvantagens socioeconômicas, junto às opressões, são fatores que impõem a mulher negra barreiras para seu acesso à política, ocupando uma posição de poder na sociedade, pois elas são associadas a uma negatividade em relação a sua “capacidade intelectual, à aparência física ou ao comportamento”:

A fixação social destes estereótipos afeta as possibilidades de ocupação de posições políticas que dependem de laços com empregadores e de redes sociais, como são os cargos de confiança. Ademais, torna a figura da mulher negra pouco atraente para os partidos, uma vez que as chances de vitória nas eleições dependem, entre outros fatores, da identificação positiva de eleitora(es) com a(o) candidata(o). Representações afirmativas da competência, inteligência, racionalidade e capacidade são geralmente ligadas ao homem brancos (Brasil, 2015, p. 12).

Em relação aos espaços de poder ocupados por mulheres negras, desde a década de 60 as questões raciais tiveram mais espaços dentro das discussões pelos direitos, através dos movimentos sociais, como os do feminismo negro no qual construir uma sociedade mais justa numa uma visão democrática, promovendo um desenvolvimento negro humano de igualdade:

A compreensão dos mecanismos de exclusão e a elaboração de respostas institucionais que desafiem o racismo e o patriarcado pressupõem o exame das dinâmicas de dominação sobre as mulheres negras. Por isso, estudiosas e militantes do feminismo negro têm buscado mostrar especificidades da opressão, resultantes da intersecção de raça e gênero, a partir de uma “perspectiva racial de gênero” (Brasil, 2015, p. 11).

Essa igualdade é algo construída e está relacionada ao fato de todos cidadãos e cidadãs serem considerados iguais perante o Estado. Porém a situação da mulher negra é mais densa, pois “mesmo a divisão entre o público e o privado, e com ela a relação entre feminino e domesticidade, tem sentido muito distinto quando são consideradas as mulheres pobres e negras” (Miguel; Biroli, 2015, p.18).

O texto “A participação de mulheres negras no poder” publicado em 2015 pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pelo Programa Interagencial para a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia do sistema Nações Unidas no Brasil, traz informações pertinentes ao tema por nós trazido, apresentando “um quadro preliminar de assimetrias que marcam o processo que leva à ocupação dos espaços de poder”, (Brasil, 2015, p. 5) nos dando a possibilidade de expor a magnitude da exclusão das mulheres negras na política institucional brasileira. Sobre isso o texto destaca alguns fatores que incidem numa entrada tardia dentro do espaço política, como a questão da divisão do trabalho sexual, na qual elas se encarregam de cuidar da casa e dos filhos, pois como cita Brasil (2015):

Em 96% dos domicílios brasileiros, são elas as encarregadas das tarefas domésticas e do cuidado com filhas (os), o que gera o acúmulo das jornadas de trabalho remunerado e de trabalho doméstico/familiar. Em consequência, as mulheres parecem demorar mais para construir uma carreira política, (...). As poucas mulheres que atuam no Congresso Nacional, ou na política em geral, tendem a acumular menos encargos domésticos, por conta de seu estado civil (Brasil, 2015, p. 13).

Outro fator se dá visivelmente pela quantidade de mulheres brancas em relação a participação política ou em diferentes espaços de poder, pois elas sempre tiveram as mulheres negras ao seu lado, mas como um suporte executando serviços domésticos em seus lares ou cuidando de seus filhos, além dos próprios, dedicando assim, suas vidas às delas. Por isso, temos que ter ciência de que:

para que ocorram mudanças na participação das mulheres nos espaços de poder, é fundamental dispormos de outras análises sobre desigualdades intragênero, capazes de revelar as dinâmicas que também colocam obstáculos à igualdade entre mulheres negras e brancas (Brasil, 2015, p. 5).

Para Davis (2016) “a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas” (Davis, 2016, p.99) e isso mostra que a herança escravocrata e patriarcal ainda respinga na história da mulher negra e por isso sua luta incessante para participar de espaços de poder, e tendo seu lugar de fala, pois mesmo hoje tendo um número maior de mulher negras nesses espaços, como os políticos, e mesmo tendo leis que deem acesso a sua entrada, a sub representatividade é evidente.

A partir dos estudos de Davis, (2016) compreendemos que a junção do gênero, classe e raça é uma combinação que mostra a exclusão para as mulheres negras, tornando-as sujeitos invisíveis, destarte o combate à desigualdade de gênero deve estar unido ao combate da desigualdade racial, pois são as mulheres negras que compõem o grupo sobre “o qual incidem dois diferentes eixos de opressão, gerando estereótipos negativos e piores condições de vida. As particularidades da discriminação das mulheres negras têm consequências concretas em sua participação política” (Brasil, 2015, p. 11). Por isso nos questionamos se em nosso sistema político brasileiro, os nossos representantes, aos quais nós demos nossos votos realmente nos representam, pois o quadro político retrata um grupo formado majoritariamente por homens brancos, sendo que a população é formada em sua maioria por negros e pardos. Para Miguel e Biroli (2015):

As visões que se consolidam a partir da posição parcial das mulheres tornam patente o fato de que as posições hegemônicas são também perspectivas e posicionadas, mas foram, a partir da experiência masculina (e não de qualquer homem, mas dos homens brancos e proprietários), amplamente traduzidas como “humanas” e “cidadãs”. Aparecem, assim, desprovidas de marcas de gênero, de classe, de pertencimento num sentido mais amplo (Miguel; Biroli, 2015, p.6)

Vimos que nosso sistema político brasileiro é representado por pessoas que têm o dever de representar quem neles votou. No caso da mulher negra, que traz junto outras questões de opressões, ela precisa de uma representação que tenha seu lugar de falar

validado e garantido, pois há uma hiper valorização material e simbólica que põe em melhores posições o homem branco, “seguidos das mulheres brancas e depois dos homens negros. As mulheres negras compõem o grupo sobre o qual incidem dois diferentes eixos de opressão, gerando estereótipos negativos e piores condições de vida.” (Brasil, 2015) Ou seja, não serão homens ou mulheres brancas que resolverão suas questões, que são tidas como de menor importância. Segundo dados da Agência Brasil,<sup>21</sup>

Mulheres negras seguem ganhando menos que mulheres não negras e homens negros e brancos. É o que aponta uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia, o IBE. De acordo com o levantamento, no primeiro trimestre de 2023 a remuneração média das mulheres negras era de R\$ 1.948, o que equivale a 62% do que as mulheres não negras ganham, 80% do que os homens negros ganham e 48% do que homens brancos ganham (Agência Brasil, 2023).

É importante trazer esses dados, pois precisamos destacar o tamanho da desigualdade entre mulheres negras e o restante da população. E, junto a esses dados, outros já mostrados anteriormente<sup>22</sup> que trazem a mulher negra como principal vítima da violência doméstica, policial, sexual, em comparação com as brancas:

O racismo é um fator de subvalorização dos gêneros, colocando em patamares sociais diferentes negros e negras e os grupos racialmente dominantes. No caso das mulheres, essa combinação faz com que os padrões sociais e estéticos das mulheres brancas – e com maior poder aquisitivo – sejam explorados, valorizados e propagados, operando de forma a excluir os gêneros subalternos (Almeida, 2019).

Não seria surpresa então, que houvesse uma menor representação em altos cargos públicos e privados, assim como baixa representação na política brasileira. Temos aí um racismo e sexismo estrutural mascarado pela visão da naturalidade ou da meritocracia.

#### **4.3 Mulheres negras no poder!**

nossa vitória é resultado que comprova a leitura política de que o debate sobre a representação de mulheres com pautas feministas, raciais e sociais é urgente (...) nosso futuro mandato, construído de maneira coletiva como foi em nossa campanha eleitoral, trará a defesa dos direitos humanos, em especial, os direitos das mulheres, negras e negros, as faveladas e favelados como pautas essenciais (Franco, 2016).<sup>23</sup>

No decorrer dos últimos 90 anos a participação da mulher negra na política passou por um processo que foi da inexistência à inclusão, mas que ainda perpassa por um processo de sub representação, pois o racismo estrutural ainda se mantém forte e presente

---

<sup>21</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-07/mulheres-negras-ganham-menos-do-que-mulheres-brancas-diz-pesquisa>

<sup>22</sup> Rever Seção 1

<sup>23</sup> Trecho do primeiro discurso após ser eleita para vereadora em outubro de 2016.

no meio político, pois privilegia pessoas brancas. De acordo com Almeida (2019), “a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”, (Almeida, 2019, p.22) e estudos mostram fatores que contribuem para a sub representação dos negros e negras na política, principalmente as mulheres, mesmo elas tendo capacidade intelectual, estando envolvidas em movimentos sociais ou participando ativamente de debates e atividades políticas, como no caso de Marielle até ela ser eleita vereadora.

As particularidades da discriminação das mulheres negras têm consequências concretas em sua participação política. Definindo poder político como a capacidade de tomar decisões e fazer valer escolhas no mundo público, é notório que as mulheres, em especial as negras, ainda não alcançaram, enquanto sujeito político coletivo, uma posição de poder na sociedade. Este fenômeno tem natureza estrutural, derivada, entre outros fatores, da lógica de marginalização social, o que revela que as dificuldades encontradas pelas mulheres não são decorrentes de sua situação individual, nem de deficiências particulares (Brasil, 2001).

Em 2017, primeiro ano de atuação de Marielle enquanto vereador, foi aprovada a lei 13.488, sendo considerado um marco para as mulheres negras que buscam participar da política, pois essa lei visou protegê-las e fomentar suas participações no cenário político. Surge, a partir dessas iniciativas jurídicas e políticas, em novo olhar para a mulher negra, pois a questão da raça. Além do gênero passou a ser reconhecida a raça.

A lei foi importante, ao mesmo tempo temos as políticas de ações afirmativas como a cotas raciais que surgiram a partir da necessidade de eliminar barreiras históricas que impediam o acesso de grupos minoritários, como os negros e negras, a ingressarem em universidades públicas brasileiras e públicas ou empregos públicos, ou mesmo como o acesso da mulher negra na política.

Pensar na igualdade política é fazer pôr em funcionamento a democracia, que refletem sobre os padrões estruturais impositivos em nosso meio que advém do próprio sistema patriarcal criados pelos entraves dos partidos, que não tem interesse em dividir poder, pois como afirma Almeida (2019), sobre as políticas de ação afirmativa, “apesar de seu longo histórico de implantação e de seu reconhecimento jurídico e político, ainda motivam grandes controvérsias dentro e fora das instituições em que são implementadas”. (Almeida, 2019, p.28) Ao descrevermos sobre a democracia, pensada aqui como algo verdadeiramente plural, podemos concluir que somente a partir dela que poderíamos pensar numa representatividade de negros e negras em nossa política brasileira, pois desde

a Constituição de 1988, juntamente com movimentos sociais de diferentes esferas se construiu uma estrutura para que os direitos fundamentais do cidadão e cidadã pudessem ser pensados. A representatividade é importante para que aja equilíbrio e rompimento das estruturas patriarcais e racistas que envolvem nossa sociedade.

o racismo não se limita à representatividade. Ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista. A ação dos indivíduos é orientada, e muitas vezes só é possível por meio das instituições, sempre tendo como pano de fundo os princípios estruturais da sociedade, como questões de ordem política, econômica e jurídica (Almeida, 2019, p. 32).

Desse modo, percebemos que há políticas públicas afirmativas, mas que são poucas dentro do contexto patriarcal e machista que vivemos. Para Almeida (2019):

no Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção dos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição de 1988 e nas leis antirracistas, como a Lei 10.639/2003, as de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, no Estatuto da Igualdade Racial e também nas decisões judiciais, inclusive com contribuições técnicas e teóricas de grande relevância. Ainda assim, é sabido que o destino das políticas de combate ao racismo está, como sempre esteve atrelado aos rumos políticos e econômicos da sociedade (Almeida, 2015, p.93).

Pensando em ações afirmativas e pluralidade, o Governo Federal criou Ministérios que têm como objetivos buscar soluções de inserção de diferentes grupos, como as mulheres, os negros e negras e a população LGBTQIA+, dando assistência e criando metodologias de igualdade e cidadania. Esses dois ministérios têm como líderes uma mulher e um homem negro: O ministério da Igualdade Racial, liderado por Anielle Franco, irmã de Marielle, que se identifica como um Ministério criado com objetivo de lutar por “direitos, justiça, memória, reparação e eliminação do racismo no Brasil e por um país de respeito e igualdade.”<sup>24</sup> E o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, liderado por Silvio Almeida, que trabalha pela dignidade e igualdade de direitos para todos e todas.

Além desses importantes ministérios ressaltados aqui, temos outros compostos por mulheres negras ou de origem indígena que fortalecem a pluralidade da política brasileira em altos cargos, como Margareth Menezes na Cultura, Marina Silva (Rede) no Meio Ambiente e Sonia Guajajara (PSOL) no Ministério dos Povos Originários.

Ainda é um ministério que sua grande maioria é formado por homens brancos, mas em comparação ao governo anterior, a diferença é significativa, pois no governo de

---

<sup>24</sup> <https://www.instagram.com/ministerioigualdaderacial/>

Jair Messias Bolsonaro, (2018-2022), houve somente duas mulheres, Tereza Cristina (Agricultura) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), ambas mulheres brancas da extrema direita. Ou seja, de 22 pastas dos ministérios, menos de 10% foi ocupado por uma mulher. Nesse mesmo período, somente um ministro, Wagner de Campos Rosário, da CGU (Controladoria-Geral da União), era auto declarado negro, o que corresponde a cerca de 4% do total. Um governo que não se preocupou com a busca da igualdade, ou no equilíbrio de poderes.

Percebemos nesse caso, um movimento positivo acerca da inclusão de diferentes etnias dentro dos espaços de poder da política, primando evidentemente pela qualificação desses representantes. A própria Anielle Franco, é um exemplo dessa qualificação, pois em seu currículo mostra que ela já atuou como professora, graduada, jornalista e ativista.

As políticas de promoção da igualdade racial e de ações afirmativas têm bases constitucionais e visam auxiliar os grupos de minoritários que são discriminados historicamente com medidas que busquem equidade entre eles e os maias favorecidos:

o Brasil vive um momento extremamente favorável à inclusão de segmentos historicamente excluídos. Cabe, portanto, aos agentes políticos, aprofundar este processo, incentivando a ampliação das políticas de igualdade racial e de gênero, adotando as ações afirmativas requeridas para a sustentabilidade dos avanços (Brasil, 2015, p. 6).

Essas políticas, que possuem fundamentos jurídicos, visam atuar com o objetivo de buscar equidade para quem concorre a determinadas vagas, criando assim um mecanismo de acesso para quem tem mais dificuldade. Essas políticas são diversas e o sistema de cotas raciais é um desses exemplos. No Brasil já são 11 anos de existência das cotas raciais, dando acesso a milhares de negros e negras a entrarem em instituições de ensino superior, ou no serviço público, assim como dá a oportunidade de entrarem na política com financiamento específico, por exemplo, pois desde 2020 os partidos têm de reservar uma parcela da cota do fundo eleitoral<sup>25</sup> para a campanha de candidatos negros,

---

<sup>25</sup> Segundo o site <https://www.politize.com.br/distribuicao-do-fundo-eleitoral-candidaturas-de-pessoas-negras/>, “Fundo Eleitoral trata-se de uma quantia em dinheiro retirada do Tesouro Nacional e distribuída entre todos os partidos políticos para o financiamento das suas campanhas eleitorais. Ele foi criado em 2017 após o Supremo Tribunal Federal ter proibido doações de pessoas jurídicas para as campanhas. A distribuição do Fundo Eleitoral é feita proporcionalmente entre os partidos, conforme os critérios estabelecidos na legislação. De forma geral, partidos com mais representantes nas casas legislativas recebem uma parcela maior do montante. Lembramos que o Fundo Eleitoral é diferente do Fundo Partidário. Este também é distribuído entre os partidos, mas com o fim de custear suas atividades cotidianas, como contas de água, luz, aluguéis e passagens aéreas. O valor reservado para o Fundo Eleitoral em 2020 foi de aproximadamente R\$ 2 bilhões (R\$ 2.034.954.823,96).”

o que já ocorria com as mulheres. E, mesmo tendo como objetivo a pluralidade e a equidade de direitos, as cotas ainda são criticadas por diferentes setores da sociedade. Isso se dá por vários motivos, como mostra Almeida (2019):

No Brasil a universidade não é apenas um local de formação técnica e científica para o trabalho, mas um espaço de privilégio e destaque social – um lugar que, no imaginário social produzido pelo racismo, foi feito para pessoas brancas (Almeida, 2019, p.100).

Ou seja, críticas que advém baseadas num pensamento errôneo de que somos todos iguais e que por isso temos que concorrer do mesmo modo. Importante racionalizar que as diferenças sempre ocorreram e foram trazidas e imposta pela supremacia branca que pressupõe, não que há igualdade, mas que os negros devem se colocar sempre num lugar de inferioridade. O que ocorre na verdade, segundo Almeida (2019) é que:

o que está subjacente nesta forma de ver o problema das ações afirmativas é que o reconhecimento do mérito, quando se trata de pessoas negras, traz como uma espécie de condição *sine qua non* o sofrimento individual. Aqueles que, por alguma razão não conseguiram suportar o peso político, econômico e psicológico do racismo em suas trajetórias não se enquadrariam na lógica meritocrática (Almeida, 2019, p. 102).

Há a necessidade de um compromisso institucional de direito da mulher negra enquanto sujeitos concreto. Por isso a criação de mecanismos jurídicos tem sido eficaz, como as ações afirmativas e com a existência de políticas previstas em lei não como deveriam, mas que servem como um ponto de partida para a luta negra num projeto de inclusão mais abrangente. E ainda é bastante pequena a participação de mulheres negras nos Poderes, judiciário, executivo e Legislativo, conforme estudos. Abaixo alguns dados que ilustram a porcentagem de mulheres negras eleitas para vereadora em 2016 e 2020:

Tabela 3: Quantitativo de vereadores e vereadoras eleitos/as no Brasil nas eleições de 2016 e 2020.

Fontes: Base de Candidaturas TSE - 2016/2020 PNAD Contínua - 2016	Gênero	Cor/Raça	Qtd. de Cand.		(% ) Cand.		Qtd. de Eleitxs		(% ) Eleitxs		Elegibilidade		[1] quantidade de eleitxs a cada 100 candidaturas/ Candidaturas aptas de eleição ordinária
			2016	2020	2016	2020	2016	2020	2016	2020	2016	2020	
MULHER	NEGRA		66.128	85.283	14,6%	16,5%	3.057	3.813	4,8%	6,1%	4,6	4,5	
	INDÍGENA		422	676	0,1%	0,1%	23	30	0,0%	0,0%	5,5	4,4	
	AMARELA		620	659	0,1%	0,1%	44	54	0,1%	0,1%	7,1	8,2	
	BRANCA		76.936	86.743	17,0%	16,7%	5.332	5.864	8,4%	9,3%	6,9	6,8	
	S/ID			2.030		0,4%		86		0,1%		4,2	
	Total		144.106	175.391	31,8%	33,8%	8.456	9.847	13,3%	15,7%	5,9	5,6	
HOMEM	NEGRA		151.013	175.315	33,3%	33,8%	22.927	23.563	36,1%	37,5%	15,2	13,4	
	INDÍGENA		1.101	1.353	0,2%	0,3%	151	159	0,2%	0,3%	13,7	11,8	
	AMARELA		1.328	1.159	0,3%	0,2%	280	198	0,4%	0,3%	21,1	17,1	
	BRANCA		155.613	161.016	34,3%	31,1%	31.618	28.586	49,8%	45,5%	20,3	17,8	
	S/ID			3.937		0,8%		508		0,8%		12,9	
	Total		309.055	342.780	68,2%	66,2%	54.976	53.014	86,7%	84,3%	17,8	15,5	
Total geral			453.161	518.171	100,0%	100,0%	63.432	62.861	100,0%	100,0%	14,0	12,1	

FONTE: <https://mulheresnegrasdecidem.org/dados/><sup>26</sup>

<sup>26</sup> Acesso em 13 de março de 2024.

Os dados acima mostram a necessidade de refletir sobre as circunstâncias desses números, ao mesmo tempo de pensar em possibilidades de validação do que a mulher negra é e pode ser, em relação aos espaços de poder, pois observamos na tabela que passamos a ter um percentual de 6,3% de mulheres negras eleitas em 2020, mas que ainda é um número muito ínfimo em relação às vagas totais, sendo uma “representação aquém de seu peso na população total, num padrão que só recentemente começou a ser alterado.” (BRASIL, 2015, p.7) A representatividade e presença dessas mulheres nesse espaço específico de poder segue bem abaixo do total: de 62.861 tivemos somente 3.813. Interessante destacar que, segundo dados do TSE, mulheres representam 52,5% do eleitorado brasileiro, o que mostra que, mesmo as mulheres, em sua grande maioria, direcionaram seus votos a homens.

Durante toda nossa pesquisa, trataremos Marielle como nosso objeto de estudo, destacando sua luta e força como política brasileira, por isso faremos um destaque para Antonieta de Barros (1901-1952), que foi a primeira mulher negra a ser eleita no Brasil como deputada, pelo Estado de Santa Catarina, em 1935.<sup>27</sup>

Filha de ex-escravizados, ela foi uma personagem feminina que inaugurou um cenário político de uma forma diferente, quebrando, mesmo que de modo não intencional, os estereótipos relacionados ao gênero raça e classe promovendo uma mudança significativa, pois sua entrada na política foi um marco, e conviveu com desafios e preconceitos raciais, classistas e sexistas da época, de classe social e de gênero.

Foi ela a autora do projeto de lei que instituiu o dia do Professor, a princípio no Estado de Santa Catarina, depois oficializado nacionalmente. Na ocasião da promulgação da Lei nº 145 em 1948 ela discursou afirmando que o “ato de educar era ensinar os outros a viver; é iluminar caminhos alheios; é amparar debilitados, transformando-os em fortes; é mostrar as veredas, apontar as escadas avançar sem muletas e sem tropeços”. (Barros, 1948) Assim, Antonieta deixou um legado permanente, passando a ser uma personagem feminina negra que inaugurou um cenário político num Estado majoritariamente branco, Santa catariana, e lutou contra a opressão contra os negros e a favor dos direitos dos educadores, vistos por ela como agentes das mudanças da sociedade.

Ressaltamos que, somente no ano de 2023, depois de 89 anos, uma outra mulher negra assumiu na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Vanessa da Rosa, (PT), que permaneceu no cargo somente um mês, entre 20 de outubro e 20 novembro de

---

<sup>27</sup> Biografias / Antonieta de Barros / Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

2023, substituindo um outro deputado que estava de licença: “será um mandato breve, mas gigante, com um simbolismo histórico para as mulheres catarinenses, em especial, para as mulheres negras”.<sup>28</sup>

Percebe-se a contradição existente nesse fato, pois ao mesmo tempo que Santa Catarina elegeu a primeira deputada negra do Brasil, em 1934, no decorrer de sua história, somente cerca de 90 anos uma outra mulher negra assumiria esse cargo, e mesmo assim, de modo breve. Compreendemos a contradição, nesse caso, como um elemento essencial no discurso na produção de sentidos, nos levando para a incompletude e não transparência da língua (Pêcheux, 2009) na qual o sujeito não pode escolher em estar ou não dentro da ideologia, pois ele é atravessado por ela, condição essa acima do seu querer.

Há uma inquietação, dentro desta pesquisa, que nos fez refletir por que há tão poucas mulheres negras nesses espaços formais de poder, e por que quando há, são subestimadas, criticadas, e até assassinadas, assim como foi com Marielle. Destarte, a construção de um cenário que contemple mais mulheres negras nos espaços de poder, assim como foi com Antonieta e Marielle, promove a oportunidade de criação de leis e um combate mais igualitário contra o racismo, o sexismo e o preconceito que permeia a vida das mulheres negras. Assim, uma unicidade no controle institucional é negativa pois:

a ausência de pessoas não brancas em espaços de poder e prestígio é um sintoma de uma sociedade desigual e, particularmente, racista. Portanto, é fundamental para a luta antirracista que pessoas negras e outras minorias estejam representadas nos espaços de poder, seja por motivos econômicos e políticos, seja por motivos éticos (Almeida, p.2019, p. 33).

Através de um olhar interseccional, constatamos que a sub representação da mulher negra na política tem a ver com diversos fatores, mas o racismo, passa a ser um dos fatores mais presentes, pois é algo estrutural e se fortalece nas tensões existentes da sociedade que sempre valorizou a herança do colonizador, o homem branco, subestimando a capacidade da mulher negra, pois como disse Almeida (2019):

A força da eleição ou o reconhecimento intelectual de um homem negro e, especialmente, de uma mulher negra, não podem ser subestimados quando se trata de uma realidade dominada pelo racismo e pelo sexismo. Ademais, a representatividade é sempre uma conquista, o resultado de anos de lutas políticas e de intensa elaboração intelectual dos movimentos sociais que conseguiram influenciar as instituições (Almeida, 2019, p. 68).

Outro ponto é a dominação masculina que, através do sistema patriarcal reduz as mulheres, principalmente as negras, à subalternidade e a um reducionismo para a esfera

---

<sup>28</sup> <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2023/10/21/apos-89-anos-santa-atarina-volta-a-ter-deputada-negra.html>

privada, cuidando e servindo dos seus e dos outros, o que é um erro, tendo em vista que, “todas as relações sociais são relações de poder e as relações interpessoais são também relações sociais,” (Brasil, 2015) ou seja, nas esferas públicas ou privadas, há um olhar político a ser representado e valorizado.

O sistema político brasileiro ainda se mostra bastante fechado no que se refere à participação da mulher, o que a impede de alcançar seu lugar de poder neste espaço, mesmo tendo leis que garantam esse lugar e o movimento feminista contribuiu para as conquistas das mulheres nesse espaço tão masculinizado. Daí a importância da contribuição da teoria política feminista como movimento social e estudo transformador.

No que tange à mulher negra na política, percebemos que a baixa representatividade é perceptível; somos poucas enquanto vereadoras, prefeitas, deputadas e senadoras. Essa falta de representatividade, e mais do que isso, o preconceito existente com as mulheres negras políticas, através da violência política de gênero se dá pela estrutura patriarcal que construiu valores na sociedade que vivemos.

Ao permitir que membros de grupos sociais historicamente discriminados participem de espaços em que decisões importantes são tomadas ou que pertençam a instituições que gozam de prestígio, espera-se como efeito político: a) o fortalecimento dos laços sociais, impedindo o isolamento de grupos e retirando a força de práticas discriminatórias; b) o exercício da pluralidade de visões de mundo e a dedução de interesses aparentemente específicos do grupo, que agora, com voz ativa, poderá participar da produção de um “consenso”, dando legitimidade democrática às normas de organização social; c) a redistribuição econômica, uma vez que a maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho é característica marcante em membros de grupos historicamente discriminados (Almeida, 2019, p. 147).

Através de uma perspectiva interseccional, no qual se reúne olhares para diferentes grupos sociais, podemos pensar num sistema político que contemple a mulher negra, não somente na representatividade, mas na presença, reunindo um lugar de fala e defesa para quem vivencia diferentes opressões. Garantindo essa participação, teremos não somente uma reparação histórica na política, como também uma promoção de democracia e pluralidade de vozes nos espaços de tomada de decisões, para assim, como disse Antonieta de Barros (2015), cumprir “a sábia lição da natureza que colocou o coração acima do estômago e a cabeça acima do coração”.

Irmã Outsider (trecho)

*“Cada uma de nós está aqui hoje porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo.*

*Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não. Para aquelas entre nós que escrevem, é necessário esmiuçar não apenas a verdade do que dizemos, mas a verdade da própria linguagem que usamos. Para as demais, é necessário compartilhar e espalhar também as palavras que nos são significativas. Mas o mais importante para todas nós somos a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e as quais conhecemos, para além daquilo que compreendemos. Porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo, que é o crescimento(...).*

*Podemos aprender a agir e falar quando temos medo da mesma maneira como aprendemos a agir e falar quando estamos cansadas. Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará. O fato de estarmos aqui e de eu falar essas palavras é uma tentativa de quebrar o silêncio e de atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio. E há muitos silêncios a serem quebrados.”*

(Audre Lorde, 1984)

## 5. RELAÇÕES DISCURSIVAS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Nas diferentes formas de estudar a linguagem, a Análise de discurso apresenta um modo diferente de reconhecer a linguagem: ao invés de compreendê-la pela língua ou pela gramática, a Análise de Discurso se propõe a investigar o funcionamento da linguagem estabelecendo o discurso como objeto de estudo. E o discurso, tal como compreendido pela Análise de discurso, vai além de uma mera transmissão de informação, de uma mensagem a ser decodificá-la. A proposta da Análise de Discurso é justamente compreender e analisar esse funcionamento da linguagem, especialmente no que se refere aos efeitos de sentidos produzidos entre locutores e que tem sua regularidade e funcionamento (Orlandi, 2003).

O discurso nas últimas décadas tem sido visto como uma referência central e diversificada em algumas ciências como, por exemplo, as sociais e as de linguagem, pois ele tem sido compreendido não somente como um objeto verbal autônomo, mas como prática social estabelecida em diferentes condições de produção de nossa sociedade. E ao trazermos o discurso para nosso objeto de pesquisa podemos notar que ele também pode representar centralização de força e de poder, principalmente quando falamos da questão da discriminação interseccional, que resulta no preconceito e racismo contra a mulher negra, pois questões de raça e gênero são mutuamente excludentes.

Por isso a necessidade de as mulheres negras ocuparem os espaços que lhes são devidos, abrindo uma possibilidade de que sua voz e suas pautas sejam ouvidas enquanto sujeito, relacionando-a à sua construção identitária, será necessário trazer alguns conceitos da Análise de Discurso como o sujeito, discurso, condições de produção, formações discursivas, memória, silêncio, entre outros, para que possamos compreender os efeitos de sentidos que surgem em seu processo de (re)significação da identidade da mulher negra e seu lugar de fala.

Nessa perspectiva, as noções mobilizadas nesta pesquisa serão trazidas aqui de modo a considerar uma produção teórica que vem sendo desenvolvida no Brasil e no exterior há algumas décadas e que tem grande relevância social para os estudos da linguagem e das ciências sociais. Por isso tentaremos mostrá-la de modo tranquilo e respeitoso, uma vez que a Análise de Discurso não é uma disciplina fechada e acabada em si mesma: ela é ampla e está sempre aberta a novas possibilidades.

Lembremos sempre que a língua é viva e não tem somente a função de ser uma

transmissora de informações, mas é uma relação de linguagem, pois como diz Orlandi (2013, p 21) “As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. E é nisso que a Análise de discurso se depara e se sustenta: na multiplicidade e na variedade da linguagem no discurso.

Como visto, muitos serão os postulados teóricos e analíticos mobilizados através da Análise de Discurso, e estes serão retomados, junto com o conceito de interseccionalidade na seção que analisará o corpus discursivo, contendo os discursos de Marielle em diferentes formações discursivas.

### **5.1 A Análise de Discurso: Início, *entremeio* e afins**

A Análise do Discurso tem como objeto de estudo o discurso, e como já visto, será ela que nos dará suporte para um estudo sobre a constituição da mulher negra enquanto sujeito, pois a linguagem é traço presente em todas as culturas assumindo um papel essencial no processo de formação dos sujeitos.

Em 1969, com a publicação do livro *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, houve uma ruptura epistemológica sobre a noção de sujeito, que se faz presente como organizadora dos processos epistemológicos e trouxe definitivamente o discurso como objeto das questões relativas à ideologia e ao sujeito.

O campo da língua tornou-se o foco principal da linguística, pelo fato de ela ser sistematizada, na qual se consegue encontrar um equilíbrio e uma estabilidade e capacidade de ela ser categorizável. Desse modo, a dicotomia língua x fala trouxe um dilema para a linguística, pois são dois objetos que se unem, mas que se distanciam quando, no caso da fala, a linguagem está diretamente presente e atravessada por questões sociais e históricas - o que é ignorado nos estudos da língua. A linguagem por isso, não pode ser somente atrelada à língua, mas a algo externo a ela. Por isso, diversas tentativas de elaboração de uma teoria que complementasse o objeto da fala, quebrando a relação dela com a língua, foram estudadas.

Para Malidier (1997), a fundação da Análise de Discurso se deu a partir de Michel Pêcheux e foi algo positivo:

os anos 60 são os anos do estruturalismo triunfante. A linguística, promovida a ciência piloto, está no centro do dispositivo das ciências (...) O projeto da AD nasce neste contexto (...) o liame entre a expansão da linguística e a possibilidade de uma disciplina (nova) como a análise de discurso é explícita (Malidier, 1997, p. 175).

Assim, a Análise de Discurso, iniciada na França, surge a princípio ligada pela linguística e pelo marxismo com o objetivo de estudar os discursos políticos dos contextos daquela época, fazendo uma leitura desses eventos com análises que versavam principalmente sobre os discursos dos políticos de esquerda e textos impressos, o que enfatizava a função Análise de Discurso da naquele período como um estudo da língua em funcionamento. E é nessa junção do marxismo com a linguagem, que podemos articular discurso, sujeito e ideologia e a partir daí, sermos condicionados a ver a Análise de Discurso como uma desdisciplina:

A AD é uma espécie de autodisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (Orlandi, 2017, p. 25).

A Análise do Discurso enquanto uma disciplina de entremeio, (Orlandi, 2001) e que dialoga além da Linguística e do Marxismo, com a psicanálise. Esse diálogo se caracteriza não pela junção de suas definições ou conceitos, mas por questioná-los e apresentá-los, mostrando, assim, um novo olhar dessas disciplinas, cujo objeto de estudo é o discurso em si mesmo.

O entremeio surge ao ligar a linguagem e o exterior pois o discurso é uma construção social, que ocorre através da linguagem e só pode ser levado em conta por seu contexto social e suas condições de produção. A palavra aqui, deixa sua forma abstrata e passa a uma forma material, assumindo aspectos históricos e culturais e carregada de significados: “é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade”, tendo em vista que o “repetível em nível do discurso é histórico e não formal” (Orlandi, 1996, p. 22).

Observemos que Pêcheux propôs questionar as três regiões de conhecimento, o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, atravessando-as por uma teoria psicanalítica, através do conceito lacaniano, de um sujeito interpelado pelo inconsciente (Pêcheux, 1997b). Ao falarmos em interpelação, remetemo-nos às teorias de Pêcheux que, com base em Althusser, introduz uma discussão sobre “a constituição do sujeito, em sua situação concreta de enunciados” (Pêcheux, 1997b, p.171).

Trazer a psicanálise para os estudos da Análise de discurso significa aceitar um sujeito que é submetido ao seu inconsciente, um sujeito assujeitado e afetado pelas questões sócio históricas. A concepção de sujeito trazida por Lacan, é a de um sujeito descentrado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, por isso ele pode ser

associado ao real, ao simbólico e ao imaginário, tendo em vista que para Orlandi (2013), “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem e assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (Orlandi, 2013, p.42).

Assim, o processo discursivo é o que se pressupõe desse imaginário entre os interlocutores, que passa a ser a condição do significar do sujeito. Esse imaginário, junto ao simbólico e ao real, se articula através da história pelo funcionamento da ideologia na língua. (Pêcheux; Gadget, 1997b), o que implica afirmar que não podemos pensar em um sujeito do discurso completamente a par do seu dizer.

A linguagem para Pêcheux não é vista como transparente e a língua é vista por sua relação com o sujeito e a história, mediando a linguagem entre o homem e o social e teoriza que a linguagem está materializada na ideologia e como esta se manifesta nela. A mediação nesse caso é o discurso na qual se observa a sua forma de significar: “o discurso é palavra em movimento, prática de linguagem” (Pêcheux, 2009, p.15).

Para Pêcheux (2009), as formações discursivas (FD) são “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 147). Para ele, o sentido de uma palavra não existe nele mesmo, mas sim determinado por questões ideológicas e isso vai apontar como a reflexão sobre a Formação Discursiva é pensada, pois são elas que estão ligadas ao produzir sentidos:

é próprio da formação discursiva dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (Pêcheux, 2009, p.146).

A Análise de Discurso passou por algumas fases de desenvolvimento que tratavam o sujeito e o discurso de modos diferentes: Na chamada primeira fase da Análise de Discurso (AD-1) se identificava um processo de produção discursiva na qual via a linguagem como algo “fechado em si mesmo”, noção de linguagem defendida por Ferdinand Saussure, precursor da Linguística. Desse modo, o sujeito desse primeiro momento consistia em “produtores de seus discursos:”

Um processo de produção discursiva concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que "utilizam" seus discursos quando na verdade são seus "servos" assujeitados, seus "suportes" (Pêcheux, 1997, p. 311).

Já na segunda fase da Análise de Discurso (AD-2), Pêcheux (1997c) chamou a atenção para os processos discursivos que contribuem para o surgimento do conceito de formação discursiva (FD) com base nos estudos de Michel Foucault, pondo em questão a ideia de uma Formação Discursiva como um espaço estrutural fechado. Ao contrário, outras FDs podem assumir vários papéis ou funções, formando assim o discurso heterogêneo. Isso nos faz concluir que devemos recorrer sempre a outras formações discursivas, pois sempre um texto já traz significados de outros textos existentes.

Essa mudança nos traz uma outra, no que se refere ao sujeito, pois ele agora passa a ocupar diferentes papéis, de acordo com sua posição sujeito no espaço interdiscursivo, mas ainda não há grandes inovações na AD-2 pois o “deslocamento é sobretudo sensível ao nível da construção dos corpora discursivos, (...) ultrapassando o nível da justaposição contrastada (Pêcheux, 1997, p 315).

Na terceira fase da Análise de Discurso (AD-3) a noção de Máquina Discursiva é deixada de lado e os discursos passam a ser vistos numa simultaneidade em que atravessam uma Formação Discursiva, na qual o discurso já não é mais visto como algo fechado em si, mas sim um discurso que se atravessa, se diferencia e se opõe em outros e o interdiscurso passa a ser uma das principais teses da Análise de Discurso.

Pêcheux (1997c) então, nos mostra um sujeito heterogêneo, em que o ‘Outro está acima do Eu para a constituição do sujeito. Lembremos que esse sujeito era visto de maneira única, e agora ele é atravessado pelo “outro”, o inconsciente, o desconhecido e que passa a construir o sujeito em sua identificação à uma Formação Discursiva. (Pêcheux, 1997). Sobre essa fase Pêcheux afirmou que:

As pesquisas atuais tomam essencialmente por objeto o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas: analisa-se uma sequência na sua relação com o seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-construídos, seus discursos relatados etc.) e em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual ela se separa (cf. noção de enunciado dividido). Essa aproximação da intertextualidade, e de forma mais geral, do interdiscurso como condição da produção e da interpretação dos discursos pode contribuir com o estudo dos efeitos de mudança que afetam a circulação dissimétrica e desigual dos enunciados, suscetíveis de se juntarem em fórmulas produtoras de eventos históricos (Pêcheux, 2012, p. 229).

É principalmente a partir da terceira fase que Pêcheux (2012) busca articular a noção de FD, conceito derivado da obra de Foucault ‘A Arqueologia do Saber’ de 1969, a uma construção discursiva da identidade e dos efeitos de sentido unida à memória e a história, retratando então, um outro conceito, o de interdiscurso, que, nessa perspectiva,

está no centro do processo de constituição dos sentidos: o que retoma às formações discursivas.

Orlandi (2007) estabelece uma relação entre Formação Discursiva e o interdiscurso, (o dizível, a memória do dizer) ao afirmar que ela é heterogênea em relação a ela mesma e que é uma diferente região “que recorta o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais representados, constituem sentidos diferentes” (Orlandi, 2007, p. 20) e estes só podem ser produzidos por uma identificação de uma formação discursiva onde se nutre uma ilusão pelo que se é enunciado ‘que deriva da ideologia’ (Orlandi, 2013):

é no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito (Orlandi, 2013, p. 54).

A citação aponta a essencial relação entre linguagem e ideologia, mediada pela presença do sujeito nos discursos. Isso reforça a contradição de um sujeito ser ao mesmo tempo livre e submisso: pode tudo dizer, contudo que se submete à língua para sabê-la. Isso é o assujeitamento, ou seja, não há sujeito, nem sentido, sem o assujeitamento à língua (Orlandi, 2007). Assim, os sentidos são atribuídos pelas condições de produções, e é nesse momento que o analista pode se aproximar dos gestos para atingir esses sentidos. Porém, “a Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação”, que se constituem pelas posições ideológicas que se dão no “processo-sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (Orlandi, 2009, p. 26).

Courtine (2016) tem papel central nos estudos sobre Formação Discursiva, na medida em que estimula a interlocução entre Pêcheux e Foucault, (1969) num gesto de releitura, que para ele uma FD é como uma unidade dividida, e propõe pensá-la como “fronteiras que se deslocam” e cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva, o que significa inserir na noção de FD à memória, afirmando que uma ela não é “um único discurso para todos”, nem é “a cada um o seu discurso”, mas deve ser pensada como “dois (ou vários) discursos em um só” (Courtine, 2016, p. 18), o que nos faz concluir que elas são heterogêneas em si mesmas, se inscrevendo em diversas outras FD’s que “se desloca em função das questões da luta ideológica” (Courtine, 2016, p.18) Por isso a necessidade de identifica-las dentro de formações ideológicas, caracterizando seus efeitos discursivos.

O teórico, assim com Michael Pêcheux e Eni Orlandi, traz a questão do

interdiscurso como um processo de reconfiguração pelo qual o saber de uma Formação Discursiva é conduzido, em função das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, pois pode ser referido como aquele que rege o deslocamento de suas fronteiras e constitui como exterior ao sujeito que enuncia.

Para Orlandi (2013) o interdiscurso tem íntima ligação com a memória, tendo em vista que ela faz parte do discurso, pois é a memória que induz às condições de produção do discurso. Ele é algo que fala antes, que já foi dito, que surge de um lugar independente.

O fato é que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua reação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite, remeter o dizer da faixa a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (Orlandi, 2013, p. 32).

Percebe-se, pelo que foi visto acima, que no discurso há uma relação entre a constituição do sentido (memória) e a sua formulação (atualidade). Ou seja, entre o já dito, está presente outra que já é reconhecida por quem a diz. O interdiscurso é o que está nas diferenças das FD, situando seus pontos de relação:

A noção de interdiscurso é introduzida para designar “o exterior específico em uma FD com enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é, pois, conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como resultado paradoxal da irrupção de um “além” exterior e anterior (Pêcheux, 1997, p. 314).

A compreensão desse fato nos leva a entender sobre o funcionamento do discurso e sua relação entre sujeito e ideologia. Segundo Orlandi, o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já ditas que determinam o que dizemos, ou seja, é através da relação entre interdiscurso e intradiscurso que se determina a formulação do discurso.

Para Courtine (2016), é necessário pensar o sujeito por meio da descrição de suas posições em uma determinada FD, além da questão do assujeitamento pelo qual um indivíduo é constituído em sujeito de seu discurso, sem esquecer que uma Formação Discursiva não é “um único discurso para todos, pois deve ser pensada como vários discursos em um só” (Courtine, 2016, p.18).

Como visto, as alterações ocorridas nos conceitos de FD's, também alteram a noção de sujeito, não sendo mais visto como algo disperso, mas como a que assume diversos papéis, de acordo com a posição-sujeito que ele ocupa.

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um

programa, etc.), a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares num interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166).

Desse modo, por exemplo, nas análises que serão realizadas na próxima seção, teremos várias posições-sujeito que se relacionam como forma-sujeito mulher negra de diferentes maneiras, mas numa mesma Formação Discursiva, mas sem ocorrer uma quebre de identificação, ou como diz Pêcheux, desidentificação.

Nessa perspectiva a Análise de Discurso passa a ser também um instrumento de luta política que une as relações do saber com o campo do poder. O sujeito mulher/negra, alvo de uma violência existente desde os primórdios do ‘ser mulher’ que se espalha através de dada posição sujeito que ela ocupa, como mãe, esposa, política, etc. Isso retoma a importância da interseccionalidade como uma forma de desconstrução da identidade do sujeito mulher/negra. Esse sujeito não é único, ele é e sempre será incompleto, justamente por conta de suas diferentes posições -sujeito que se relacionam com as diferentes FD’s, o que faz com que o sujeito interprete e produza sentido no que faz e no que diz.

## **5.2 Sujeito, Discurso e Ideologia**

A Análise de Discurso parte do princípio da concepção de um sujeito constituído por um processo de assujeitamento pela língua e pela ideologia, ou seja, considera as condições sócio-históricas de produção dos discursos. A linguagem, assim, deixa de ser somente um sistema de regras, passando a ser atribuído a ela sentidos, estes, instáveis. E essa especificidade do sujeito do discurso se torna fundamental para a compreensão da mulher negra, no caso específico, Marielle, no qual constroem-se sentidos para um sujeito que vai além do biológico, aspecto essencial numa sociedade patriarcal, pois os diferentes sentidos são construídos a partir do modo como as posições desses sujeitos são mostrados, o que traz a importância de investigar particularidades da noção de sujeito num quadro teórico pela perspectiva discursiva. Desse modo, estudos como esses são essenciais nessa compreensão de sujeito, pois:

o [...] sentido de uma palavra, expressão, proposição, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (Pêcheux, 1997, p. 160).

Compreende-se assim, tal como estabelece Orlandi (2002), que sujeito é um ser

social que fala de determinado lugar e que é tocado por diversas relações de força e poder e nessa perspectiva, Marielle, enquanto mulher negra e política, responsável pelo discurso, sofre determinações da ordem da exterioridade.

Assim, na passagem do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito-político inscreve-se num determinado lugar discursivo, o qual está determinado pelas relações de verdade e poder institucional que ele representa socialmente. Estamos diante, portanto, de um discurso heterogêneo que abriga diversas ideologias.

O sujeito para a Análise de Discurso não é dono do seu dizer e se encontra interpelado pela ideologia, se identificando ou não pela Formação Discursiva. Porém, crendo ele ser o dono do seu dizer, cria uma ilusão de originalidade do discurso, ‘esquecendo’ que o que diz já foi dito em outro momento, em outro contexto, em outra condição de produção. Como já dito por Pêcheux, (1997) o sujeito, já na condição de assujeitado, tem a impressão de estar exercendo sua livre vontade:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 162).

Como vimos, a discussão acerca do sujeito, na perspectiva da Análise de discurso, nos mostra um sujeito carregado por marcas sociais, históricas e ideológicas, mostrando que o lugar por ele ocupado na sociedade é decisivo para seu dizer. A mudança de posição do sujeito atrelada ao conceito de interseccionalidade e dentro dos processos discursivos identitários faz com que a mulher negra passe pelo processo de não-identificação no momento em que ela deixa de se sentir representada pela mulher branca. Ou seja, o sujeito mulher do discurso se desidentifica com a Formação Discursiva feminista branca, assumindo sua própria identidade.

E a partir desta perspectiva, compreendemos Marielle pertencente a uma Formação Discursiva Interseccional, pois é nessa formação ideológica, em uma posição sócio-histórica que esta Formação Discursiva se define, sendo recortada por elas, se construindo a partir de diferenças ideológicas, pois os diferentes sentidos se constituem a partir do modo como as posições dos sujeitos e seus lugares sociais aí representados, por isso essa nossa escolha da posição sujeito de Marielle dentro de uma Formação discursiva Interseccional.

Aqui trazemos as três modalidades de subjetivação do sujeito desenvolvidas por

Pêcheux (2009), na qual se torna imprescindível ao tratarmos de efeitos de sentido de um determinado discurso que se diferem dependendo da modalidade está colocada em funcionamento: identificação, contra identificação e desidentificação (Pêcheux, 2009).

Na primeira modalidade, consiste num ‘recobrimento’ do sujeito (Pêcheux, 2009), no qual ocorre sua total identificação em seu discurso, com a forma do sujeito da formação discursiva que o determina. Nessa modalidade, há a chamada superposição de modo que o sujeito realiza seu assujeitamento, sem contestação ao que lhe é dado: “uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livre consentimento’” (Pêcheux, 2009, p. 215).

Em uma segunda modalidade encontramos um sujeito diferente, não mais passivo como o anterior, ao qual não há identificação, ou seja, há uma contra identificação do sujeito com a Formação discursiva que lhe é imposta. Esse sujeito é o que se opõe ao sujeito universal, criticando e questionando alguns sentidos da Formação discursiva que o domina: “luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno”. (Pêcheux, 2009, p. 215). Pensemos na mulher negra que por tanto tempo foi obrigada e se identificar com uma representação que não pertencia a ela, a da mulher branca, e que nas últimas décadas teve a abertura de se contra identificar com o que não a representava, buscando sua própria identidade.

A terceira modalidade caracteriza-se por uma desidentificação do sujeito e a Formação Discursiva no qual se há um deslocamento de um que o sujeito se desidentifica de uma FD e já se identifica com outra, assumindo sua forma-sujeito: “discursiva, na integração dos efeitos das ciências com a prática política do proletariado sobre a forma-sujeito, efeito que toma a forma de uma desidentificação, isto é, uma tomada de posição não-subjetiva.” (Pêcheux, 2009, p. 217) Aqui, pensando em nossa pesquisa, a mulher negra começa a questionar alguns preceitos que antes eram aceitos, como alguns padrões europeus, passando a se identificar com outros, que tem mais significado para ela, entrando assim no processo de dessignificação. Neste caso, no entanto, o sujeito não deixa de ser assujeitado, mas sim transformado, passando por um “processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas de ‘tipo novo’” (Pêcheux, 2009, p. 217). Assim, o processo de identificação do sujeito pode ser resumido como afirma Pêcheux:

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso próprio do sujeito (Pêcheux, 2009, p.163).

Esse sujeito ao qual nos referimos é afetado duplamente, pela ideologia e pelo inconsciente, pois ele acredita ser a origem do que diz, e que é consciente de suas motivações. O sujeito, nessa perspectiva, é afetado pela relação da língua e da história, no qual sentidos são possíveis apenas através da memória, ou seja, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido: “dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o anonimato, possa fazer sentido em minhas palavras” (Orlandi, 2013, p. 34).

Tanto para Orlandi como para Pêcheux, a memória está no processo do discurso, assim como as condições de produção compreendem o sujeito. Desse modo, o sentido não existe em si, mas através de um processo ideológico, dentro de um contexto social e histórico e por isso Orlandi (2013) afirma que “(...) a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo” (Orlandi, 2013, p.37) Importante ressaltar que é pela FD que podemos compreender o processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia, pois é a FD que direciona o que pode e deve ser dito.

Nesta pesquisa, consideraremos Marielle na posição-sujeito mulher negra, entendendo que como Orlandi traz ao se referir ao sujeito do discurso como “uma posição entre outras posições, dado o lugar que ocupa para ser sujeito do que diz” (Orlandi, 2005, p. 49), o que torna interessante sabermos como esse fenômeno é discutido, a partir da heterogeneidade discursiva da posição- sujeito como proposto por Orlandi (2005).

modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia (Pêcheux, *apud* Orlandi, 2005, p. 49).

Para Orlandi (2013), o sujeito discursivo é tido como uma posição entre outras, marcada por uma forma-sujeito do discurso heterogêneo, o que implica a relação do simbólico com o político. É na constituição da identidade desse sujeito heterogêneo que se pode observar sua posição na sociedade ocupando diferentes posições-sujeito quando inscrito em uma mesma formação discursiva.

Falar em heterogeneidade na perspectiva da Análise do discurso significa considerar que não há barreiras entre o discurso. O que há é a exterioridade, que é algo que vem de fora para dentro e é interno ao próprio discurso. Isso porque a própria constituição do discurso se dá pela multiplicidade, ou seja, outros discursos, seja pelo já dito em algum momento histórico ou num determinado lugar, seja por aqueles que ainda serão produzidos (Orlandi, 2005). Percebe-se, porém, uma necessária ilusão da homogeneidade para que o sujeito tenha condições de organizar sua discursividade, pois, para Pêcheux “a ilusão que sempre se pode saber do que se fala [...] negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (Pêcheux, 1997 p. 55).

Durante a análise de nossa temática, o tema “posição-sujeito” terá mais espaço, pois diferentes discursos ocorrerão com uma mesma posição sujeitos, tais como o de mulher negra política, por exemplo, ao mesmo tempo, uma mesma posição-sujeito pode transitar para uma outra. Desse modo, de acordo com Orlandi (2016), compreendemos que as posições de sujeito diferentes representam Formações ideológicas diferentes que transpassam a história, pois “cada texto tem, assim, uma certa unidade discursiva com que ele se inscreve em um tipo de discurso determinado” (Orlandi, 2006, p. 60).

Consideremos a relevância da conceituação acima, ao falarmos sobre a posição-sujeito na interseccionalidade, defendida por Crenshaw (2017), que se mostra como essencial para o feminismo, no fato de ter priorizado somente as questões referentes ao gênero, desconsiderando questões de raça, como também para o movimento Negro por universalizar as questões de raça dentro da realidade do homem negro, ou numa luta antirracista como um todo. Assim, essa posição-sujeito necessita de conhecimentos em diversos âmbitos, para quebrar com a formação ideológica baseada no sistema patriarcal.

Como já citado anteriormente, o discurso é caracterizado por uma heterogeneidade discursiva dos sujeitos, assim, o discurso feminista atual, visto sob uma perspectiva política, tem sido modificado ao longo das décadas, trazendo pautas diversificadas que incluem questões como raça e classe, mas ainda sem a igualdade plena de direitos, e em nossa análise buscaremos compreender essa heterogeneidade como ela constitui processos identitários para o sujeito mulher através do estudo de e sobre Marielle. Veremos aqui a identificação de práticas de resistência de sujeito mulher negra, numa perspectiva discursiva, a qual se constrói uma identidade cidadã e interseccional numa luta para conseguir o que o sistema patriarcal lhe nega.

O discurso é a história na língua, numa tríade, língua, sujeito e história (Pêcheux,

1997) na constituição de discurso. Ele não é algo fixo, mesmo estando no universo do ‘já dito’, na memória, é ele que atravessa as relações entre língua e ideologia, mostrando como se dá a produção de sentidos.

Para Orlandi (2013), o discurso nos proporciona notarmos a relação entre língua e ideologia, visto que a ideologia “é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos.” (Orlandi, 2013, p. 46) O que vale no discurso é a posição que o sujeito ocupa e os lugares que eles se representam, ou seja, o sujeito é uma posição.

Para esta pesquisa, vemos o sujeito na perspectiva pecheutiana. Nossa posição aqui é de um sujeito submetido a língua e que mergulha numa experiência de mundo e que passa a ser interpelado pela ideologia. Esse sujeito para nós, é algo que vai além de um ser preocupado com o poder, assim como pensa Foucault, poder esse que controla o discurso. Para nós o sujeito está sempre situado num movimento sócio-histórico e que, por isso, como afirma Orlandi (2007) ele não é senhor de si mesmo: “O sujeito está sujeito à (língua) para ser sujeito da (língua)”.

Desse modo, o poder não deixa de ser um ponto importante para ser estudado, mas o foco desta pesquisa é o discurso, que, como afirma Orlandi (2013) “discurso é a linguagem em interação, é social e fica entre a língua (geral) e a fala (individual), sendo o discurso, o lugar social” (Orlandi, 2013, p. 157). Ele implica uma exterioridade à língua inscrevendo-se na história, ou seja, não se trata de transmissão de informação, o que interessa são os modos como os sentidos são inscritos na história, formulados, constituídos e como circulam.

Para entendermos o conceito de ideologia, voltaremos a noção de Formações discursivas de Pêcheux (2009), tendo em vista que as formações ideológicas têm relação direta com as discursivas, pois ela determina o que pode e o que deve ser dito, a partir de determinada posição. Nos estudos de Pêcheux sobre o discurso, a Ideologia tem papel essencial, pois segundo ele o sujeito só se torna sujeito através de suas posições ideológicas que incorpora, pois os discursos que se fazem estão inseridos em diferentes ideologias, que circundam nossa sociedade e que interpelam o sujeito a se inscrever em determinada Formação Discursiva. Ou seja, não há neutralidade no discurso, pois o sujeito incorpora e reproduz as FDs que são postas em funcionamento, o que implica dizer que elas são um recorte da formação ideológica (Pêcheux, 2009).

Assim, a ideologia, tal como a trabalhamos na Análise de Discurso, tem relação intrínseca com o político e com o inconsciente (Orlandi, 2014). Pensando o inconsciente

materialmente ligado à ideologia, estende-se esta reflexão para o domínio dos estudos discursivos. Sendo assim, a ideologia na Análise de discurso é prática constituída de interpretação, em que trabalha “[...] o equívoco, a incompletude, a opacidade e a falha” (Orlandi, 2017, p. 26). O discurso é um instrumento da prática política, pois nele há a relação da linguagem com o político e com história, pois é na linguagem que há as marcas de um processo ideológico. Para Pêcheux, o inconsciente age como um plano que funciona exteriormente ao ideológico:

Retraçar a vitória do lapso e do ato “falho” nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo o impulso do superego da ideologia dominante: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente (Pêcheux, 2009, p. 301).

Como visto acima, o sujeito está ligado à ideologia construindo um saber que produz sentidos e tem por conta disso, seus efeitos. E essa produção - construção do saber está ligado à sua exposição enquanto sujeito às condições de produções de sentido, que fazem parte do contexto social e histórico.

No caso de nosso estudo, pesquisar sobre o discurso de e sobre uma mulher negra militante e política, dentro de um campo teórico de produção discursiva sócio-histórica marcada pela ideologia, relacionando-a a historicidade e fatores sociais (raça, gênero e cultura) é de extrema importância para a compreensão do discurso para que a pesquisa não fique no óbvio, no segmentado. Desse modo, à medida que a ideologia se representa entre o sujeito e o mundo, este só existirá enquanto houver ideologia para lhe interpelar como tal. Fora dela, o sujeito é um ser vazio, abstrato.

Para Pêcheux (2014), essa condição do sujeito interpelado pela ideologia os liga a que ele chama de ‘esquecimentos’. O primeiro, esquecimento ideológico, algo inconsciente, que ocorre quando nós temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando na verdade o que fazemos é retomar sentidos já existentes.

Para Orlandi (2005, p. 35), o esquecimento 1 “reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem dizendo as primeiras palavras que significam exatamente o que queremos”. E o outro esquecimento, o 2, é o enunciativo, que está ligado ao semiconsciente, no qual o sujeito esquece os outros sentidos possíveis, ao falarmos, fazemos isso de um modo e não de outro. Segundo Orlandi, (2013), quando nascemos, os discursos já circulam:

Eles não se originam em nós. (...) Mas não somos o início deles. Elas se

realizam em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito (...) para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que (...) retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles (...) sentidos e sujeitos estão em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras (Orlandi, 2013, p. 36).

Para Pêcheux (1997), um discurso é sempre posto em funcionamento a partir de condições de produções dadas e o sentido do que se é dito pode modificar totalmente a depender do lugar que ele ocupa, podendo ser então, “um ato político direto ou um gesto vazio”. (Pêcheux, 1997, p. 74) O autor entende por condições de produção a ligação entre as circunstâncias do discurso e seu processo de produção, no qual elas trazem os lugares sociais, as tensões e condições de forças entre os já-ditos.

Esse processo de produção do discurso são mecanismos dados em condições de produção dadas, que incluem os sujeitos, o seu dizer, o contexto imediato e o sócio histórico. São essas condições que determinam aquilo que pode ser dito, dando possibilidade de fala, envolvendo o sujeito e suas contradições. Lembremos aqui dos esquecimentos e sua relação com o social, que dependera de fatores ideológicos. Pêcheux, no entanto, ressalta que:

pode apresentar certas ambiguidades: parece, à luz do que precede, que se pode entender por isso, sejam as determinações que caracterizam um processo discursivo, sejam as características múltiplas de uma “situação concreta” que conduz à “produção”, no sentido linguístico deste termo na superfície linguística de um discurso empírico concreto (Pêcheux, 1997, p. 182).

Numa pesquisa que está alicerçada pela Análise de discurso, considerar o real e o social em que determinado discurso foi produzido é primordial. Caso não se faça assim, não seria Análise de discurso, mas sim Análise de conteúdo, pois esta tem o objetivo de “extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer?” (Orlandi, 2013, p.17), enquanto para a Análise de discurso a questão colocada é outra: “como este texto significa?” Ou seja, a linguagem na Análise de conteúdo é utilizada como mero suporte, pois o sentido, nessa perspectiva, é resultado de um processo e não um fator essencial de uma realidade (Orlandi, 2013).

Para Orlandi, (2013) numa análise discursiva se encontram as condições de produção do discurso, que compreendem os sujeitos e a situação, relacionados à memória. E essas condições devem ser vistas em um sentido estrito, quando nos referimos ao contexto imediato, o agora, a enunciação; assim como em um sentido amplo, quando nos referimos ao contexto sócio-histórico e ideológico, que remetem a um conjunto de

formulações já feitas e esquecidas, que trabalharão de modo a determinar o que dizemos:

[...] os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de aprender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos em relação ao dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, com o que poderia ser dito e não foi (Orlandi, 2013, p. 30).

Aqui ressaltamos a importância da memória discursiva na Análise de Discurso, pois a memória é o saber discursivo que torna possível todo dizer. Na Análise do discurso os sentidos não são algo fixo, eles derivam das posições ideológicas: “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 2010, p. 53).

### **5.3. Interpretação, Memória e Acontecimento Discursivo**

Como visto, na Análise de discurso não há uma metodologia pronta e acabada, cabendo a nós analistas traçar os dispositivos metodológicos, tomando como base a questão de pesquisa que nos orienta, bem como o delineamento teórico que tal questão põe em funcionamento. A questão da pesquisa nos conduzirá ao objeto, aos dispositivos teóricos e os dispositivos analíticos, o que faz com que teoria e metodologia caminhem juntas dando sentido aos fenômenos analisados num caráter qualitativo interpretativo, pois na Análise de discurso não há análise quantitativa de dados; ela lida com os fatos, como afirma Orlandi (2016):

O dado tem sua organização, o fato se produz como um objeto da ordem do discurso. (...) os dados não têm memória, são os fatos que nos conduzem à memória linguística. Nos fatos, temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento. Em suma, olharmos o texto como fato, e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona. (Orlandi, 2016, p. 115)

Esses fatos ao qual nos referimos reclamam sentido, pois eles constataam a história, e o que conseqüentemente possibilita a interpretação, que para a Análise de Discurso deve ser considerada como um gesto que se instaura em função de um simbólico marcado pela incompletude e sua relação com o silêncio. Este silêncio para Orlandi, “não é a ausência de sons ou palavras. Trata-se do silêncio fundador, ou fundante, princípio de toda significação” (Orlandi, 2007, p. 70).

A interpretação é um vestígio do possível na qual se observa o funcionamento da ideologia, e sua relação com a história é primordial para ela, pois “sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política” (ORLANDI, 2004, p. 18), o que nos permite entender o modo como a materialidade discursiva é afetada pela ideologia, pela história e pelo político:

não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos. Como a linguagem tem uma relação necessária com os sentidos e, pois, com a interpretação, ela é sempre passível de equívoco (Orlandi, 2004, p. 9).

Para Orlandi (2004), a interpretação não deve ser pensada como um ato de decodificação de determinado sistema linguístico, mas como produção de sentido, sentidos esses que emanam da leitura, e que podem ter diferentes pontos de vista por serem uma prática histórica, social e ideológica (Orlandi, 2004). A autora defende a construção de um dispositivo de interpretação, algo relevante para ela, que requer cuidados em sua prática para que o sentido real de sua materialidade seja conseguido. Orlandi (2013, p. 60) explica que a interpretação ocorre em dois momentos da análise:

- a) Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta, e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito, que constitui o sentido submetido à análise;
- b) Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso, é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação.

Considerando que os objetos estudados podem incluir questões históricas e ideológicas, memória, o dito e o não dito, entre outros, uma pesquisa na Análise de Discurso realiza-se através de uma “exaustividade vertical” como dispositivo analítico (ORLANDI, 2013, p. 62). Assim, há uma profundidade na busca de sentido do que é pesquisado, estudado, o que faz com que a metodologia da Análise de discurso ocorra num âmbito horizontal. Orlandi (2016), ao investigar o processo de produção do discurso afirma que ele passa, por três momentos importantes: a constituição, que funciona a partir da memória do dizer, (o interdiscurso) em um contexto histórico-ideológico; a formulação, no sentido das condições de produção; e a circulação que funciona a partir de determinadas circunstâncias. (Orlandi, 2016) Ou seja:

[...] o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) que determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, o da linearização do dizer). Todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz

num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição). (Orlandi, 2016, p.11)

Temos então os já ditos e o que estamos dizendo, o que se encontra na ligação dos eixos da constituição e da formulação. E aqui retomamos a questão dos esquecimentos, desenvolvidos por Pêcheux (1997), o de iniciação, no qual se crê que algo só possa ser dito de um modo; e o ideológico que resulta do modo que somos afetados pela ideologia, pois se a memória discursiva é constituída pelo esquecimento, que por sua vez “acarretam diferenças na relação entre constituição/formulação, caracterizando a relação entre memória e esquecimento” (Orlandi, 2016. p. 114).

Nos estudos acerca do texto e do discurso, a temática do acontecimento tem se destacado, principalmente a partir da última obra de Pecheux, O discurso: Estrutura ou acontecimento, de 1983, que entra como um conceito-chave em sua terceira fase (AD-3). O acontecimento discursivo discursivo é tomado enquanto ruptura da memória, que é (re) construída no interdiscurso por meio dos já ditos. (Pêcheux, 1997) Essa ruptura é algo da ordem do inesperado e do impactante, ou seja, ele não se produz uma repetição, mas uma ressignificação:

De fato, a questão do papel da memória permitiu um encontro efetivo entre temas a princípio bastante diferentes. Esta questão conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da "memória individual", mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador (Pêcheux, 1997, p. 49-50).

É a memória discursiva que possibilita o dizer, uma vez que o que se fala não nos pertence, e sim é uma construção sócio-histórica. Se não fosse ela, não seria possível uma produção de sentidos ligados ao real da língua e o real da história. É o interdiscurso que ativa uma memória discursiva, pois “o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que as minhas palavras façam sentido, é preciso que elas já façam sentido” (Orlandi, 2013, p. 33). Além disso, é por meio da memória discursiva que se torna possível a toda formação discursiva (aquilo que define o que pode e deve ser dito) fazer circular formulações anteriores.

Pêcheux (1997) aponta que o acontecimento faz parte da discursividade como indica o exemplo apresentado pelo autor, ao falar das eleições em Paris em 1981, junto ao grito *On a gagné* (nós ganhamos), pronunciado pelos eleitores do esquerdista François Mitterrand, que ganhou as eleições para presidente naquele ano. Esse

enunciado, segundo Pêcheux, revela uma estrutura e um acontecimento, e é atravessado pela discursividade, historicidade e pela ideologia de quem o produz representando um: “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (...) e formulações irremediavelmente equívoca” (Pêcheux, 1997, p. 28). Destarte, esse termo marca um fato novo que seria um acontecimento de ordem global.

Observamos, então, que o acontecimento está ligado a um fato, uma ocorrência ou um evento que ocorre. Nesse sentido, temos uma visão abstrata de uma ruptura que acaba por marcar um fato anterior e um posterior que, na perspectiva discursiva, temos em Pêcheux (1997) a questão da discursividade como estrutura ou acontecimento, pois:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (...) (Pêcheux, 1997, p. 56).

Podemos compreender nesse contexto, no caso do assassinato de Marielle, um acontecimento público e político, que se apresenta como um divisor de águas para a política brasileira. Veremos a morte de Marielle como um acontecimento histórico e discursivo, que será melhor detalhado na seção das análises, pois sua morte acionou diferentes discursos na esfera pública, passando a abordar questões como o racismo, fascismo, e a disputa pelo poder. Ou seja, acontecimento da morte produz efeitos na discursividade mundial em torno das temáticas abordadas por Marielle.

Assim, podemos fazer uma relação do que vimos em Pêcheux (1997) sobre o acontecimento discursivo, enquanto uma ruptura da memória que ocorre, como já dito, por meio do interdiscurso.

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Pêcheux, 1997, p. 56).

Orlandi (2013) ao discorrer sobre o discurso também faz uma ligação com o acontecimento, pois lembremos que o discurso para ocorrer, necessita haver linguagem,

história, um fator ideológico, instaurando-se um dito de um já dito, memória. Ou seja, como citam Mendes et al. (2020):

a construção de sentidos pressupõe um acontecimento histórico presente na memória discursiva; o sentido é, portanto, indissociável das práticas sócio históricas e os acontecimentos discursivos se instauram como enunciações que revelam rupturas que apresentam uma temporalidade específica. (Mendes, et al, 2020, p 199).

Desse modo, o discurso é o lugar de contato entre língua e ideologia no qual o acontecimento da enunciação deve ser entendido como discursivo, ou seja, são todas essas condições de produção que irão constituir o sentido da enunciação. E para nossa pesquisa, teremos diferentes recortes das falas de Marielle em diferentes condições de produção que para Pêcheux são:

fenômenos linguísticos superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção” do discurso (Pêcheux, 1997, p. 77-78).

Entendemos então, que as condições de produção são fundamentais para o funcionamento discursivo, pois caso elas não sejam observadas, não é possível explicar o discurso em funcionamento, pois nele não haverá memória, impossibilitando os gestos de interpretação.

#### **5.4 A análise e o analista de discurso: um percurso teórico-metodológico**

Nesta pesquisa será o momento de compreender, através de um estudo discursivo, como a militância de Marielle é ressignificada na constituição da identidade do sujeito mulher-negra a partir de sua posição-sujeito, nos alicerçando por meio do campo teórico-metodológico e dos procedimentos analíticos da Análise do Discurso, com os estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

Conforme Orlandi (2004, p. 56) “o objeto da Análise de discurso é compreender como um texto funciona como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico”. A língua, pela Análise de discurso, é atravessada pelo histórico e ideológico, e isso explica o caminho do sentido e estruturação do texto. Sendo assim, a Análise de Discurso constituiu um dispositivo teórico de análise que nos conduz à compreensão dos sentidos possíveis no texto, (Orlandi, 2013) e a leitura passou a ser considerada na medida em que levou em conta a materialidade da linguagem e sua não

transparência, possibilitando um outro percurso para o estudo da linguagem, passando a ser uma disciplina que trabalha a opacidade do texto detectando questões sociais, ideológicas e históricas, pois como afirma Pêcheux:

impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção (Pêcheux, 1997, p. 79).

Por isso procuraremos interpretar, através Análise de discurso, os efeitos de sentido produzidos por Marielle, considerando sua inscrição em determinadas formações discursivas e posições-sujeito que ocupa ao enunciar, sempre partindo de uma retomada de “conceitos e noções, pois a Análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise [...] ao longo de todo trabalho” (Orlandi, 2014, p. 64-65).

O discurso compreende prática de linguagem (Orlandi, 2013) e nos leva a entender que ele é determinado pela formação discursiva, ou seja, “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (Orlandi, 2013, p. 43). O discurso então, é como um ponto de articulação entre os processos linguísticos e os ideológicos, tendo a linguagem como não neutra:

O sujeito se submete á língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso. (Orlandi, 2016, p. 2)

Nossa função como analista de discurso não deve focar somente em fazer reflexões acerca do já reproduzido, mas se direcionar a uma posição que nos agencia a uma ‘rede de memórias’ (Pêcheux, 1997), aos nossos conhecimentos prévios, para assim conseguir desenvolver nossas análises. Sem esquecer que não somos pessoas neutras, nós devemos nos posicionar e nos reconhecer enquanto sujeito também assujeitado: “é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem” (Orlandi, 2004, p. 61). Devemos considerar, então, as condições de produções nas quais o sujeito da pesquisa está inserido e estabelecer com ele uma relação. Para Orlandi (2004):

A escuta discursiva deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação de sujeitos, suas filiações de sentidos. Descrever a relação do sujeito com a memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se relacionam. E é também tarefa do analista, distingui-las em seu propósito de compreensão (Orlandi, 2004 p. 60).

A Análise de Discurso busca compreender o processo de produção dos sentidos

presentes nas formações discursivas por meio da interpretação e análise do texto, utilizando procedimentos metodológicos para procurar identificar uma FD e uma formação imaginária ao qual ela está relacionada (Orlandi, 2004). Para isso, nós analistas necessitamos nos concentrar em relação ao lugar de fala do sujeito que é estudado criando um dispositivo de interpretação para alcançar os processos de significação ligados à sua materialidade linguística e histórica.

A vantagem de trabalhar com um dispositivo teórico como o da análise do discurso é que levamos em conta a linguagem enquanto estrutura e acontecimento e em consequência podemos trabalhar com esses aspectos que tocam a ordem, a regra, mas também o acaso, o equívoco, a forma histórica da significação na compreensão de cada gesto de interpretação. Deste modo, fazendo intervir o discurso, evitamos a pretensão de chegar à verdade do sentido estando, entretanto, sempre atentos a suas diferenças, a seus movimentos (Orlandi, 2016, p. 29).

Em resumo, interpretar, para nós analistas significa “expor-se à opacidade do texto, é compreender, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro” (Orlandi, 2004, p. 64).

A posição de não neutralidade ante a interpretação favorece o analista para identificar os processos de produção de sentido nas FDs que ele analisa, pois não é sua função descrever, mas sim compreender como o texto produz sentido de seus recursos de funcionamento através de seus mecanismos de funcionamento. Não podemos determinar se há ou não qualidade em um discurso, somente interpretá-lo, explicitando o existente em sua materialidade e se atentando não só ao explícito, mas também o que está ausente. (Orlandi, 2013) Assim, ele delimita o corpus da pesquisa, que pode ser a partir de uma variedade de materiais como entrevistas, artigos, jornais, etc, e para isso é necessário um processo de seleção criterioso. Lembra Pêcheux (2017) que a função do analista é:

somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (Pêcheux, 2017, p. 291).

É no caráter opaco da linguagem que o analista do discurso busca desconstruir a ilusão que parece haver na linguagem. Trazendo a relação com a ideologia e o meio social e histórico, (Orlandi, 2004, 2013) o analista procura determinar que gestos de interpretação trabalha a discursividade que é objeto de sua compreensão, e procura distinguir quais estão na base da produção de sentidos de um texto. O analista busca assim, compreender o modo constitutivo dos sentidos e dos sujeitos. (Orlandi, 2016).

[...] o analista procura determinar que gestos de interpretação trabalham a

discursividade que é objeto de sua compreensão. Ele procura distinguir quais gestos de interpretação estão na base da produção de sentidos de um texto. Como os sujeitos com suas posições se constituem ao mesmo tempo, o analista busca, assim, compreender os gestos de interpretação constitutivos dos sentidos e dos sujeitos (Orlandi, 2016, p. 27).

Pêcheux (2017), por sua vez, reflete sobre a linguagem no domínio do entremeio, onde aparecerão no discurso, as contradições e suas falhas. Assim, é essencial ver a ordem da língua como sistema significante material “capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade, de totalidade,” (Orlandi, 2004, p. 48) cabendo ao analista questionar a transparência da linguagem e o efeito de sentido, sempre considerando a historicidade como constitutiva do sujeito, indo além do dito.

## **5.5 Corpus, Arquivo e Recorte**

Para Orlandi (2008), a materialidade discursiva possui um lugar de inscrição entre o inconsciente e a ideologia que é atravessado pela linguagem na qual o “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. [...] constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia” (Orlandi, 2008, p. 99-100).

O objetivo da materialidade discursiva é mobilizar os efeitos de sentidos de um discurso para ressignificar os sentidos de outros discursos. O texto passa a significar uma unidade de análise, ou seja, a materialidade discursiva, o que se difere da linguística, que se concentra na estrutura das sentenças, entendendo a língua pela descrição da sua organização.

Courtine (2016) nos fala sobre materialidade discursiva em seu texto ‘Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso,’ (2016) destacando a tese que:

- (1) Há uma ordem do discurso, a qual designamos como materialidade discursiva, distinta da ordem da língua.
- (2) A materialidade discursiva consiste em uma relação determinada entre a língua e a ideologia (Courtine, 2016, p. 14).

A análise de discurso considera os diversos modos materiais, além da noção do sujeito que é interpelado pela ideologia, procurando explicar o sentido de um texto, e como a língua constitui. (Orlandi, 2008) E sobre sentido, seja uma determinada informação ou qualquer outro fato, sempre teremos a premissa de um efeito. E esse efeito é de uma enunciação, pois é ela que está no campo do dizer e que faz a diferença

no ele (Orlandi, 2013). Este, por sua vez não é previsível, não tem um lugar ou momento específico para ocorrer. Segundo Orlandi, (2013) o efeito possui uma característica em relação a seu objetivo e produção. Para ela, a produção do sentido não está nem no momento do como ou quando dizer, nem no que se pretende produzir, há uma materialização entre esses dois momentos.

De acordo com Courtine (2016), a constituição do corpus em Análise do Discurso advém de duas vertentes: arquivos e experimentais. No corpus experimental, se obtém por materiais de resposta à entrevista, a questionário e outras formas de recolher dados/fatos; já no arquivo se delimita através de documentos referentes a um determinado assunto. Para o autor, essas duas vertentes seriam “formas de corpus”, na qual são recortadas as sequências discursivas a serem analisadas: “[...] os corpora experimentais são constituídos de sequências discursivas produzidas por situação experimental como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto” (Courtine, 2016, p. 77). Ainda segundo o autor, as sequências discursivas são “escritas construídas a partir de recortes efetuados no campo discursivo de referência”.

Sobre a vertente do arquivo, Guilhaumou e Mالدیدیر (2016) consideraram que:

principalmente o manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo. Nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores (...) (que) trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento: (...) isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social (Guilhaumou e Mالدیدیر, 2016, p.43).

Nesta pesquisa teremos uma concepção de arquivo não como um acúmulo de documentos organizados por uma instituição ou área de conhecimento, mas sim como “materialidade”, ou seja, em torno da construção do objeto discurso, que se liga à questão do arquivo, “em confronto com os textos sócio históricos mais diversos” (Guilhaumou e Mالدیدیر, 2016, p.97). Assim, o trabalho desenvolvido com o corpus por meio do dispositivo de arquivo permitirá observar o arquivo em sua materialidade.

Pêcheux define arquivo como algo “(...) entendido, no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. E continua dizendo que a relação “entre a entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (Pêcheux, 1997b, p. 63).

Desse modo, nos conceitos de arquivo trazidos por Courtine (2016), Guilhaumou

e Maldidier (2016) e Pêcheux (1997b), percebemos que há diferentes tipos de arquivo e que eles não tratam somente de uma simples leitura, ou um documento, ele está aberto a interpretações e revelam-se diferentes a um tema ou outro. E no caso da Análise de Discurso, desenvolvendo um trabalho nos processos discursivos, analisa-se os efeitos de sentidos mobilizados num gesto de leitura dos arquivos.

Em relação à materialidade discursiva utilizada para fins de análise, constituímos a montagem do arquivo discursivo a partir do registro das produções discursivas de Marielle em diferentes situações de sua carreira política. E, em meio a cada análise, destacaremos marcas discursivas que atravessam cada um dos elementos, bem como as condições de produção em que esses discursos se materializam no momento de atravessamento das Formações discursivas marcando seu pertencimento a um grupo.

Em '*Segmentar ou recortar*', Orlandi (1984) afirma que o recorte, enquanto um dispositivo de análise, não pode ser pensado em sua forma linear num texto, pois ele é algo que vai além das formulações linguísticas e necessitam de uma compreensão das relações entre os textos, para sua interpretação: “os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”. (Orlandi, 1984, p. 14). E essa interpretação requer um esforço de recuperação de outros textos, ou seja, as condições de produção discurso.

Desse modo, para a interpretação e análise desses recortes devemos levar em consideração o movimento de sentido do texto selecionado. A partir daí, segundo Orlandi (1984), outras análises surgirão de outros recortes, o que significará novas interpretações, tendo em vista que ele não é passível de uma ótica qualitativa, mas que possibilita diferentes sentidos em uma situação dada: “por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” e “um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Orlandi, 1984, p. 14).

A noção de recorte de Orlandi se aproxima das pequenas particularidades e gestos inconscientes da linguagem, por isso, para ela é preciso determinar, através dos recortes, uma interpretação linguística e histórica, visando alcançar a questão sobre os efeitos de sentidos encontrados neles, compreendendo-o em meio às práticas discursivas pesquisadas, sem ignorar as condições de produção.

A autora nos explica o porquê do recortar e não do segmentar, algo realizado pela linguística, pois para a autora uma dada unidade discursiva, ou seja, o recorte, pode representar fragmentos relacionados à linguagem. No segmentar, há uma linearidade em

relação às unidades; nos recortes não ocorre desse modo, pois é através do recorte que se verifica como as relações textuais se constituem e se representam: “é preciso determinar, através dos recortes, como as relações textuais são representadas, e essa representação não será certamente uma extensão da sintaxe da frase” (Orlandi, 1984, p.15). Para a autora, cada texto traz de recortes discursivos que se atravessam e se distanciam; e a análise ocorrerá por meio de acordo com o objeto estudado.

Para Orlandi (2003), o corpus e a análise estão diretamente ligados e considera-se que o melhor modo de sua construção seja uma montagem de um corpus discursivo que atenda aos critérios teóricos da análise de discurso para que se chegue a compreensão. Isso, junto ao método e aos procedimentos, procurarão mostrar o funcionamento do discurso produzindo os sentidos e seus efeitos (Orlandi, 2003). E, uma vez encontrada a recorrência do que foi encontrado, pode-se finalizar a constituição do corpus.

Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos) sentidos (Orlandi, 2003, p. 63).

Desse modo, vimos, observamos que, em relação à organização do corpus e sua seleção, temos o a noção de recorte (Orlandi, 1984) como elemento utilizado para as análises. E na construção de nosso processo de pesquisa, definimos os processos metodológicos que nos orientarão para a conclusão de nossa tese, o que carece de nós um rigor científico que nos exigirá clareza na definição da metodologia utilizada. Nosso procedimento metodológico consistirá nas análises dos discursos de Marielle, utilizando como embasamento a Análise de discurso, de modo a recuperar a trajetória da memória dos movimentos do feminismo negro, através de uma visão discursiva e interseccional, identificando os pontos que explicitam esse sujeito, tendo em vista que “[...] a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus” (Orlandi, 2007).

Escolhemos alguns dos discursos de Marielle realizados entre os anos de 2017 e 2018<sup>29</sup>, e tivemos como critérios para a escolha dessas falas o contexto interseccional em que Marielle se encontrava: discursos que se caracterizavam com marcas discursivas que representavam não somente ela, mulher negra, lésbica e moradora de comunidade, mas uma coletividade de mulheres negras. E a partir disso, selecionamos os recortes

---

<sup>29</sup> Em anexo encontram-se os vídeos selecionados para este estudo.

discursivos para analisar o movimento entre as formações discursivas e o dizer desse sujeito para assim “[...] mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (Orlandi, 2015, p. 61), através da memória e da história, compreendendo como esse sujeito é constituído, num deslocamento de sentidos.

Considerando as condições de produção em que o discurso fora feito pelo sujeito Marielle demonstrando as formações ideológicas de ressignificação dos elementos analisados concordamos com Courtine, (2016) ao afirmar que:

Articular as condições de produção e as condições de formação em um corpus discursivo dado consistirá de fato em corresponder à sequência discursiva de referência um domínio de memória, ou seja, um conjunto de sequências discursivas que pré-existem à enunciação da sequência discursiva de referência no seio de um processo (Courtine, 2016, p 26).

Desse modo, a finalidade da Análise de discurso é ver o discurso como processo e suas condições de produção, por isso não buscaremos o sentido verdadeiro, mas o real, presente em sua materialidade histórica e linguística.

E, uma vez definida a temática de nossa pesquisa, iniciaremos a construção de uma problemática a cerca dela e a teoria que iremos nos orientar. Em nosso caso precisaremos, de acordo com cada *corpus*, trazer as categorias de análise da Análise de discurso, buscando seu sentido e funcionamento numa postura dialógica diante desse corpus discursivo e da metodologia.

O Corpus na Análise de Discurso ocupa uma posição central, tendo em vista que no início a análise era baseada em sequências discursivas que se limitavam numa aplicação específica de análise, no qual os discursos políticos eram o foco principal da AD, mas que não levava em conta que esses discursos advinham de outros discursos, os universais. Segundo Pêcheux a análise consistia em:

[...]um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as "máquinas" discursivas constituem unidades justapostas. A existência do outro está, pois, subordinada ao primado do mesmo: - o outro da alteridade discursiva "empírica" é reduzido seja ao mesmo, seja ao resíduo, pois ele é o fundamento combinatório da identidade de um mesmo processo discursivo; - o outro da alteridade "estrutural" só é, de fato, uma diferença incomensurável entre "máquinas" (cada uma idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma), uma diferença entre mesmos” (Pêcheux, 1997b, p. 312-313).

Nesse tipo de análise, ignorava-se o discurso e sua exterioridade. Por isso, ao se introduzir novos conceitos, como o interdiscurso, abriu-se um espaço para o ideológico reorganizando a forma de constituição do corpus de análise, ou seja, a busca da produção e efeito de sentidos na materialidade discursiva, guiadas pela teoria num movimento de

ir e vir, ou seja, através dos recortes e num delineamento de limites da análise, as retomadas teóricas serão necessárias para a análise (Pêcheux, 1997b).

Reforçando os nossos estudos, retomamos aqui Angela Davis quando, em uma conferência na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em junho de 2017, ela disse que “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras”. Por isso em nossa pesquisa perceberemos esse movimento que é feito por Marielle nos espaços que ela tem dentro da política brasileira, que foram conquistados legitimamente, com pautas interseccionais, ressaltando o lugar que a mulher negra pode e deve ter.

na revolução em que comemoramos, lutamos e reverenciamos, em 2017, um século da luta das mulheres indígenas por demarcação; da luta das irmãs mulheres negras, que vieram antes de nós, que resistiram a tamanho absurdo que foi o período da escravidão; da luta pelo fim de toda forma de opressão, que se reflete no racismo, na misoginia, na luta contra o patriarcado. Assim, seguimos lutando (Davis, 2017).

A partir das falas de Marielle, que gestos de interpretação e marcas de discursos podemos produzir acerca de sua representatividade e significação para as mulheres negras na política brasileira? Sob uma ótica discursiva, perceberemos uma questão de gênero e raça definida, através de sistema de valores sociais e históricos.

Desse modo veremos que os discursos de Marielle retomarão sempre a história, aqui vista como a memória do dizer, que seria aquilo que:

face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 2009, p. 52).

Assim, dentre os procedimentos analíticos e o campo teórico da Análise de discurso, dependerão da FI a qual se vincula, determinado pelas posições ideológicas num contexto sócio-histórico que os discursos são (re) produzidos (Orlandi, 2013).

O campo discursivo é um espaço de luta e é marcado por diferentes manifestações sociais, dentre elas as de gênero, classe e raça. Assim, como a linguagem está materializada na ideologia, erguer a voz passa a ser um ato de sobrevivência e luta. Para hooks, (2019) “estamos enraizados na linguagem, fincados, temos nosso ser em palavras. A linguagem é também um lugar de luta” (hooks, 2019, p. 73).

E como já visto nossa pesquisa também está ligada aos conceitos sobre interseccionalidade incluindo noções em torno de gênero e raça, militância, lugar de fala,

como elementos de marcação das identidades nos discursos de Marielle a partir de teóricas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks, Angela Davis, dentre outras. Além delas, traremos teóricos que trabalham a interface da Análise de discurso com nossa temática pesquisada, em segmentos que tratam do feminismo e da política brasileira, como Flavia Birolli e Felipe Miguel (2015). Nesse espaço analítico, faremos com que todo o aporte teórico seja retomado num aproveitamento e diálogo entre teóricos em meio a produção de efeitos de sentidos do material selecionado.

Sua atuação política será posta aqui, trazendo ela enquanto sujeito interpelado pela história e pela ideologia, pois ela tinha consciência da resistência que seria ocupar espaços socioculturais dominantes para falar e fazer-se ouvir. Por isso, um estudo discursivo sobre ela fez-se necessário. Após as considerações a cerca de nossa pesquisa, é chegado o momento de nos debruçarmos sobre o corpus e as análises, foco da próxima seção.

*Ainda assim eu me levanto*

*Você pode me riscar da História  
Com mentiras lançadas ao ar.  
Pode me jogar contra o chão de terra,  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.  
Minha presença o incomoda?  
Por que meu brilho o intimida?  
Porque eu caminho como quem possui  
Riquezas dignas do grego Midas.  
Como a lua e como o sol no céu,  
Com a certeza da onda no mar,  
Como a esperança emergindo na desgraça,  
Assim eu vou me levantar.  
Você não queria me ver quebrada?  
Cabeça curvada e olhos para o chão?  
Ombros caídos como as lágrimas,  
Minh 'alma enfraquecida pela solidão?  
Meu orgulho o ofende?  
Tenho certeza que sim  
Porque eu rio como quem possui  
Ouros escondidos em mim.  
Pode me atirar palavras afiadas,  
Dilacerar-me com seu olhar,  
Você pode me matar em nome do ódio,  
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.  
Minha sensualidade incomoda?  
Será que você se pergunta  
Por que eu danço como se tivesse  
Um diamante onde as coxas se juntam?  
Da favela, da humilhação imposta pela cor  
Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro, profundo na fé,  
Crescendo e expandindo-se como a maré.  
Deixando para trás noites de terror e atrocidade  
Eu me levanto  
Em direção a um novo dia de intensa claridade  
Eu me levanto  
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,  
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.  
E assim, eu me levanto  
Eu me levanto  
(Maya Angelou)*

## **6. POR ELA NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO, MAS UMA VIDA INTEIRA DE LUTA**

Nesta seção será o momento das análises, no qual traremos no corpus da pesquisa sequências discursivas com os discursos feitos por Marielle durante sua vivência enquanto política, em seu combate contra a corrupção e a favor dos mais vulneráveis e oprimidos, especialmente as mulheres negras faveladas. Observando-se por meio da Análise de discurso sua constituição e significação enquanto sujeito mulher-negra dentro, de uma perspectiva interseccional, propondo além disso um olhar sobre o sentido, a história e linguagem na política brasileira.

Depois de sua morte, sua história de vida foi contada baseada em diversas notícias falsas e distorcidas pela mídia social, mas nessa pesquisa seguiremos o percurso contrário, buscando explorar através de sua própria voz, a memória e representação política de Marielle enquanto mulher negra, entendendo, que, neste campo discursivo, o real de sua história não se transformou em pó, mas em semente, pois como cita Orlandi: “se o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos” (Orlandi, 2013, p.36). Teremos aqui o real da história através do real da língua com sequências discursivas nas quais contém recortes de falas de Marielle em diferentes momentos enquanto vereadora, trazendo diferentes questões sobre a mulher negra ligadas ao racismo, ao sexismo, ao preconceito e à violência.

Por isso essa pesquisa se propõe a defender a construção de um espaço de memória e conhecimento da tentativa de silenciamento da voz negra, além de mostrar como ela se mantém fortemente viva, pois através desse lugar de escrita protagonizaremos, juntas com Marielle, uma forma de resistência e superação de um sistema necropolítico, que evidencia o incômodo da elite contra sujeitos que historicamente lutam contra as atrocidades cometidas pela branquitude.

### **6.1. Cria Da Maré**

**SD1** "Mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré." (09/10/2017)

De início, na SD1, destacamos o modo que Marielle Francisco da Silva, se apresentava por onde chegava, levando consigo sua representação e significação de

gênero, raça e classe.<sup>30</sup> Era essa sua identidade e ela tinha orgulho de sua origem, levando essa representatividade enquanto parlamentar, com o objetivo de buscar seu lugar de auto afirmação da mulher negra em espaços de invisibilidade para a população negra. Tratamos aqui de uma vereadora que traz intrinsecamente em sua plataforma política, sua origem, experiências e ancestralidade.

Em nosso cotidiano, muitas vezes não percebemos o poder da linguagem, mas seu caráter social está presente, pois numa sociedade perpassada por classes sociais, na qual se tem o dominador e o dominado, é ela que se sobrepõe e se interligará para as que as relações existam. Na própria auto definição de Marielle, observando a formulação ‘mulher negra, mãe e cria da maré’ temos aqui uma relação material entre linguagem, ideologia e inconsciente na qual a constituição do sujeito se inscreve.

Orlandi (2006) nos fala sobre o prazer que há na linguagem ao afirmar que ela “tinha uma curiosidade enorme pela linguagem, uma curiosidade realmente muito grande. Acho que esse traço é fundamental na minha vida, porque eu percebo até hoje o prazer que me dá na hora em que eu consigo formular uma frase” (Orlandi, 2006, p. 14).

E nesse prazer em conhecer a linguagem, em seu modo mais genuíno, como Orlandi nos mostra através do discurso, podemos nas palavras Marielle, buscar esse encantamento: "Mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré". A conexão que ocorre através da linguagem, adquire um sentido muito maior do que simplesmente a transmissão de uma mensagem, com as palavras, frases, textos, pois há um sentido nessas palavras determinado por seu contexto e que insere significados diversos através das formações ideológicas das quais elas advêm, tendo em vista que, nesse sentido de palavras “não existe em si mesmo (...), mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão no jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (Orlandi, 2006, p. 19).

Como dito, Marielle em seus discursos enquanto vereadora priorizava a representatividade em seus discursos, tendo aí um sujeito interpelado pela ideologia. Ela fazia questão de ser uma ‘cria da maré’. Cria no caso, é uma gíria utilizada nas favelas no Rio de Janeiro para se referir a quem nasceu e cresceu em determinado território. Isso demonstra o respeito que Marielle sentia de sua identidade e local de origem.

---

<sup>30</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/mulher-negra-mae-e-cria-da-favela-trajetoria-de-marielle-franco>.

Num estudo da linguagem, na ótica discursiva, percebemos que num discurso, não estamos diante somente de um sistema de regras, sendo atribuída a ela sentido, que por sua vez, não está obvio ou transparente: ‘cria da maré’. Ele pode, como diz Orlandi (2002), sempre ser outro. Desse modo, o objeto de apreciação da Análise de Discurso, que é o discurso, não é mais interpretado como uma sequência “fechada em si mesma”.

Compreende-se assim, que o campo epistemológico da Análise de Discurso se traduz como ferramenta indispensável para entender os efeitos de sentidos que são atravessados ideologicamente no âmbito social (Orlandi, 2013). Logo, os discursos postos em funcionamento na sociedade apresentam discursividades distintas a serem estudadas. No caso da pesquisa, quem é Marielle Franco e o que ela representa para a sociedade e que ela representa? Observamos que ela ressalta sua existência, não como uma pessoa individual, mas como muitas, numa visão de coletividade. A mulher negra, lésbica e favelada são milhões de mulheres no Brasil. E ela sabe disso quando repete em diversos momentos essas informações.

**SD2:** eu não sou atriz. Eu sou uma mulher que tem uma construção de uma vida pública e uma vida política antes de estar hoje no legislativo. Então é quando elas almejam e identificam nelas, quando a gente fala: - olha aqui, comigo é papo reto! Esse papo reto é algo que eu aprendi no legislativo, que no geral as coisas são inclusive subentendidas. Um papo reto que vem do meu lugar de favelada. (12/05/2017)

Ao analisarmos as falas de Marielle na SD2, compreendemos o conceito abordado por Orlandi (2012), de que, nos processos de significação, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, pois o discurso pode ser visto “enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso” (Orlandi, 2012, p. 85).

Somado a isso, como citado na introdução desta pesquisa, Marielle se apresenta num processo de individuação, que se difere da individualidade, sob a perspectiva discursiva, mas que se liga ao estudo de Stein, (2020) que mostra que, diferente da individualidade, na qual há uma relação direta com a identidade e identificação do sujeito, mas que ignora características ligadas ao seu inconsciente. O processo de individuação trata-se da volta à identificação do sujeito, que ocorre durante toda sua vida, ligado à sua

cultura, e que vai além da sua esfera pessoal, envolvendo não somente o consciente, mas também o inconsciente (Stein, 2020).

Aqui observamos o processo de constituição do sujeito, quando ela entende seu lugar social em que se reconhece não como uma atriz, por exemplo, mas como uma figura pública que vem de ‘seu lugar de favelada’. Marielle, em certo ponto já observava esse processo, que mostra a posição sujeito que ela se colocava, a depender da FD na qual ela estava constituída, e nas condições de produção que ela se situava pela formação social que lhe correspondia, individualizando sua forma sujeito-histórica. Para Orlandi (2016)

Esse indivíduo funciona, por assim dizer, como um pré-requisito nos processos de identificação do sujeito, ou seja, uma vez individuado, este indivíduo (sujeito individuado) é que vai estabelecer uma relação de identificação com esta ou aquela formação discursiva. E assim se constitui em posição-sujeito na sociedade. E isto deriva de seus modos de individuação pelo Estado (ou pela falha do Estado), pela articulação simbólico-política através das instituições e discursos, daí resultando sua inscrição em uma formação discursiva e sua posição sujeito que se inscreve em uma formação social com os sentidos que o identificam em sua posição sujeito na sociedade (Orlandi, 2012, p. 228).

Destarte, observamos esse processo que se dá na interpelação da ideologia com o inconsciente entendendo sempre que, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e esse sujeito se forma através de um trabalho de memória que se aciona por FD diversas. Marielle ressalta que se comunica através de um ‘papo reto de um lugar de favelada’, aqui Marielle inconscientemente retoma o que Gonzalez (2019) chamava de ‘pretuguês’ na qual a linguagem é usada de forma direta, mesclada da formalidade unida à oralidade com um misto de coloquialismo e erudição, com o objetivo de ser escutada e entendida, possibilitando a escuta de múltiplas vozes em seu diálogo, pois como afirmava Gonzalez (2019) “toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para um entendimento de nossa realidade. Uma linguagem revolucionária não deve embriagar, não pode levar à confusão” (Gonzalez, 2019, p. 78).

Para Gonzalez (2019), essa valorização ao branco ocidental mostra uma identidade ficcional da branquitude, onde a imagem do colonizador é tida como referência, como ideal, mas que na verdade somente causa frustração, pois, como diz Gonzalez, “somos um país latino que foi construído através do sofrimento e da dor dos indígenas e dos africanos”, por isso a importância trazida por Marielle ao se impor com sua ancestralidade através de sua fala, expondo suas ideias e ideais, sem deixar ser ‘domesticado’ pela branquitude:

na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via

psicanálise: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. É exatamente porque temos sido falados e infantilizados, que neste trabalho assumimos nossa própria fala. (Gonzalez, 1988, p.16).

Marielle entendeu desde cedo, seu lugar na sociedade como uma ‘mulher que foi mãe adolescente (...) mulher negra (...) moradora da maré’ e entendeu inclusive que nesse lugar que ela se posicionava, adquiriria seu lugar de fala, demarcando condições para um movimento político em nome das mulheres negras.

**SD3:** o lugar da mulher que foi mãe adolescente, de hoje mãe de adolescente. Lugar da mulher negra à medida que, na passagem da adolescência, vou entendendo os estereótipos que estão colocados. (...) Compreender que o lugar de favelada, no lugar daquela moradora da maré tinha uma intersecção, tava em conjunto com a mulher, e que essa mulher é uma mulher negra. (...) aquela menina que já se identificava favelada e que estava buscando um lugar na universidade entende que a condição da nordestina, a condição da mulher negra, tava em conjunto com aquela condição de favelado, começou a fazer sentido. (09/10/2017)

Os recortes trazidos na SD3 nos mostram que Marielle, unia diferentes temas, sempre complexos, como a questão da interseccionalidade, agrupando gênero, raça e classe, fazendo um movimento interdiscursivo no qual todo discurso, é atravessado discursivamente por diversos discursos outros, o que Pêcheux (2009) denominou de pré-construído, ou seja, seria essa noção que se faz presente no interdiscurso e que é marcada “pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, preexiste ao sujeito” (Pêcheux, 2009, p.99).

Quanto ao contexto dessa fala, Marielle estava sendo entrevistada pela filósofa Djamila Ribeiro, no programa Primaveras, ‘Agora que são elas’, que é um programa do canal da GNT. Nesta entrevista ela falou sobre diversos assuntos ligados a interseccionalidade e o feminismo negro, que nos direciona a uma opacidade da língua e do discurso, no qual podemos observar o processo discursivo e suas condições de produção, com os seus ditos e não ditos, pois discurso é palavra em movimento, e podemos observar isso quando Marielle ressalta ser uma ‘mulher negra, cria da maré’:

as mulheres negras que permanecem enraizadas em suas próprias experiências enquanto mulheres negras – que dominam os paradigmas sociológicos e ao mesmo tempo mantêm uma postura crítica em relação a estes – estão em posição melhor para trazer uma perspectiva especial, não apenas para o estudo de mulheres negras, mas também para algumas das questões fundamentais que a própria sociologia enfrenta (Collins, 2016, p. 122).

Num estudo que prioriza a discursividade, traz como objeto o discurso, numa ligação da exterioridade na constituição do sujeito, que aqui é por Marielle, através de seu lugar de favelada, pois a partir desse entendimento inconsciente da exterioridade, tudo para ela ‘começou a fazer sentido’. Importante pensar nesse ‘fazer sentido’ pois é o mesmo que ocorre com muitas mulheres negras que não conseguiam se enxergar enquanto negras, pois para elas era ofertado uma vida, história e cultura que não lhes pertenciam, mas que, assim como Marielle, conseguiram entrar num novo processo de contra identificação e desidentificação (Pêcheux, 2009).

E é nessa expansão que procuraremos chegar a própria noção de sujeito, quando a Butler (2018) coloca em questão a identidade da ‘mulher’ como fundamento da ação política do feminismo, numa visão hierárquica de um sujeito do feminismo fixo, rompendo a visão de universalidade em relação as mulheres, pois cada uma experienciará o gênero de uma forma, mesmo ocupando o mesmo lugar social, pois elas se situam em um diferente lugar discursivo, que seria o espaço discursivo.

Por isso essa relação de identidade, corpo e sujeito como produção de poder, nos permite resistir a imposições, como traz Marielle, que passa a se entender não somente como uma mulher, mas uma mulher plural, multifacetada, que traz consigo raízes escravocratas que necessitam serem lembradas para que não mais se repitam.

Compartilhando a concepção de Gonzalez (2020), a questão de opressão racial não pode ser pensado separadamente de outros marcadores sociais, pois isso significaria neutralizar o problema da discriminação racial, trazendo, “mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial,” (Gonzalez, 2020, p.61) o que causaria, segundo ela, uma cegueira racial para muitos negros ao lhes ser imposto a ‘democracia racial’ que faz com que, erroneamente, eles se sintam incluídos no meio social dos brancos, pois sua identidade racial e sua ancestralidade são apagadas, ao adotar a ‘ideologia do branqueamento’. Para ela, o método racista “é suficientemente sofisticado para manter negros na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz” (Gonzalez, 2020 p.119).

Por isso, ao falarmos sobre o amor, na seção 3, percebemos que o desamor está ligado a questões de poder, e de início pensamos no sistema escravocrata que, através da violência física como o açoitamento, chicoteamento e estupro, e da violência mental, com a venda de seus filhos ou ver o estupro e morte de suas mulheres, coibia que os negros e negras vivenciassem o amor. Mais uma evidencia que essa “construção social das relações de poder racializadas foram desenvolvidas em conjunto com o controle europeu/ariano das estruturas sociais tradicionais” (Dove, 1998, p.11).

Marielle compreendeu que o discurso do ‘somos todos iguais’ fortalece demagogicamente não os negros, mas os brancos. São estratégias de separação entre os negros, que os fazem pensar que podem ser aceitos e disporem de poder em seu meio social se tornarem-se mais brancos, ou se afastarem-se de suas origens, criando assim uma desarmonia, um desamor entre eles.

No que tange às materialidades/marcas discursivas e o contexto social, percebemos que a noção de formação discursiva traz apontamentos que nos ajuda a entendê-los, pois ela é um ponto central da Análise de Discurso, nos permitindo uma transgressão entre o discurso e o interdiscurso, ou seja, tendo o poder de determinar o que será dito ou não, de acordo com o contexto social no qual o sujeito se insere, pois "para realizar a análise de discurso, é preciso superar a ilusão da transparência da linguagem" (Orlandi, 2009, p.28). Somado a isso a autora acrescenta que:

Não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos - para as posições dos sujeitos do discurso (Orlandi, 2013, p. 40).

Partindo da posição de que Marielle é um ser social que ocupa de determinado lugar, e que é constituída por diversas relações de força e poder que, conseqüentemente, afetam seu discurso, que por sua vez não é neutro pois ele se produz de um lugar social, de uma perspectiva ideológica. A mulher negra na política, que é o sujeito responsável/organizador desse discurso, sofre algumas determinações da ordem da exterioridade. Assim, na passagem do lugar social para o lugar discursivo, o sujeito-político Marielle inscreve-se num determinado espaço, o qual está determinado pelas relações de verdade e poder institucional que ela representa socialmente.

A lealdade cultural africana resultou na morte de milhões, por conta de sua resistência às formas de opressão. Assim, a necessidade de lutar pela sobrevivência

através dessa dominação europeia, forneceu uma mudança social para a manutenção de nossa história. Assim, “recuperar historicamente e culturalmente, a relação complementar da mulher e do homem como a base para “nossistória” e a autodeterminação” (Dove, 1998, p.20) é essencial para nos libertar da crise do desamor entre os negros.

Como é possível notar, a luta de Marielle nunca foi individual, era coletiva, unindo-se a um conjunto de experiências compartilhadas por outras mulheres negras, faveladas, mães, filhas, com suas vivências de opressões.

**SD4:** (...) se deixar, eu vou para uma rota de colisão e aí a gente vai ser o quê? A nega maluca, porque aí vai ser negra agressiva né? Vai ser negra que não consegue lidar, não sabe se portar nos espaços! (12/05/2017)

Nossa sociedade ameniza e normaliza o uso de termos utilizados em nosso cotidiano, como “nega maluca”, que na realidade expõe uma configuração pejorativa e racista. E Marielle nos faz em sua fala essa reflexão, pois a reprodução desses termos só normaliza o que deveria ser excluído, pois está associado ao processo de colonização e ideológico que inferioriza a mulher negra como um ser grotesco e exagerado. Podemos observar essa representação nas fantasias carnavalescas, nas quais pessoas se ‘fantasiam’ de uma mulher negra, geralmente configuradas à uma figura exótica, com bastante maquiagem e roupas extravagantes e trejeitos são peculiares, pois se movimentam de modo mais que alegre, obsceno e sexual.

Temos ainda o bolo de chocolate chamado ‘nega maluca’, que possui bastante cobertura e granulados e que é associado à mulher negra, o que se vincula para um exagero que está relacionado à loucura, retratando o desprezo pelo povo negro como algo histórico e ideológico, tendo em vista que diversos povos, em uma perspectiva eurocêntrica, inferiorizam a raça negra e se veem como detentores do saber e da razão, e essa visão “se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 2018, p. 59).

Os estudos de Gonzalez (2018) trazem um pensamento conceitual psicanalítico, ao falar da “neurose cultural brasileira” e da internalização da dominação, relacionando-os aos efeitos do racismo em nossa sociedade. Podemos aqui fazer uma aproximação entre o dito, o não dito e o já dito (Orlandi, 2013), no qual nos mostra que nossos discursos são algo que não surgem em nós, eles já circundam nosso meio e fazem parte da constituição

dos sujeitos e dos sentidos, que “estão em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras (Orlandi, 2013, p.36).

Nesta SD4, Marielle nos mostra como se dá o racismo estrutural, no qual a branquitude faz um julgamento errôneo, através da culpabilização do negro, ao questionar e diminuir sua luta por conta de sua forma de agir, sendo a ‘nega maluca’, pois muitas vezes é a única forma de ser ouvida em determinada situação. Para Gonzalez, (2020) a “ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular” (Gonzalez, 2020, p.116).

**SD5:** A mulher negra que gosta de fazer o mimimi aqui não sabe se portar nos espaços porque interrompe um menino da classe média alta que estava ali falando tudo bonito, mas irônico. (12/05/2017)

Como visto nesta SD, a presença da mulher negra na política provoca a problematização acerca dos discursos articulados quanto à tríplice opressão e discriminação de gênero, raça e classe, pois apesar dos espaços na política estarem se ampliando para a diversidade, estes mesmos espaços tendem a ser sabotados pelo patriarcalismo e pelo racismo que imperam no mundo da política onde é inegável a existência de uma cultura machista muito presente nessas instâncias.

Marielle muitas vezes foi considerada histérica, grosseira, uma mulher que berra, que faz ‘mimimi’. São suas marcas discursivas impostas pelo opressor, mas que para nós significou, coragem, luta e resistência, no momento em que ela se coloca, que ela interrompe e que traz sentidos em suas palavras que se reproduziram e se cristalizaram. O mimimi ao qual Marielle se refere mostra uma tentativa de silenciar, desclassificar suas falas. Um lugar discursivo da violência ou do esvaziamento do argumento.

Levando em conta as duas últimas sequências discursivas, compreendemos que Marielle ocupa uma posição sujeito de caráter militante e antirracista, visando desconstruir a imagem de mulher negra remetida a uma formação imaginária de cunho preconceituoso e sexista, no qual o interdiscurso aciona à memória discursiva do lugar ocupado pela mulher negra na sociedade, pois o discurso determinado pela posição-sujeito, se dá ainda numa posição sócio-histórica e ideológica (Orlandi, 2013, p. 43).

Entender como esse mecanismo de agressão e violência simbólica contra a mulher funciona, seja por uma ‘nega maluca’ ou um ‘mimimi,’ ressalta a importância da

interseccionalidade, que trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2004, p. 7).

## 6.2 Ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo

É dentro dos estudos de gênero que tomamos conhecimento sobre o que nos foi imposto erroneamente pela sociedade: o que é ser mulher e o que é ser homem e quais papéis devemos ocupar na sociedade. Gênero não é algo fixo, ele é fluido e dinâmico, e coloca em funcionamento processos de significação que apontam para o modo como as relações de poder e sociabilidade se dão nas sociedades, variando de acordo com a cultura. No caso da mulher negra, a questão do gênero é mais profunda pois, como já citado outras vezes neste estudo, há um imaginário social de que a mulher negra deve obedecer e oferecer seu corpo ao homem, notando a princípio de relação da condição de submissão da mulher ante o homem por sua classe, religião e por sua cor.

**SD6:** Um tema mais simbólico, o cabelo, o estar, a não objetificação do corpo. (...) Historicamente as mulheres negras são colocadas como as mulheres quentes, ou como as mulheres que são boas por causa do corpo. E isso reproduz, o objetificar é crime imaginário social e amplia o lugar de tomada do corpo, na tentativa de tomada do corpo da mulher. Não é só isso que explica, mas isso também reforça o como nós estamos vulneráveis. (09/10/2017)

A questão da subjetividade esteve presente no âmbito dos estudos feministas e de gênero, mesmo antes de ele ser considerado um conceito. É o que pode ser observado na já citada fala de Beauvoir, na qual afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1967, p. 9).

Isso nos permite compreender que a subjetividade feminina atribuída às mulheres não está ligada a uma questão biológica, mas a um processo cultural que tem no corpo uma situação, pois as relações sociais são mais determinantes. Sobre essa afirmação, Butler (2018) observa que:

não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma situação”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida,

será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (Butler, 2018, p.27).

Gonzalez (2028), em seu artigo intitulado A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social, traz Beauvoir relacionando à mulher negra, indo além da questão da raça, dizendo que:

quando esta afirma que a gente não nasce mulher, mas se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc., mas se tornar negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais (Gonzalez, 2018, p. 233).

Observando a SD5, vimos que é nesse lugar que Marielle se coloca, de transformação e transgressão do ser negra, que não surgiu a partir do momento em que ela nasceu, biologicamente sim, mas enquanto sujeito, essa descoberta se deu com o passar do tempo, de acordo com sua vivência. Somasse a isso, vimos que no imaginário social há uma problemática no que se refere às identificações dessas mulheres negras, pois suas vozes/corpos historicamente silenciados, conduziram à compreensão de uma dominância ‘natural’ criadas pela sociedade hegemônica numa produção de sentidos e de sujeitos equivocada (Gonzalez, 2018).

Compreendemos que há formações imaginárias e um funcionamento que está sendo posto em disputa no que se vai construindo, e traz “o imaginário de uma sexualidade objetificada, (...) em diferentes épocas” (hooks, 2021, p. 21), logo:

Quando a raça e a etnicidade são comodificados como recursos para o prazer, a cultura de grupos específicos, assim como os corpos dos indivíduos, pode ser vista como constituinte de um playground alternativo onde os integrantes das raças, gêneros e práticas sexuais dominantes afirmam seu poder em relações íntimas com o Outro (hooks, 2021, p. 57).

Os processos de significação influenciam diretamente na formação da identidade, pois são várias as simbologias e interpretações culturais que vão se sobrepondo para definir as pessoas como elas ‘devem’ ser e como ‘devem’ agir, e Marielle em seus discursos consegue mostrar seu afastamento do que lhes foi imposto por ser uma mulher negra, dentre elas a aceitação de seu corpo enquanto objeto de prazer, como ressaltado na SD5 as mulheres negras são colocadas como as mulheres quentes, ou como as mulheres que são boas por causa do corpo.

**SD7:** As pessoas olham para os nossos corpos nos diminuindo, investigam se debaixo do turbante tem droga ou piolho, negam a nossa existência (...)

estamos expostos e somos violentados todos os dias. É preciso reconhecer o racismo. (09/10/2017)

No processo constituição de sujeito, em sua identificação e autoafirmação enquanto negra, a questão do corpo negro foi algo que chamou atenção de Marielle, passando a não fazer mais uso de química para seus cabelos, além de adotar e roupas mais voltadas para seus ancestrais.

**SD8** A não compreensão nos nossos corpos, da vivência na cidade coloca aqui absurdos de projetos de lei, absurdo da disputa simbólica, absurdo da desvalorização de debates. (...) Acho que isso é uma coisa que a gente vai ficar atenta, principalmente nós, do coletivo de mulheres, dos coletivos, de mulheres. (12/05/2017)

Ao analisarmos as SDs deste tópico, trazemos Carneiro (2003), que nos mostra que a tentativa de silenciamento dessas vozes legitimadas se dão pelo privilégio social do eurocentrismo, adquirindo um caráter universal que somente os contempla, ignorando as questões de liberdade individual e autonomia que a mulher negra pode ter. Segundo Carneiro (2003):

as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (Carneiro, 2003, p. 118).

Esse processo de silenciamento tem feito parte da história das mulheres negras em contextos diversos e conseqüentemente a ascensão dos corpos negros continua sendo um incômodo para a elite brasileira e seu descontentamento denuncia a tentativa da manutenção de um sistema de subserviência e apagamento das identidades, dentro de um processo histórico secular.

**SD9:** Aí você passa por tipo de coisa, então o nosso corpo, seja com uma taxa, seja complexo, seja com o turbante para outro dia. Sempre tem algum comentário dos turbantes, sempre tem, sempre tem, aí é fã. Já falei que eu vou para a tribuna para fazer uma fala sobre turbante. Porque era assim: Tá linda esse negócio aí, amarelo. Pra mim não dá pra brigar o tempo todo. (...) porque se entrar numa rota de colisão,

e olha que já não é, não é, não é adereço, é turbante. (12/05/2017)

Temos nessa SD posicionamentos de Marielle em busca de reforçar a condição da cultura da mulher negra e o respeito que tem que ser com elas, com sua cultura, história. Para Orlandi, nós sujeitos estamos inscritos em posições que permite a nós dados discursos e outros não: “o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo de seu discurso.” (Orlandi, 2007, p. 9) Isso significa dizer que o lugar do simbólico ocupado pelos indivíduos no discurso é inclusive um lugar social. Marielle buscou romper com o discurso hegemônico considerando seu lugar de fala advindo de uma ancestralidade africana, já que “todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras” (Orlandi, 2007, p. 15).

O lugar natural que é colocado o negro hoje, sempre numa condição de inferioridade, ignora a verdade sobre a história negra. Segundo Diop, o continente africano era formado grandes impérios que “precederam por vários séculos a existência de impérios comparáveis na Europa” (Diop, 1974, p. 338), mas que foram roubados pelos europeus, que por sua vez invadiram nossas terras.

Compreender como os sentidos se produzem num dado objeto simbólico, discursivo, é uma das premissas da Análise do discurso, o que implica organizar os gestos de interpretação entre sujeito e sentido, refletindo assim no modo em que a linguagem se materializa na ideologia, que por sua vez se manifesta na língua:

A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Ela não é, pois, ocultação, mas função necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. Na verdade, é o efeito da separação e da relação necessária mostradas no mesmo lugar. Há uma contradição entre mundo e linguagem, e a ideologia é trabalho desta contradição. Daí a necessidade de distinguirmos entre a forma abstrata (com sua transparência e seu efeito de literalidade) e a forma material, que é histórica (com sua opacidade e seu equívoco) quando trabalhamos com discurso (Orlandi, interpretação, p.57).

Como já dito por Butler (2018), a questão do corpo deve ser vista sempre numa perspectiva política, tendo em vista que “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (Butler, 2018, p. 27). Por isso o gênero precisa ser compreendido dentro de um sistema político-econômico de relações sociais historicamente construídas:

O gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de sentido, o conceito de interseccionalidade se torna fundamental para fugirmos de interpretações que reduzem ou especializam as experiências dessas mulheres, uma vez que as formas de opressão se interligam e só podem ser compreendidas em sua multidimensionalidade (Butler, 2018, p.27).

A cor negra é considerada por muitos como sinônimo de sujeira, escuridão, como Marielle traz ao dizer por exemplo na SD6 que ‘as pessoas olham para os nossos corpos nos diminuindo, investigam se debaixo do turbante tem droga ou piolho’, e ao ligarmos aos corpos da mulher negra, une-se a questão da hiper sexualização, pois no imaginário social, a mulher negra é reflexo de fogueira e prazer.

Esse estereótipo, que aqui foi várias vezes trazido nas falas de Marielle, e recuperadas nas SD's 5, 6 e 7, pode ser visto na perspectiva discursiva pelo conceito do pré-construído (Pêcheux, 2009) quando ele afirma que “sempre-já-lá dá interpelação ideológica que fornece/impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade” (Pêcheux, 2009, p.151), ou seja, o estereótipo se liga a uma já dito de outros discursos e o pré-construído se liga há algo que vem antes, que é externo e que pode ser visto de um modo mais amplo, logo são conceitos que se comunicam. Cestari (2015) nos fala ainda sobre a questão do pré construído em relação aos estereótipos ao afirmar que as imagens:

conduzem as rotas da interpretação em sua circulação: pelo pré construído, produzem o efeito de conhecido por todos, aquele da evidência ideológica. Em seu componente racializado e gendrado, significando sujeitos, estes estereótipos compõem um conjunto restrito de imagens para significá-los, imagens coladas aos corpos dos sujeitos racializados. (Cestari, 2015, p. 188).

Isso significa dizer que estereótipos do corpo da mulher negra, se fortalecem com o imaginário machista e racista, advindo desde a escravidão e sustentado pela sociedade eurocêntrica e patriarcal. Marielle enfatiza em diversos momentos sobre o que não somos, ou como não podemos ser vistas, questiona sobre os sentidos diversos que um olhar sobre nossos corpos pode ter, pois sob o viés da memória discursiva, das condições de produções dados, esses sentidos passam a se moldar, criando-se verdades não absolutas.

**SD10:** desse lugar de proteção, vira um mero acessório, ou como é, como são para algumas religiões de matriz africana o lugar da guia, o lugar da corrente. Tem gente que usa uma correntinha, não como o lugar da guia de proteção, então é entender isso vocês vão precisar, podem ficar incomodado, mas vão precisa ouvir, entender a perspectiva dessas mulheres que têm ali na sua gênese da sua

origem, a um debate tão forte daquilo que é para além do que estava colocado de maneira rasteira. (12/05/2017)

Compartilhando a concepção de Collins (2016), “a cultura das mulheres negras pode fornecer o quadro de referência ideológica, ou seja, os símbolos e valores da autodefinição e autoavaliação que ajudam às mulheres negras a verem as circunstâncias que modelam as opressões de raça, classe e gênero” (Collins, 2016, p. 111) ou seja, há em seus discursos, um forte elemento racial no qual ela confronta a banalização do povo negro ao ignorar por exemplo, sua religiosidade: ‘não é adereço, é turbante,’ ‘desse lugar de proteção, vira um mero acessório’.

As experiências vividas pela mulher negra são únicas e específicas, pelo “fato de suas experiências ocorrerem na intersecção entre múltiplas estruturas de dominação” (Collins, 2016, p. 107). Por isso a autora afirma que as experiências dessas mulheres talvez demonstrem um conformismo aos papéis sociais impostos a elas, mas secretamente elas se opõem a eles, numa oposição moldada pela consciência de se estar no escalão mais baixo da estrutura social (Collins, 2016, p. 113).

Pudemos observar em algumas das sequências discursivas selecionadas uma possível identificação, contra identificação ou desidentificação em nossas análises, pois como cita Pêcheux (1997b), “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, [...] isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o outro, objeto de identificação” (Pêcheux, 197b, p.57) ou seja, nosso objetivo é compreender como Marielle é afetada pelo discurso do/sobre a mulher negra e seus corpos.

Marielle, ao se posicionar contra argumentos que tentem inferiorizar ou diminuir suas crenças religiosas, ao citar por exemplo a visão de alguns sobre os turbantes, ou correntes de matriz africana, como um “mero acessório” reforça o que Pêcheux define como contra identificação, pois temos aqui visões de cunho racistas, que tentam padronizar a beleza da mulher como uma só. Tal posição se torna mais evidente quando compreendemos que seus discursos desconstroem e resistem contra as opressões históricas vividas por ela e por todas mulheres negras.

Destarte, o corpo de Marielle tinha marcas que incomodava, as marcas da libertação da escravidão. A liberdade da mulher negra incomodava, mas Marielle não se restringiu, e em sua fala de Marielle comumente transmite poder, num embate de força

no qual ela sempre buscou resistir, num movimento contra discursos que procuravam diminuir sua condição de negra, trazendo uma contra identificação enquanto sujeita, que por tanto tempo foi obrigada e se identificar com algo que não pertencia a ela, a representação da mulher branca.

De fato, ainda há resistência, pois materialmente ela não está presente, mas ela resiste em outras falas, outras, vozes, outros corpos, remetendo à identidade negra ao ressaltar sua condição de mulher afrodescendente, que segue uma religião de matriz africana, o que contribui para o desvelamento do preconceito e de uma discriminação racial, ressignificando e valorizando a cultura e a história da mulher negra.

O corpo da mulher negra é a maior representatividade simbólica que Marielle pode ter, e no Mulherismo africana, as relações matriarcais estão vivas, e fazem com que cada mulher respeite a história e o legado da outra, compartilhando afeto e conhecimentos, pois a luta era de Marielle e também delas.

A consciência das mulheres negras – a sua perspectiva analítica, emocional e ética de si mesmas e do seu lugar na sociedade – torna-se uma parte crítica da relação entre o mecanismo da opressão e a ação das mulheres negras. Essa relação entre opressão, consciência e ação pode ser vista como relação dialética. Nesse modelo, estruturas opressivas criam padrões de escolha que são percebidos de formas variadas por mulheres negras. Dependendo de suas consciências de si mesmas e de suas relações com essas escolhas, mulheres negras podem ou não estruturar esferas de influência nas quais desenvolvem e legitimam o que será apropriado ativismo de mulheres negras, ao construírem esferas de influência do feminino negro, por sua vez, afeta as percepções das escolhas políticas e econômicas que lhes são oferecidas pelas estruturas opressivas, influencia ações de fato tomadas e, em última instância, altera a natureza da opressão vivenciada por elas (Collins, 2001. p. 114).

As sequências discursivas aqui apresentadas, nos mostram que o sujeito não está livre, nem o sentido; seu sentido depende das formações ideológicas expostas através das palavras e da inscrição do sujeito. E aqui temos o que Pêcheux chama de formação discursiva, que no caso, “determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1997, p.160). Destarte, de acordo com os contextos nos quais Marielle se insere, o sentido do que ela diz é dado pela formação discursiva interseccional, ao qual ela se inscreve. E, enquanto sujeito, ela se identifica com a formação discursiva acreditando que o que diz é discursivamente seu. Sua formação discursiva busca defender as mulheres negras, questionando a estigmatização que é feita delas, desconstruindo o sentido negativo em seus discursos, e junto a isso ela demonstrava seu apoio à cultura, à história e ancestralidade.

Como visto, Marielle representa uma interseccionalidade por conta de seus marcadores sociais, o que claramente era percebido em suas falas, fossem elas em discursos, entrevistas, palestras, etc., na qual ela tratava temas diversos e recorrentes dos quais ela comungava, numa defesa ao que a ligava, com as questões de origem periférica, e de mulher negra. Não havia padronização em suas falas, mas havia um movimento discursivo recorrente por conta de suas pautas identitárias que ela defendia dentro do contexto político, num espaço hiper polarizado, o que contribuiu para sua simbologia e representatividade.

Dentro desse espaço político, reconhecer que a demanda feminista deve ir mais além e abraçar causas de outros movimentos, como os que combatem a desigualdade social. Isso foi de grande importância para o movimento feminista, pois possibilitou que mulheres despertassem para além dos problemas que corriam com elas e que as afetava direta ou indiretamente.

Dito isso conseguimos nos situar no que seria um eixo de padrão de poder eurocentrado que institui por exemplo, a ideia de que a raça é uma construção social criada para hierarquizar poderes e determinar uma dominação colonial. Talvez por isso, a morte de Marielle ainda para muitos se mostra por um lado como inaceitável, e por outro como justificável, tendo em vista a premissa dessa hierarquização.

Por isso, para Hudson-Weems (2016), retomando o Mulherismo Africano, o “principal objetivo é criar critérios próprios das mulheres africanas para avaliar suas realidades tanto no pensamento quanto na ação” (Hudson-Weems, 2016, p. 19), fazendo com que mulheres negras busquem espaços de emancipação com os homens, união entre os povos, irmandade entre as próprias mulheres além da valorização de sua raça, tanto dentro de sua comunidade como fora dela.

### **6.3 Eu Sou Porque Somos**

#### **EU SOU VEREADORA PORQUE NÓS SOMOS LUTA**

(...) naquele domingo de ruas cheias para a votação, o filho da Beta, Renan da Costa, de 3 anos, foi atingido por um tiro de fuzil e não resistiu. Os moradores foram protestar em frente ao 22º Batalhão da Maré, porque, como se pode imaginar, os policiais entraram atirando e todos viram. (...) fizemos uma barreira com nossos corpos e de mãos dadas entre os policiais de fuzis e os moradores com paus e pedras nas mãos. (...). Toda essa memória foi revivida neste domingo de 2016, há exatos 10 anos dessa tragédia. Ao caminhar pelas ruas da Nova Holanda, repensei em como a nossa luta em favor da vida é dolorida e guarda marcas profundas, por vezes incuráveis. (...) Encontrei a Beta, assim como eu, mulher negra favelada, estava indo votar, e fez questão de declarar o seu voto em nossa chapa. O voto não trará o Renan de volta, mas poderá impedir que outros Renans sejam assassinados. É em favor de mulheres

como a Beta e meninos como Renan que credito os 46.502 votos que obtive nesta eleição (...) Eu Sou Vereadora Porque Nós Somos Luta! (Franco, 2016).

Acima transcrevemos mais um trecho de seu ‘discurso da vitória’ no qual Marielle já eleita, ressalta sobre a importância de uma mulher negra favelada ter ganho uma eleição, tendo votos não somente nas áreas periféricas, mas em todas as urnas do Rio de Janeiro e sendo a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com 46.502 votos” (Franco, 2017, p. 89).

Nesse trecho ela destaca ainda a sua memória e responsabilidade em lutar por quem mais precisa de apoio, mostrando papel em somar na vida de quem perdeu alguém por conta de sua cor ou condição de vida. E para que esse apoio possa seguir, Marielle ressalta a importância de mais mulheres nos espaços de poder, pois somente elas poderão enxergar a realidade de outras mulheres.

**SD11:** que mais mulheres estejam nesses espaços de poder para que a gente esteja nos espaços de decisão. Assim, essa foi uma decisão, é individual, coletiva, e que a gente se fortalecer para os próximos meses, nos próximos momentos, para que aquilo ali não vire novamente só um lugar cinza do terno, mas que tenha muitas cores, muitas estampas, muitas elaborações naquele espaço. (12/05/2017)

Para Carneiro (2003), é necessário destacar os contornos da história da mulher negra no Brasil para pensar na questão identitária e por isso ela ressalta que a experiência histórica que essas mulheres tiveram sobre o “discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (Carneiro, 2003, p. 02).

E como já dito anteriormente, Marielle fazia parte de uma polarização política. Sua candidatura foi anterior à eleição presidencial de 2018, porém ela já vivia de uma polarização radicalizada na qual a extrema direita ganhava forças – lembremos aqui do impeachment de Dilma Rousseff ocasionado por um golpe político de partidos de direita e extrema direita. No caso de Marielle o lado oposto era maior do que somente uma oposição, demonstrando um forte viés patriarcal, que ligou - se a questões outras como religião, gênero e etnia, tendo em vista que Marielle era uma mulher preta, lésbica e seguia uma religião de matriz africana.

Lembremos que o padrão político brasileiro é de homens brancos, cristãos, e isso independe de partido político. São dados majoritários, como já foram expostos nesta pesquisa. Marielle se opunha a esse padrão patriarcal e eurocêntrico, buscando um alinhamento das identidades sociais e políticas no que se referia a representatividade da mulher negra nos espaços de poder da política brasileira.

A raça branca sempre foi reconhecida como a raça mais poderosa do sistema capitalista, pois é ela quem administra e controla a economia mundial, e isso demonstra um desequilíbrio social no que tange ao branco e ao negro pois evidencia a inferiorização destes últimos e consequente exploração, mantendo-se uma relação desigual e desumana:

Eles invocam a "missão civilizadora" do Ocidente carregado com a responsabilidade de elevar o Africano para o nível de outros homens [conhecida por nós como "o fardo do homem branco"]. A partir de então, o capitalismo teve liberdade para praticar a mais feroz exploração sob o disfarce de pretextos morais (Diop, 1974, p.202).

Por isso, um estudo que não conecte a mulher negra a outros marcadores sociais, influência diretamente numa visão seletiva das necessidades delas, tendo em vista que o racismo se torna, junto com as questões de gênero e classe, um eixo articulador para a constância da violência, que, de modo consciente ou não, perpetua a objetivação e a inferiorização do corpo negro:

o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. [...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a 'superioridade' branca ocidental à 'inferioridade' negro africana (Gonzalez, 1988, p. 77).

Em seu primeiro ano de mandato, mandata, segundo a própria Marielle, como vereadora, ela fez 90 pronunciamentos, enegrecendo a Câmara de vereadores do Rio de Janeiro, e abrindo um espaço de descolonização pouco visto antes de sua chegada, pois ela enfatizava temas diversos voltados para o negro e a negra como violência, homicídio, e os direitos que eles tinham enquanto cidadãos, ou seja, se pautava na centralidade da mulher e nas causas de uma população vulnerável historicamente marginalizada. E junto aos seus pronunciamentos, foram apresentados diversos projetos de leis em defesa da população das favelas, em especial a mulher negra e a comunidade LGBTQIA+.

Sua equipe de assessoria era majoritariamente composta por pessoas que, assim como ela, acreditavam que o espaço político era o caminho para a busca do equilíbrio

social<sup>31</sup>, numa perspectiva sempre antirracista, feminista e democrática. Isso mostra que, como cita Carneiro (2003), mulheres negras:

encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. Foi sua temática a que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres. O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos (Carneiro, 2003, p. 46).

Ainda é pouco o número de mulheres negras na política e Marielle levou essa crítica para dentro da câmara, e por mais que ela fosse voltada ao Rio de Janeiro, em todo o país a realidade era bastante parecida. As políticas públicas, tão fortemente defendidas por Marielle, ainda se mostram insuficientes no que se refere à mulher negra ao pensarmos nas condições de acesso dados a elas ao entrarem na política.

**SD12:** A nossa diferença não é a origem, é um ponto de partida. Até hoje eu estou me organizando para ter acesso, depois não sei. (12/05/2017)

Nossa sociedade, em especial as mulheres negras, está consciente de que as ideias e causas que Marielle defendia, a tornou uma das grandes representações da mulher negra em nosso país, assim como é Lélia Gonzalez, Elza Soares, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, entre outras. Marielle afirmava o quanto tinha sido importante para ela descobrir que Lélia Gonzalez havia sido diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, no qual ela estudava.

Referências negras em espaços de poder são importantes para nós mulheres negras. E foram essas referências que ressaltam o que Marielle afirmou que, ‘nossa diferença não é a origem, é um ponto de partida’. Marielle se tornou um ponto de partida para várias outras mulheres negras no Brasil e no mundo. Angela Davis, por exemplo, em sua visita à São Paulo em 2019, para o lançamento do livro ‘Angela Davis: uma autobiografia’ citou Marielle, questionando:

E os grandes protestos que ocorreram em resposta ao assassinato de Marielle Franco? O espírito de Marielle nos deixa a todos imbuídos. Nós somos o legado dela. E por ela nós temos o dever de continuar a lutar em prol da justiça racial, pela justiça em prol das comunidades LGBTQ+, pelos movimentos dos sem-teto, pelos movimentos dos sem-terra, pela liberdade de Lula. Lula livre.

---

<sup>31</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/mulher-negra-mae-e-cria-da-favela-trajetoria-de-marielle-franco>

Vamos lutar pela democracia e pelo socialismo. Marielle presente! (Davis, 2019)

Marielle ao ressaltar a questão do ‘ponto de partida’, remonta ao que Orlandi (2017) nos diz sobre as condições de Produção, que incluem o sujeito e a situação. A situação, no caso, deve ser vista em seu sentido estrito, que seria o contexto imediato, que no caso se refere ao incômodo do homem branco com o espaço de poder tido pela mulher negra naquela dada situação.

A escolha de seu lema para as eleições foi uma paráfrase do Ubuntu “Eu sou vereadora porque nós somos luta” e na SD abaixo ela fundamenta sua escolha

**SD13:** (...) nesse lugar do Ubuntu, (...) “eu sou porque nós somos” de uma identidade e de um chamado ao ocupar os espaços de poder. Se nós somos maioria na sociedade, mas estamos sub-representadas seja lá no processo da academia, seja no processo da cultura, no processo da medicina, mas também no processo da política, termos nós mulheres negras lá podem objetivar uma incidência maior do debate da política (09/10/2017).

Ubuntu, que é uma palavra de origem africana, mais precisamente da África do Sul, da língua Zulu, que significa ‘Eu sou porque somos’, e que remete a um modo de enxergar a humanidade, ou seja, remete a um sentimento de coletividade. Essa filosofia africana está presente em diversas culturas africanas que se baseiam sempre no respeito e solidariedade ao outro, e Marielle não poderia escolher uma expressão maior de existência para expressar o que ela representaria enquanto vereadora, mobilizando outras mulheres negras a pensarem no coletivo e ir em busca dos espaços de poder, num trabalho contínuo de luta contra o sistema patriarcal, capitalista e racista.

Essa formulação ‘Eu sou porque somos,’ coloca em funcionamento uma memória discursiva que remete ainda ao período do Apartheid, que desumanizava os povos negros, e que foi combatido com Nelson Mandela, este por sua vez tinha o Ubuntu como conceito básico para uma vivência em comunidade e coletividade e que o homem só é homem quando reconhece no “outro” um ser igual a si próprio (Geledés, 2013).<sup>32</sup>

Orlandi trata sobre a questão de um sujeito discursivo ter uma ‘posição’ em relação aos outros: “É a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz” (Orlandi, 2013, p. 49). Assim, Marielle não tem acesso à exterioridade que a

---

<sup>32</sup> <https://www.geledes.org.br/ubuntu-o-significado-de-mandela-para-o-futuro-ameacado-da-humanidade/>

constitui, pois a língua não é transparente, visto que os sujeitos quando são postos em específicas situações, há um sentido, ou seja, “não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa” (Orlandi, 2013, p. 49).

**SD14:** eu quero dialogar com vocês a partir dos corpos e do lugar da resistência, de estar hoje na Câmara municipal. Não a minha identidade, não a minha vida, Marielle. Eu tenho muita tranquilidade nesse campo de que ali se está na minha, na nossa perspectiva, as relações de poder. Então, não é pela minha vida, né? a relação é mais ampla, é o lugar do coletivo. (12/05/2017)

Nesse ponto, percebemos o quanto o estudo da linguagem numa perspectiva discursiva é importante: Pêcheux e Orlandi entendem que a ela é constituída social e historicamente, que estabelece com o que se é dito e as condições de produção. Aqui refletiremos sobre as produções de efeitos sentidos pela mulher negra, em sua não transparência da linguagem e em sua incompletude pois, segundo Orlandi (2013):

a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabado. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos (Orlandi, 2013, p. 13).

Este estudo se pauta em discursos que mostram Marielle em situações de representatividade e contra a tentativa de silenciamento, numa relação de força ao qual questões de raça, gênero e classe estão inseridas. Por isso a necessidade de compreensão dessas relações, pois são elas que determinam os sentidos e os sujeitos, num olhar atento para estabelecer uma relação com a ideologia mobilizando elementos para compreender o processo de produção de sentidos. Para hooks (2019a):

Manifestar-se não é um simples gesto de liberdade numa cultura de dominação. Somos frequentemente enganados (sim, mesmo aqueles de nós que têm experimentado a dominação) pela ilusão da liberdade de expressão, acreditando falsamente que podemos dizer o que quisermos numa atmosfera de abertura. Não haveria necessidade de falar sobre o oprimido e o explorado encontrarem a voz, articulando e redefinindo a realidade, se não houvesse mecanismos opressivos de silenciamento, submissão e censura. Quando pensamos estar falando em um ambiente onde a liberdade é valorizada, frequentemente nos surpreendemos com o quanto nos vemos agredidos e como nossas palavras são desvalorizadas. É preciso entender que a voz libertadora irá necessariamente confrontar, incomodar, exigir que ouvintes até modifiquem as maneiras de ouvir e ser (Hooks, 2019, p. 41).

Marielle desde cedo, entendendo seu lugar no mundo, se desvencilha dos ensinamentos patriarcais, na qual deveria negar seus sentimentos para agradar os outros

e ser sempre submissa, se impondo a um sistema dominador, com sua voz libertadora, pois como afirma hooks (2021), “a masculinidade patriarcal exige que meninos e homens não só se vejam como mais poderosos e superiores às mulheres, mas que façam o que for preciso para manter sua posição de controle” (Hooks, 2021, p. 73).

Numa perspectiva discursiva, observamos que o sujeito da linguagem existe social e ideologicamente, pois não há ideologia sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. (Orlandi, 2013, p. 54). Por isso, os sentidos se originam do sujeito, no qual sua fala atravessa outras falas, com dizeres e não dizeres. Assim, “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (Pêcheux, 1997, p. 167). Nos recortes apresentados, Marielle ocupa posições diversas, interpelada pela ideologia do outro.

**SD15:** Queria trazer uma perspectiva dessa resistência e dessa ocupação no corpo de uma mulher negra, enfim, de favela, bissexual, enfim, de uma relação mais ampla da diversidade do que está colocada no mundo hoje numa Câmara municipal com 51 vereadores. (09/10/2017)

A polarização era um tema presente nas falas de Marielle, e a violência imposta pela extrema direita com sua tentativa de oprimir os vulneráveis se tornou uma luta pela democracia que a instituiu. Aqui encontramos a interseccionalidade sendo defendida por ela: os marcadores sociais que condicionam a desigualdade na sociedade.

Nesta SD, se mostra um combate ao preconceito no qual ela inclusive estava inserida, pois ela, enquanto mulher negra cria da maré, ocupava um espaço de poder, de decisão, de homens majoritariamente brancos cis. E aqui podemos reconhecer nela, em sua posição-sujeito, não uma só, mas diversas mulheres.

**SD16:** Que as pessoas possam ocupar de favelado, ocupar de negros e negras, ocupar de mulheres trans, ocupar com tudo que se tem direito. As pretensões é que essa casa seja mais favelizada, mais enegrecida, que tenham mais mulheres, e identidades e gêneros mais amplos. (12/05/2017)

Ao estudarmos sobre colonialidade, pensamos na questão do ser e do estar no mundo, (Quijano, 2015) pois ela prioriza padrões hierárquicos que incidem sobre a idealização colonial, e que induz a ascensão de poucos e a exclusão da maioria da população, tendo em vista que a colonialidade está ligada a questões de raça, etnia, etc.,

determinando de modo cruel, uma cultura em relação a outra, o que indica subalternização e banalização dos sujeitos.

Para Aníbal Quijano (2005) o conceito de raça foi o ponto central de legitimação da dominação dos colonizadores sobre os colonizados, que para ele “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”. (Quijano, 2005, p.117) O teórico reforça a questão da colonialidade afirmando que foi um processo que se iniciou com o capitalismo euro centrado que impôs um padrão mundial no qual o poder estaria voltado a este território, e os demais seriam subordinados e passariam por um processo ‘natural’ de dominação colonial”, como afirma o autor:

a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de modo parcial e distorcido” (Quijano, 2005, p.130).

Lembremos que a pobreza tem cor, e ela é socialmente demarcada na sociedade, tendo em vista que o conceito de classe perpassa todo o social, o que acaba por definir as hierarquias sociais. Destarte, os marcadores sociais atuam diretamente nas decisões de vida e de morte.

Marielle impõe sua soberania enquanto mulher negra e aqui compreendemos que os sentidos estão presentes nas formações discursivas e ideológicas das condições de produção que constituem sua trajetória, que por tantas vezes foi condicionada ao silêncio, mas em vão, pois em sua fala percebemos que existe aí relações de força, evidenciando a sua representatividade para com as mulheres negras, ao se atravessar as tentativas de silenciamento que interfere na construção dos sentidos desse sujeito mulher negra que são constituídas no imaginário social.

O processo de silenciamento tem feito parte da história das mulheres negras em contextos diversos, fazendo-se necessário pensar na própria construção desse sujeito. O apelo ideológico que perpassa o sujeito é encontrada nesse recorte, ao qual nos traz questões reflexivas sobre religião, de raça, gênero e classe.

O que podemos compreender de nosso estudo até aqui é que se torna essencial uma regulamentação por parte do legislativo e do executivo para que as políticas públicas a favor das mulheres negras sejam postas em prática e que se vá além de uma mera representatividade, pois sozinha ela não funciona. E essa urgência de representatividade

e presença foi ressaltada nas SD's que trouxemos neste tópico, comprovando o dito anteriormente.

#### **6.4. Marielle Vive!**

Após a morte de Marielle, milhares de pessoas foram às ruas para protestar por justiça pelo seu assassinato, e essas cenas se repetiram em diversas cidades, e até países, entoando palavras de ordem como Marielle Vive! Podemos reforçar que essa expressão se tornou parte do acontecimento histórico que foi sua morte, apresentando-se como um movimento simbólico ao juntar tantas vozes em prol de justiça social.

Retomaremos aqui o exemplo do *On a gagné* (Pêcheux, 1997), na qual o teórico conclui que um dado acontecimento histórico pode significar diferentes enunciados, o que conseqüentemente significa novos acontecimentos discursivos, sendo então “o encontro entre uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 1990, p. 17), o discurso abre espaço para outros discursos, desse modo esse acontecimento ocorre por haver uma estrutura que produz efeitos de sentido.

Marielle Vive e sua morte consolidou-se enquanto acontecimento histórico rompendo com as expectativas da extrema direita, que tinha interesse num apagamento de suas ideais, legitimando sua importância simbólica. Por isso é necessário entender os mecanismos de produção e interpretação de acontecimentos, na qual se aborda a opacidade da língua e as condições de produção, chegando ao acontecimento discursivo, que, pelo viés discursivo, é significado pela linguagem e age simbolicamente ligados a questões do inconsciente e históricas:

ultrapassando [...] a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensamos a unidade em relação à variedade (organização) mas como referida à posição do sujeito (descentramento) (Orlandi, 2004, p. 47).

O discurso ao redor desse acontecimento se diversificou mobilizando uma disputa por informações muitas vezes diferentes do real, impondo a Marielle uma representação imaginária sobre ela. Retomando Pêcheux,(1997) teríamos também diferentes formulações simbólicas que podem ser marcadas como um acontecimento discursivo. E são essas mudanças no discurso levam o sujeito para esse acontecimento, pois a língua deixa de pertencer a um sistema formal. (Pêcheux, 1997)

Para que um acontecimento tenha importância na sociedade, é necessário que ele

circule e a ruptura provocada pela morte de Marielle produziu um acontecimento discursivo, entoado por gritos de **MARIELLE VIVE!** Mostrando que ela está presente enquanto acontecimento. E isso marca um enunciado emanado por pessoas de modo expressivo, não significando apenas um jogo de palavras.

**SD17:** Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes da minha. (08/03/2018)

A frase acima foi dita por Marielle durante a roda de conversa na qual ela participava na Casa das Pretas momentos antes de ter sido assassinada, num contexto de proteção a todas as mulheres pretas e periféricas que ali estavam naquela noite. Marielle citou Audre Lorde, o que nos mostra o acionamento da memória discursiva e como ela se fez presente em seu percurso enquanto mulher negra e política, tendo em vista que no processo discursivo, não podemos separar memória e esquecimento, pois é nele que são trazidos o dito e o não-dito, e o dito e o já-dito, enquanto efeitos materiais. (Orlandi, 2013)

Assim, os acontecimentos históricos se inscrevem ou não na memória, no qual percebemos uma ruptura, pois a memória não é algo linear, nem homogênea. Nela há um espaço de transgressão, mudanças e conflitos, pois como traz Orlandi (2013):

Pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória (Orlandi, 2013, p. 33).

O ‘não serei livre’ de Lorde é retomado por Marielle se resignificando, tendo em vista que momentos depois ela foi assassinada. Ser livre, ser assassinada, não ser interrompida, uma contradição situacional, mas que nos traz sentidos diversos a partir do acontecimento histórico de sua morte. Logo, compreende-se que o acontecimento discursivo se caracteriza como um extravasamento, e a partir disso entendemos o sentido da materialidade discursiva e sua relação com a história. Abre-se nesse caso, uma questão teórica trazida por Pêcheux (1997b): a do “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de respostas unívocas (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux, 1997b, p. 28), que é o que percebemos na fala abaixo de Marielle ao dizer ‘não serei interrompida,’ porém sua vida foi interrompida seis dias depois.

**SD18:** Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não

aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe  
ouvir a posição de uma mulher eleita.  
(08/03/2018)

Marielle quis ser ouvida e respeitada, firmando seu compromisso de fala e exigindo seu direito de escuta. Uma violência histórica, estrutural e cotidiana, vivida pela mulher negra em seus corpos interseccionais. Sua fala ‘Não serei interrompida!’ se deu no mês de sua morte, ocorrida ironicamente no mês que é dedicado à mulher, como forma de respeito e luta, e Marielle enquanto militante e ativista, desenvolvia projetos ligados a essa data, juntamente contra os estereótipos do racismo e machismo que cercam a data. Seu discurso está ligado a fatores sociais, num complexo de formações ideológicas e Marielle se situa num contexto que representa valores, atitudes e comportamentos que são naturalizados ideologicamente.

O efeito de sentido causado através de suas falas nos remete a Spivack (2014), no qual a autora afirma que, na perspectiva do capitalismo, “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido”. (Spivack, 2014, p. 163). Lembremos que Marielle é oriunda de um lugar subalternizado, a comunidade da Maré, entretanto não desistiu da busca por espaço de poder. Para Spivack (2014):

o subalterno não poderia “falar” porque, na ausência da agência validada institucionalmente, não haveria o sujeito da escuta. Minha escuta, separada pelo tempo e pelo espaço, era talvez um impulso ético. Tem de haver presumidamente um coletivo de pessoas que escutam e sujeitos que contra assinam e agentes na esfera pública para que o subalterno possa “falar” (Spivak, 2012, p. 326).

Unido à questão da subalternidade da mulher negra, recuperamos os estudos do Mbembe, (2018) citados no início de nossa pesquisa, sobre a teoria da necropolítica, que nos mostra como as políticas governamentais veem o modo de controle de morte e sobrevivência de um povo, que vai de acordo com o que se vê a partir da visão dos aparelhos sociais públicos. E nesse padrão não se encaixa os pobres e os negros, o que demonstra uma visão de soberania que impõe a “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2018, p.41).

Segundo o teórico, dentro da sociedade contemporânea a visão necropolítica vai além da polícia: “Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar.” (Mbembe, 2018, p. 53). O caso da morte de Marielle retrata isso, tendo em vista que sua morte pode estar ligada às milícias do Rio de Janeiro.

**SD19:** Não será a última nem a primeira vez, mas o embate, para quem vem da favela, e minha fala estava falando da violência contra as mulheres, (...) somos violadas e violentadas há muito tempo, em muitos momentos. (08/03/2018)

Temos aqui temos uma violência específica que é a contra a mulher negra, que tem que lidar com o preconceito advindo por conta de seus marcadores sociais, que se ampliou para a violência de gênero na esfera política, o que causou a morte de Marielle.

Temos também o conceito trazido por Bourdieu (2012), a violência simbólica<sup>33</sup>, que é algo que ocorre na condição do que se considera o dominador não permita ao dominado ter espaço, força ou poder. Para o teórico, ela é um tipo de violência “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas que exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas e do conhecimento” (Bourdieu, 2012, p. 7), e atinge diversos aspectos sociais da vítima, seja moral, social ou física, o que demonstra que a dominação masculina extravasa as relações da sociedade, que passa a ser considerada natural.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural (Bourdieu, 2012, p. 47).

Diversas violências ocorreram contra Marielle, antes e depois de sua morte, e como exemplo de violência simbólica, temos a destruição de uma placa que foi feita em memória a ela, em outubro de 2018, por dois candidatos a deputados da extrema direita, na tentativa de desvalorizar a trajetória da vereadora. a circulação midiática da Placa de Marielle, passou a ser entendida não somente como um objeto, mas como uma imagem símbolo que circula mobilizando sentidos sobre direitos humanos.

Destarte, não podemos enxergar a violência contra a mulher negra de forma isolada. O ódio à Marielle retrata uma mesclagem de um ódio do ser mulher, negra, advinda de uma favela e de voz ativa contra a desigualdade racial e social e que atuou diretamente contra o domínio paramilitar das milícias dentro das favelas:

**SD20:** as rosas da resistência nascem do asfalto. Nós recebemos rosas, mas também estaremos com os punhos cerrados contra os

---

<sup>33</sup> <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/08/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel.ghtml>

mandos e desmandos que afetam nossas vidas.  
(08/03/2018)

Marielle discursava no dia 8 de março, em homenagem ao dia internacional da mulher, na câmara municipal do RJ, quando foi interrompida por um outro vereador que deu flores para ela. Apesar de agradecer pela ato, ela fez ressalvas ao significado dessa data, relacionando as rosas à uma resistência das mulheres nas ruas, com seus punhos cerrados. Por essa interpretação das ‘rosas da resistência’, percebemos um deslizamento de sentidos, pois Marielle relaciona o nascimento e crescimento de uma flor, algo considerado puro, bonito e delicado, à dureza e aspereza do asfalto, construindo deste modo, uma imagem que demarca um deslocamento semântico do significado de uma rosa, principalmente quando relaciona ao dia da mulher, que para ela não pode ser visto como um dia de delicadeza, mas sim de resistência.

Nesta mesma SD, temos o ‘punho cerrado’ citado por Marielle na SD, nos remota a um passado não muito distante e que nos faz trazer alguns gestos de interpretação ao compreendermos o seu significado, pois temos um símbolo de apoio aos conflitos sociais, a década de 60 contra o racismo, o sexismos e outras questões ligada ao preconceito contra os mais vulneráveis. E junto a isso simboliza unidade de um povo pertencente a um mesmo grupo social.

Seja referenciando Nelson Mandela, grande líder mundial contra o racismo, ou o movimento negro Black Power, com os Panteras Negras, Marielle nos mostra de modo grandioso a resistência negra dentro de um espaço de poder da branquitude, como a câmara de vereadores, de forma simbólica, mantendo a preservação do legado desse punho, para que seu significado não se perca ou seja deslegitimado.

É nessa situação que o sujeito acredita que é dono de suas palavras, mas que na verdade é algo que já existente, pré construído, não determinado pelo sujeito. Esse pré construído seria a exterioridade. Por isso afirmamos que a forma-sujeito encobre o interdiscurso no intradiscurso, e dá ao sujeito uma falsa sensação de autonomia, de modo que ele reconhecesse com ele mesmo: “o discurso do sujeito se desenvolve e se sustenta sobre si mesmo” (Pêcheux, 2009, p. 167).

No caso da mulher negra tem-se um constante processo de violência por conta do que ela representa para a sociedade, na qual inconscientemente se atrela características de dominação reduzindo-a ao conceito de coisa ou propriedade, sendo reduzido seu poder agir, opinar, etc. E quando isso ocorre, a violação de sua identidade ocorre também.

Acerca disso, Marielle já lutava contra a tentativa de apagamento de identidade, questionando as dificuldades de acesso aos negros e negras, espaços culturalmente dados a homens ou a brancos e brancas.

**SD21:** Quantos mais vão precisar morrer para essa guerra acabar? (Franco, 2018)

Um dia antes de sua morte, Marielle denunciou a polícia pelo o assassinato de um jovem negro da favela do Jacarezinho Acari, com a seguinte frase acima, na rede social X (antiga Twitter). Não imaginava ela que seria a próxima vítima dessa guerra. E dentro desse contexto diversas práticas discriminatórias ocorrem com as mulheres negras, tornando essencial compreender a interseccionalidade e sua importância para este estudo, que “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002).

A SD20 ‘quantos mais vão precisar morrer para essa guerra acabar?’ foi compartilhada em todo o mundo depois de sua morte, transmitindo a mensagem de uma mulher que passou parte de sua vida engajada numa luta a favor dos menos favorecidos e dos direitos humanos. Ressaltamos aqui que, segundo levantamento realizado por especialistas do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU), entre 2015 e 2019, 1.323 pessoas que militavam em defesa dos direitos humanos foram assassinadas. E somente no Brasil esse número chegou a 174, o que mostra como defensores e defensoras de direitos humanos são tratados no Brasil<sup>34</sup>. Junto a isso, lutou, até a morte, contra a milícia do Rio de Janeiro, contra as políticas repressivas do Estado e contra a corrupção. Para ela o espaço da favela não ‘era um problema de polícia, mas sim de política’ (Franco, 2018), e por isso deveria ser tratada de modo diferente, através de políticas públicas estruturantes.

Como sabemos, a constituição da Análise de Discurso contempla o estudo do sujeito, da história e da linguagem, que são pontos essenciais desse estudo, que são áreas que estão ligadas a questões ideológicas e são passíveis de sentidos e interpretações “de um lado os sujeitos e os sentidos se estabelecem; de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem” (Orlandi, 2013, p. 10). Observando a representatividade social do sujeito Marielle na SD20, nessa luta a favor da população das favelas, compreendemos

---

<sup>34</sup><https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivo/relatorio-orpu-defensores-de-direitos-humanos>.

a linguagem como uma mediação do ser humano e sua realidade, levando em consideração a ideologia:

ao inscrever-se na língua o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, daí resultando uma forma sujeito histórica. (...) O sujeito se submete á língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia (Orlandi, 2013, p. 2).

Estamos diante, portanto, de um discurso heterogêneo, que abriga em sua materialidade diferentes formações e ideológicas. Levantamos, neste trabalho, o pressuposto de que Marielle se foi se constituindo, ao longo do curso de sua vida, por diferentes processos de identificação. Para Gonzalez (2020):

o que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representação sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais e desvalorizados em termos de população economicamente ativa (Gonzalez, 2020, p.42).

Fatores sociais determinam a violência, que se diferem nas diversas culturas, mas que se caracterizam de modo semelhante. Por isso falar sobre colonialidade é importante, pois ela é parte de um processo de produção de padrões de uma cultura ocidental que procura manter a lógica de relações coloniais entre saberes e modos de vida.

**SD22:** Vamos que vamos. Vamos juntos ocupar tudo! (12/05/2017)

Para Bourdieu: "O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter a ordem, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras" (Bourdieu, 2012, p.15). Somado a fala de Bourdieu, trazemos para Quijano (2005), a colonialidade é um dos pontos cruciais do mundo capitalista, na qual as relações de dominação garantem o poderio do branco em relações às demais raças. Para ele:

os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (Quijano, 2005, p. 118).

Ou seja, observando o acontecimento histórico que foi seu assassinato, na perspectiva de colonização, compreendemos que houve uma tentativa de extinguir corpos negros, sua história e cultura, numa intencionalidade de calar e pôr fim aos ideais

impulsionados por Marielle. Mas ocorreu o contrário, e por menor que tenha sido a duração de seu mandato, Marielle deixou marcado uma política que visa o coletivo e a diversidade. E através de suas palavras, de sua linguagem, como em ‘vamos ocupar tudo!’, percebemos os efeitos de sentidos causados pela funcionalidade desse discurso.

A importância discursiva de Marielle se destacou após sua morte quando diversas informações falsas e difamatórias circularam pelas mídias, mostrando assim, uma força simbólica através dessas campanhas, pois, mesmo depois de sua morte, tem-se um direcionamento sobre ela, mesmo ela não sendo mais uma adversária política.

**SD23:** Nós estamos no processo democrático!  
Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica,  
ocupando a diversidade dos espaços.  
(08/03/2018)

Nessa SD, observamos que a cada espaço que Marielle ganhava destaque, o incomodo modo aumentava. Ao enfatizar ‘vai ter que aturar’, Marielle ressalta seu papel de libertação e de significação dentro do espaço político, mobilizando os diversos marcadores sociais que tanto incomodam. Aqui retomamos Quijano (2015) ao falar acerca da colonialidade, na qual o colonizador busca reprimir “as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade”, (Quijano, 2005, p. 121) com o objetivo de inviabilizá-lo. Por isso a tentativa de destruição, mesmo depois de sua morte. Falas como ‘vamos ocupar tudo’, ‘vamos ocupar diversidades de espaços’, ‘vai ter que aturar mulher negra’, reforçam a negativa da submissão e subalternidade que lhe foi imposta.

É sabido que os efeitos de sentidos de um determinado discurso podem ser diversos e isso dependerá de fatores como quem enuncia, de qual lugar ele é enunciado e o contexto social em que é produzido. Os exemplos de discursos acima, podem ser vistos pela perspectiva de uma formação discursiva do colonizador/dominador, como uma afronta, um desrespeito. Por outro lado, numa Formação discursiva do dominado, provoca sentidos diferentes, ligados à luta, à resistência e a busca pela igualdade que, como já nos disse Evaristo (2020) “não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p.11).

Entendemos que o conceito de uma formação discursiva que opera numa dada formação ideológica não algo é individual, ela funciona e se relaciona às posições de classes em conflitos umas com as outras (Pêcheux; Fuchs, 1997). Destarte, visibilizamos

em Marielle as vulnerabilidades e desvantagens no que se refere as condições de classe, gênero e raça e que buscou uma construção de sentidos em seus modos de luta e resistência em seu meio.

O assassinato de Marielle nos mostra como o contexto necropolítico, aqui tido como uma política de promoção a morte, funciona: são questões sociais que visam a destruição das vidas não somente de quem está à margem da vulnerabilidade, como também acaba por afetar quem os defende. Os marcadores sociais podem ser considerados alvos desse sistema de extermínio, pois eles acabam por definir quem deve viver ou morrer, sendo considerados determinantes sociais de violência. A raça é um deles que, para Mbembe é “simultaneamente o resultado e a reafirmação da ideia global da irreduzibilidade das diferenças sociais” (Mbembe, 2014, p. 57).

Mbembe (2018) articula sua teoria sobre necropolítica trazendo a ideia do poder que passa a existir nos espaços políticos, trazendo então sua visão de soberania que para ele “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 5). O teórico também ressalta que sua preocupação é com uma forma de soberania que impõe uma identidade na qual está diretamente associada a ideia racial de brancura cujo projeto:

não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o nomos do espaço político que ainda vivemos (Mbembe, 2018, p. 11).

Desse modo, em nosso contexto brasileiro, podemos reconhecer esse sistema de necropolítica se faz presente dentro das favelas, como já mostramos através dos dados, numa maioria formado por jovens e negros. Essa questão nos revela a necessidade de ampliar as pautas, no sentido de construir um movimento mais representativo, tendo em vista que há demandas mais específicas e que atinge diferentes marcadores sociais e políticos como raça, gênero, classe, pois eles não podem ser dissociados. Aqui, a execução de Marielle se coloca num contexto social de um país colonizado que carrega resquícios fortes de uma história escravagista, e sua tentativa de apagamento de suas pautas de defesa, não a silenciou, ao contrário, tivemos um processo de descolonização.

Enquanto sujeitos do discurso, nos posicionamos numa formação discursiva específica estabelecidas por nossos enunciados, o que nos ajuda a entender as diferentes perspectivas construídas na esfera política e social, que aqui retrata todo o contexto

histórico social vivenciado não por Marielle, mas pela mulher negra, através de séculos de escravidão. Desse modo, a ação do contexto não se limita a fatores imediatos:

Acrescentamos ainda a importância da instância da circulação onde os dizeres são como se mostram. Os trajetos dos dizeres. E isto nos interessa pois, como procuraremos mostrar, os “meios” não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc.) (Orlandi, 2012, p. 11).

No espaço de representação e de presença dos grupos marginalizados, principalmente da mulher negra, numa trajetória dentro de um cenário político maioritariamente sexista, Marielle mobilizou estruturas, sentidos e história sobre sua existência e sobre os seus ideais, sendo seu corpo alvo de uma disputa permanente entre as forças de poder. Por isso a tese sobre a constituição do sujeito, que afirma que todo o acontecimento se atravessa nele, interpelando-o (Pêcheux, 1997b).

E aqui, ao final de nossa pesquisa, parafraseamos Maya Angelou, ao dizermos que, ‘da favela, da humilhação imposta pela cor, de um passado enraizado na dor, Marielle se levanta’.

A Coisa Tá Preta

Quem não sabe de onde veio, não sabe pra onde vai  
Sou preta, favelada, abusada e sou linda demais

Desde pequena eu aprendi: O que cai do céu é chuva  
Se quiser ganhar, meu bem, tem que ter luta  
Natural do Rio de Janeiro

Onde preto favelado é destaque só no mês de fevereiro  
Ou na página policial

Prende neguinho, a gente arruma um culpado e sai na capa do jornal

Tá achando que esse papo é só resenha

Pergunta a Vinicius Romão ou Rennan da Penha

Eu tive que rebolar pra não cair no esquema

E, rebolando, eu aprendi a bagunçar o sistema

(...)

Negros, negras

Negras, negros

Reis, rainhas

Rainhas, reis

Poderosa, poderoso

Poderoso, poderosa

King, Wakanda

Beleza, riqueza

África Mãe

Oxum, proteja

A minha alma preta

Por que que a fome é negra

Se negra é a beleza?

Se todo mundo canta e tá feliz

É que a coisa tá preta

Por que que a fome é negra

Se negra é a beleza?

Se todo mundo canta e tá feliz

É que a coisa tá preta

A coisa tá preta!

A coisa tá preta!

Elza Soares (part. MC Rebecca)

Composição: Jefferson Junior / Umberto Tavares

## 7. CONCLUSÃO

Para a construção desta pesquisa tivemos cuidado com os conceitos e teorias aqui trazidos por estarmos lidando com um tema tão sensível que foi o assassinato de Marielle Franco, que historicamente nos liga às diversas formas de opressão que estão ligadas a ela e ao que ela defendia. Cuidamos para que em nossa escrita sua memória fosse respeitada e mantida, trazendo a teoria discursiva da Análise de Discurso com Eni Orlandi e Michael Pêcheux, que nos auxiliou na “compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2009, p. 26). Buscamos além disso, a preservação da memória de Marielle, numa pesquisa que circundou sua vida e sua morte, pensando em sua trajetória de vida enquanto vereadora e ativista numa perspectiva interseccional, na intenção de analisar o modo como ela se posicionava em relação a um sistema social que desprezava a população pobre, especialmente a população da favela.

Nos preocupamos, no início de nosso texto, em trazer alguns pontos importantes sobre Marielle, ressaltando seu local de origem, o Complexo da Maré até sua morte, que ocorreu depois de um dia de trabalho como vereadora, perpassando por esses dois momentos de sua vida, os caminhos por ela percorridos até chegar a ser vereadora.

Em nossa primeira seção teórica, no qual nos propomos a trazer apontamentos sobre inúmeros e importantes conceitos e teorias como as de gênero, raça, feminismos, interseccionalidade e Mulherismo, observamos, em resumo, que o movimento feminista buscou lutar contra uma condição de opressão historicamente moldada e que teve como consequência uma profunda disparidade entre os gêneros. Esse movimento foi capaz de engajar-se com importantes questões, como a econômica, a social, a política, etc. tendo em vista que todas essas questões se incluem na vida da mulher, e pudemos perceber uma questão hierárquica sexista que as puseram em segundo plano na esfera do poder.

Percebemos, no entanto que para a mulher negra, o feminismo puramente hegemônico não as representava, pois não trazia as pautas específicas das mulheres negras, por isso o surgimento do feminismo negro, que prioriza a questão da raça e as implicações ocorridas por conta de nossa cor.

Trouxemos o Mulherismo Africana, conceito trazido por Hudson-Weems, (2021) e que traz uma volta à ancestralidade da mulher negra, com suas raízes africanas, mostrando que a negritude precisa estar unida, não somente entre as mulheres, mas entre

os homens negros também, pois é através principalmente da questão racial, que os negros são inferiorizados. Trazer isso para essa pesquisa foi importante, pois mostrou o quão difícil para a mulher negra, seja ela diaspórica ou continental, ter sua vida imposta à valores ocidentais, descaracterizando-a e diminuindo-a, como foi o caso de Marielle. E essa crença da subalternização e submissão imposta ao povo negro, ligada à memória da escravidão, deixou ramificações, muitas vezes alienando esses povos acerca de sua realidade. Segundo Diop (1974):

A memória da recente escravidão a qual a raça preta foi sujeitada, claramente mantida viva na mente dos homens e, especialmente, nas mentes Pretas, muitas vezes, afeta negativamente a consciência Preta. Pois daquela recente escravidão foi feita uma tentativa de construir - apesar de toda a verdade histórica - uma lenda de que o Preto havia sempre sido reduzido à escravidão pela superior raça Branca com a qual ele viveu, onde quer que possa ter sido (Diop, 1974, p. 66).

Destarte, temos em Marielle o reflexo de um povo que histórica e socialmente foi desprezado, no qual a justiça muito comumente se ausenta, mostrando sua incapacidade e conveniência em lidar com as categorias sociais menos favorecidas, tornando cúmplice do sistema necropolítico, conceito já apresentado através dos estudos de Mbembe (2018).

Pensando Marielle enquanto representação da mulher negra nos espaços de poder, tema que discutimos na seção 4, observamos como o conceito de necropolítica funciona, atuando numa violência política de gênero, que demonstrou uma tentativa de aniquilação a qualquer tentativa de dinâmica de uma colonialidade de poder, discussão trazida por Quijano, (2015). Nessa visão eurocêntrica, a história sempre nos mostrou que o homem branco era estruturalmente superior, habitando no 'lar dos seres humanos modernos', negando qualquer tipo de relação cultural ou intelectual com o povo negro, vistos como "sinônimo de ser primitivo, "inferior", dotado de uma mentalidade pré-lógica" (Diop, 1974, p.62).

Ainda no que tange à questão da mulher negra na política ocupando espaços de poder, percebemos em nossa pesquisa que no Brasil ainda está bastante aquém das necessidades de inserção de representantes de grupos como os de pessoas negra, por isso Marielle sempre trazia à tona a necessidade de mais presença e representatividade ao dizer por exemplo: "que eu não seja uma exceção, mas que outras mulheres tenham essa força, firmeza, essa assertividade de quererem estar nesses espaços de poder" (Franco, 2017).

Observou-se o mito da democracia racial (Gonzalez, 2018) que criou uma falsa identidade nacional, camuflando a realidade racial do Brasil e induzindo negros a se sentirem pertencentes aos grupos dos brancos, configurando na verdade um racismo

estrutural, (Almeida, 2019) com mecanismos de exclusão social através da não aceitação de uma mulher negra, lésbica, de favela, como foi Marielle, que passou a ser questionada por suas origens, suas falas, suas vestes e qualquer tema ao qual ela trouxesse: e pode o subalterno falar? Isso reforça a dificuldade de mulheres negras em se inserirem no campo político, por conta das opressões interseccionais que elas vivem, no qual são produzidos estereótipos sempre negativos acerca delas. Para Crenshaw (2007):

Raça, gênero e outras categorias de identidade são tratados com maior frequência no discurso liberal dominante como vestígios de preconceito ou dominação—isto é, como estruturas intrinsecamente negativas nas quais o poder social trabalha para excluir ou marginalizar aqueles que são diferentes (Crenshaw, 2017, p. 142).

Na seção 5 trouxemos apontamentos acerca da Análise de Discurso, estudo este que serviu como embasamento teórico para nossas análises apresentadas na seção 6, juntamente com os estudos interseccionais, mostrando como Marielle buscou em seus discursos, mostrados através dos recortes, que legislaturas formadas quase em sua totalidade por homens brancos, dificulta a representação e a demanda da população negra. Ao mesmo tempo traz a sub-representação da mulher negra dentro da esfera política, ressaltando, porém, que as que nela já estão inseridas, merecem ser respeitadas e ouvidas como em ‘nós somos luta’, ‘vai ter que aturar’, ‘vamos ocupar tudo’, etc. E é nessa relação entre a língua e o discurso que o sujeito se constitui, fazendo com que a linguagem se submeta ao funcionamento da língua e também que os sentidos se construam na memória e na história (Orlandi, 2013).

Nesse contexto de memória e história, trazemos as Condições de Produção como efeito de sentido, ressaltamos a necessidade de retomar o duro período da história do Brasil, no qual os negros foram escravizados, o que nos remete ao resgate da memória discursiva, que, é histórica, e busca aqui combater toda forma de opressão.

Em nossos estudos percebemos, através de uma perspectiva e interseccional sobre Marielle, a necessidade de uma ruptura, ao falar sobre a reconstrução, significação e resistência da mulher negra. E, discursivamente falando, uma ruptura epistemológica sobre a noção de sujeito, pois como traz Orlandi (2013) acerca disso, “se o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos”. (Orlandi, 2013, p.36).

Como visto, Marielle ressalva alguns temas que fortaleciam suas marcas identitárias e que aqui são tidas como marcas discursivas: ‘mulher negra, lésbica, cria da maré’. Ou seja, as questões interseccionais se faziam presentes em seu cotidiano enquanto

vereadora. Unido a isso ela pautava causas voltadas à violência policial e segurança pública, questionando a lógica punitiva seguida pela extrema direita acerca dos mais vulneráveis: ‘quantos mais terão que morrer para essa guerra acabar’?

A posição que Marielle ocupa, através de seus discursos políticos que trazem um apoio às causas morais e sociais aos mais vulneráveis, como a mulher negra, os moradores das favelas e a comunidade LGBTQIA+ a põe num lugar que constrói sentidos voltados para uma formação discursiva de esquerda. Percebemos em seus discursos uma defesa à promoção de uma justiça social na qual a política brasileira é diretamente responsável, mas que não cumpre com seu papel.

Isso nos mostra a relação que Marielle sempre buscou com o coletivo, que pode ser visto no Mulherismo Africana, que projeta uma agenda de mulheres negras que se apoiam e que passam a serem ouvidas, percebendo diferentes demandas de suas realidades, buscando essa parceria também com o negro para juntos resistirem, através da irmandade, contra a opressão sofrida por conta de sua raça.

Percebemos, após as análises realizadas, que houve diferentes Formações Discursivas nos discursos estudados, mas um se destacou em nossa pesquisa: o discurso do Interseccional, no qual definiremos como Formação Discursiva interseccional, pois percebemos em grande parte dos recortes analisados, uma formação ideológica direcionada a marcadores sociais como raça, classe e gênero, que mobilizou sentidos nos sujeitos e sujeitas envolvidas.

‘Quem matou Marielle’ é uma pergunta que circunda o mundo há seis anos e que nela encontramos uma importância simbólica de coletividade. Por isso, observamos que sua morte pode ser considerada como um ataque à luta contra práticas históricas e culturais que buscam destruir vidas negligenciadas e que faz parte do projeto necropolítico, ou seja, uma política de promoção à morte. Temos aí o direito adquirido de matar exercido pelo colonizador, no qual passam a surgir a exclusão e perseguição aos desassistidos, visto que suas existências não são necessárias ao bem estar de todos.

Isso revela que uma visão de mundo com valores morais também antagônicos, evidenciando uma crise ideológica na qual o negro é silenciado com o objetivo de silenciar inclusive a quem ele defende. Nesse sentido, o subalterno que decide falar corre o risco de ser ignorado, ou executado, mesmo que o que se fale seja correto, pois é um alguém subalternizado, simplesmente, uma voz subalterna falando.

Marielle era uma mulher negra, lésbica e defensora dos direitos humanos. E essas suas características estão dentro dos dados que mais incitam a violência e a morte de mulheres em nosso país. Segundo o Atlas da Violência, de 2019, numa pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>35</sup>, revela que, além da violência doméstica e familiar, o racismo é um fator importante que põe a vida das mulheres em risco no Brasil. Sua execução mostra traços de um processo escravocrata, pois vemos a tentativa de controle sobre nossos corpos, nossa voz, nosso querer, o que foi trazido em nossos recortes pelas falas de Marielle e essa morte foi aqui tida como um acontecimento histórico que, através de uma análise discursiva de diferentes materialidades textuais, buscamos um entendimento do discurso em sua materialidade histórica.

O objetivo de nossa pesquisa não é saber quem matou Marielle, mas entendemos, através deste estudo discursivo, que a defesa do coletivo, a sua representatividade e significação enquanto mulher negra, favelada, lésbica, que ocupava um espaço de poder que sempre foi destinado aos brancos, e defendia os grupos sociais mais vulneráveis, incomodou uma elite que sempre corroborou com a política da dominação, algo que Marielle sempre relutou. Percebemos assim, que essa elite possui sua “própria noção de superioridade racial, seu imperialismo político, seu desejo de dominar e escravizar”. (hooks, 2021, p. 30). Logo, a visão de superioridade faz parte do processo de colonização do negro, que impôs ao ele uma condição de subordinação, tornando “ainda mais submisso à inevitabilidade da exploração material pelo colonizador (hooks, 2021, p. 271).

Buscar compreender tais discursos que eram voltados para uma maioria que foi historicamente marginalizada em nosso país me fez observar que Marielle teve sua história des/construída pelo ódio a tudo que ela buscava representar. Entender as condições da discursividade de Marielle Franco passou a ser minha prioridade: essa seja talvez uma das formas que encontrei de também dar visibilidade a ela e a tudo o que ela representou e representa para nós, mulheres negras.

Nos embates discursivos da Análise de discurso observamos que há diferentes verdades e valores. As pistas dessas verdades e valores estão na linguagem, que estão ligadas a seus contextos sociais, a depender da perspectiva do texto. No caso de nossa pesquisa, observamos, através dos recortes selecionados com falas de Marielle, que todo discurso está ligado à ideologia, e algumas de suas falas demonstra que o eurocentrismo, enquanto estrutura que prioriza a visão do homem branco/europeu, rompe com a

---

<sup>35</sup> <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4942-emquestao8atlas.pdf>

estabilidade da verdade, na qual regula o funcionamento da interpretação com o real, pois a ideologia “não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de ‘evidência’, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como ‘naturais.’” (Orlandi, 2004, p. 66) ou seja, a visão eurocêntrica se impôs contra Marielle, por ela representa o contrário do que se considera padrão dentro da política brasileira.

Buscamos aqui analisar os efeitos de sentido, dando destaque aos discursos que permearam a história política de Marielle, tendo como pano de fundo o acontecimento histórico que foi sua morte, acontecimento esse que está ligado às condições de produção discursivas, que para Pêcheux, (1993), definem “os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso” (Pêcheux, 1993, p. 78).

Para o teórico, temos os interlocutores como protagonistas do discurso, que são afetados enquanto sujeitos, que afetam a língua, ao colocarem-na em funcionamento, assim, como visto, procuramos mobilizar diferentes bases teóricas para interpretar de modo crítico o acontecimento em torno da vida e morte de Marielle, mostrando a diversidade das pesquisas na área ligada ao discurso e à interseccionalidade. Trazer a voz de Marielle foi essencial, pois a linguagem é, como afirma hooks, (2019) “um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa uma ameaça (hooks, 2019, p. 36). Marielle vive e nós, mulheres

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. In: *Feminismos Plurais*. Coordenação de Djamila Ribeiro, São Paulo, Ed. Polén, 2019.

BAMBIRRA, Natércia; LISBOA, Tereza. “**Enegrecendo o feminismo**”: **A opção descolonial e a interseccionalidade trançando outros horizontes teóricos**. *Rev. Ártemis*. Vol.1. 2019.

BEAUVOIR, Simone. de. **O segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

\_\_\_\_\_. 2009 [1963]. **A força das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro. Ed. Bertand Brasil. 11ª edição. 2012.

BRASIL. **A participação de mulheres negras no poder**. 2015 [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/seppir\\_a-participacao-mulheres-negras-espacos-de-poder\\_2015.pdf/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/seppir_a-participacao-mulheres-negras-espacos-de-poder_2015.pdf/view)

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário** / Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo” – Judith Butler – Territórios de Filosofia* (wordpress.com) 2014.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

CESTARI, Mariani Jafet. **Sentidos e memórias em luta: mulheres negras brasileiras no III Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho** (1985), *Nuevo Mundo Mundos Nuevos Colóquios* (2014), consultado em 14 maio 2022. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/67403>

\_\_\_\_\_. **Vozes- mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às yabás**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, SP, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016.

\_\_\_\_\_. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; Tradução Rane Souza. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. Pensamento feminista negro: consciência do conhecimento e a política de fortalecimento. Trad: Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

COURTINE, Jean-Jacques. **O discurso comunista endereçado aos cristãos**. Trad. Patrícia C. R. Reuillard. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso**. 2016 University of Auckland. Tradução: Flávia Clemente de Souza. Disponível em: Jean-Jacques-Courtine-port.pdf (ufrj.br).

CRENSHAW, Kimberly. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2017<sup>a</sup>. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade..de-raza-y-geCC80nero.pdf>

\_\_\_\_\_. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas** / Tradução de Carol Correia. 2017.

\_\_\_\_\_. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo – SP. Editora Boitempo. 1<sup>a</sup> edição, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani. – 1<sup>a</sup> edição - São Paulo – SP. Editora Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Racismo no movimento sufragista feminino** (recurso eletrônico). Tradução de Heci R. Candiani, 1<sup>a</sup> ed, SP: Boitempo, 2018.

DIOP, Cheikh Anta. **A origem Africana da Civilização: Mito ou realidade**. Lawrence Hill Books, 2014.

\_\_\_\_\_. **A unidade cultural da África Negra**. Edições Pedagogo, Portugal. 2014.

DOVE. Nah, **MULHERISMA AFRICANA Uma Teoria Afrocêntrica** Universidade Temple Tradução: Wellington Agudá JORNAL DE ESTUDOS NEGROS, Vol. 28, 1998.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre (vivência) contemporânea**. Nadilza Moreira & Liane Schneider, (orgs). Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escrevivência a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. In: DUARTE. Constância Lima. NUNES. Isabela Rosado. (Orgs) Ilustrações: Goya Lopes. 1<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES. Danubia A. **O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude**. Rev. Estud. Fem 2016. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p691>.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista negra e favelada.** In: BUENO, Winnie et al. (Orgs). *Tem saída? Ensaio críticos sobre o Brasil.* Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

\_\_\_\_\_. **Eu sou vereadora porque nós somos luta.** Rio de Janeiro, 3 out. 2016. Facebook: @MarielleFrancoPSOL. <https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/photos/a.219501235102143/290233508028915>>. Acesso em: 7 de junho de 2023.

\_\_\_\_\_. **UPP – a Redução Da Favela a Três Letras: Uma Análise Da Política De Segurança Pública Do Estado Do Rio De Janeiro.** 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia.** 48º ed. São Paulo – SP: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: *Tempo Brasileiro.* Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

\_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. (2016). **“Efeitos de arquivo”.** In: GUILHAUMOU, J. et. al. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso.* Trad. Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, p. 115-140.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Tradução Bhuvi Libanio. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosados Tempos, 2020.

\_\_\_\_\_. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista in: Dossiê Feminismo E Antirracismo • Rev. Bras. Ciênc. Polít. (16).** Jan - Abr 2015.

\_\_\_\_\_. **Olhares negros: raça e representação.** UFRJ, São Paulo: Elefante 2019b.

\_\_\_\_\_. **O Feminismo é para todo mundo: Políticas Arrebatadoras.** Editora Rosa dos Tempos, 2018.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais Negras** in *Revista de Estudos Feministas*, Ano. 3, 1995.

\_\_\_\_\_. **Tudo sobre amor: novas perspectivas.** Editora: Elefante, 2021.

HUDSON-WEEMS, Clenora. **Mulherismo Africana: Uma Visão Geral - O outro lado da moeda** Publicado em 22/03/2016 <https://quilombouniapp.wordpress.com/2012/03/22/africana-womanism-o-outro-lado-da-moeda/>

\_\_\_\_\_. **Mulherismo Africana**. Tradução Wanessa de Souza. São Paulo. Editora: Medu Neter Livros. 2019.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero** (p. 52-83). In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MBEMBE, Achille, **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 edições, 2018.

\_\_\_\_\_. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Coleções Relar África. Edições Pedágio, 2014.

MENDES, Conrado Moreira; SOUZA, Jocyare; SILVA, Sueli Maria Ramos da. **A noção de acontecimento à luz da Análise do Discurso, da Semântica do Acontecimento e da Semiótica Tensiva**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 179-195, jan./abr. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica**. Com Ciência-Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=26&id=296>.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **“A incompletude do sujeito e quando o outro somos nós?”** In: ORLANDI, E. et al. **Sujeito e texto**. São Paulo: Campinas, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise: Sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. (2004)

\_\_\_\_\_. **História das ideias X História de vida**. In Fragmentum. Revista do programa e PG em Letras da UFSM. Santa Maria: 2006. <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/6349/3855>.

\_\_\_\_\_. **Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo.** (Unicamp) <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/CONFERENCIA/EniOrlandi.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Linguagem, sociedade, políticas.** Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.

\_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar? Linguística: questões e controvérsias.** Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do discurso.** In: GADET, F. et HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Educamp, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Especificidade de uma disciplina de interpretação** (A Análise do Discurso na França). In: ORLANDI, Eni (org). Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes; 2012.

\_\_\_\_\_. **Ler o arquivo hoje** In: ORLANDI, Eni. (org.) [et al.]. Gestos de Leitura: da história no discurso. 3. ed. SP: Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **O discurso, estrutura ou acontecimento,** 2ª edição. [trad. Eni Orlandi]. Campinas, SP, Pontes, 1997b.

\_\_\_\_\_. FUCHS, Catherine. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas.** Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997c.

\_\_\_\_\_. **Papel da memória.** In: ACHARD, P. et al. Papel da memória. Campinas (SP): Pontes, 1999. p. 49-57. Disponível em: <https://idoc.pub/documents/pecheux-michel-et-al-papel-da-memoria-3no7ogwgewld>.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”.** LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

STEIN, Murray. **Jung e o caminho da individuação: uma introdução concisa /;** tradução Euclides Luiz Calloni. — São Paulo: Cultrix, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 15, n. 2, jul./dez. 1995 (2a ed.).

ZIRBEL, Ilze, **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina UFSC Florianópolis, 2007.

## ANEXOS

*Qr code* das materialidades discursivas selecionadas para esta pesquisa:



13) 3 Seminário Feminista IESP-UERJ 2017:  
Marielle Franco (12/05/2017) – YouTube



Documentário 'Primavera das mulheres: Um Ano Sem Marielle' –  
Entrevista Exclusiva #MarielleVive – YouTube (09/10/2017)



(13) Último pronunciamento de Marielle Franco  
antes de ser executada no Rio de Janeiro – YouTube (08/03/2018)